

## AÇÃO PENAL 1.025 DISTRITO FEDERAL

### VOTO

**O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN (RELATOR):** Conforme relatado, trata-se de Ação Penal deflagrada contra Fernando Affonso Collor de Mello, Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos e Luis Pereira Duarte de Amorim, na qual a Procuradoria-Geral da República lhes atribui a prática de crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

Segundo o Ministério Público Federal, entre os anos de 2010 e 2014, identificou-se a atuação de complexa organização criminosa na Petrobras Distribuidora S/A - BR Distribuidora S/A, sobre a qual exerciam decisiva influência política o Senador da República Fernando Affonso Collor de Mello, filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e o Partido dos Trabalhadores (PT), na pessoa do Deputado Federal Vander Luiz dos Santos Loubet.

A imputação ora em análise é limitada ao primeiro grupo político com ascendência sobre a BR Distribuidora S/A, afirmando a incoativa, no entanto, que ambos *“agiam de modo conexo, principalmente por meio de PEDRO PAULO BERGAMASCHI DE LEONI RAMOS e ALBERTO YOUSSEF, acabando por formar uma grande, complexa e estruturada quadrilha”* (fl. 1.573).

Nessa ambiência, diz a Procuradoria-Geral da República que as indicações à Presidência e às Diretorias da BR Distribuidora S/A foram divididas entre o Senador da República Fernando Affonso Collor de Mello (Presidência, Diretoria de Redes de Postos de Serviço e Diretoria de Operações e Logística) e o Partido dos Trabalhadores (Diretoria de Mercado Consumidor e Diretoria Financeira e de Serviços), no âmbito das quais eram praticadas ilegalidades ao favorecimento de pessoas jurídicas em contratos celebrados com a referida sociedade de economia mista, tendo por contrapartida o pagamento de vantagens indevidas.

A denúncia cita, então, irregularidades no contrato de troca de bandeira de postos de combustíveis celebrado entre a BR Distribuidora

## AP 1025 / DF

S/A e a DVBR – Derivados do Brasil S/A no ano de 2011; em 4 (quatro) contratos celebrados pela BR Distribuidora S/A com a UTC Engenharia S/A para a construção de bases de distribuição de combustíveis (TEMAN, BARAC, BARIX, TEDUC, BASUL II e BAPON); e no contrato de prestação de serviços de captura e processamento de cartões para a rede de postos da BR Distribuidora S/A firmado com a FTC Cards Processamento e Serviços de Fidelização Ltda. no ano de 2011. Descreve, ainda, a solicitação de vantagem indevida, no ano de 2013, para a viabilização, perante a BR Distribuidora S/A, de contrato de construção e locação ou *leasing* de armazém de produtos químicos na cidade de Macaé/RJ com a sociedade empresária Jaraguá Equipamentos Industriais Ltda.

Na sequência, a exordial acusatória narra uma série de delitos de lavagem de capitais por meio de atos subsequentes ao recebimento das vantagens indevidas, bem como as circunstâncias fáticas que evidenciariam a constituição, por parte dos denunciados, de uma organização criminosa.

Sumariada a hipótese acusatória, passo à análise das questões preliminares suscitadas pelas defesas técnicas dos acusados. São 5 (cinco) pontos preambulares cujo exame, como se demonstrará, sugere a superação de todos.

### **1. Preliminares.**

#### **1.1. Conexão entre o objeto destes autos e o da AP 1.019.**

Após o recebimento da denúncia formulada pela Procuradoria-Geral da República, a defesa técnica do denunciado Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos requereu o reconhecimento da conexão destes autos com o objeto da AP 1.019, apontando a necessidade de tramitação conjunta dos feitos, pois, segundo afirma, *“cuida-se, em ambos os procedimentos, de uma mesma organização criminosa supostamente instalada na BR DISTRIBUIDORA”* (fl. 3.226).

Tal pretensão, que já havia sido rejeitada pela Segunda Turma por ocasião do juízo de viabilidade da denúncia e do julgamento dos respectivos embargos declaratórios (INQ 4.112), foi novamente indeferida por meio de decisão monocrática proferida em 29.5.2018 (fls. 3.385-3.389), nos seguintes termos:

“No que diz respeito à necessidade de tramitação conjunta e unificada destes autos com a ‘AP 1.019’, já suscitada por Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos em aclaratórios opostos nos autos epigrafados e rejeitados pelo colegiado da Segunda Turma desta Corte Suprema, **não se acolhe** o pleito.

No ponto, reporto-me aos seguintes fundamentos lançados naquela ocasião:

(...) 2.3. Em mesmo norte **aponta a conclusão no que se refere à alegada omissão em relação à existência de conexão e continência entre a Ação Penal no 1019 e o Inq. 4.122**. Sobre o ponto, a defesa alega ser obscura a decisão vergastada visando a que sejam providos os embargos para unificação dos procedimentos ou seu processamento conjunto .

Analisando a peça de embargos em que deduzido esse pedido, verifica-se, com facilidade, que lá inclusive se transcreveram os trechos mais importantes que levaram o colegiado a deliberar por não reunir os feitos, vejamos:

14. Segundo o Procurador-Geral da República, no decorrer de investigações realizadas no INQ 3.883, identificou-se a existência de organização criminosa implantada no âmbito da Petrobras Distribuidora S/A - BR Distribuidora, preordenada à prática de peculato, corrupção e lavagem de dinheiro, comandada pelo denunciado Fernando Affonso Collor de Mello (fl. 4). Paralelo às ações implementadas pelo grupo, noticiou-se, em denúncia já recebida por esta Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, no INQ 3.990 (de minha relatoria, DJe de 22.3.2017), a prática de atividades ilícitas no

seio daquela empresa de economia mista, destinadas a contemplar financeiramente o Partido dos Trabalhadores, sob o comando do acusado Vander Luiz dos Santos Loubet.

Pertinente ao grupo cuja liderança é atribuída a Fernando Affonso Collor de Mello, a denúncia retrata a influência do parlamentar perante a Petrobras, exercida mediante a indicação dos ocupantes de cargos de comando da empresa, os quais, em contrapartida, comprometiam-se a angariar recursos espúrios destinados ao senador da República, recolhidos de empresas previamente selecionadas, contempladas, por seu turno, com a celebração de rentáveis contratos, muitas vezes, em prejuízo à BR Distribuidora. Em apertada síntese, assim ocorria o aludido e sofisticado ciclo criminoso.  
(...)

Do tópico n. 14 completo do voto, que deixo de reproduzir pela extensão, é possível sintetizar o silogismo lá estabelecido para rechaçar a alegada necessidade de reunião de feitos, pela asserção de que embora se deduza relação de continência, não se verifica tal hipótese, afastando a possibilidade de investigações paralelas sobre os mesmos fatos delituosos. Com efeito, de lá também exsurge cristalino tratar-se de fatos com enquadramentos típicos diversos.

Ademais, **é remansosa a jurisprudência desta Casa no sentido de que a conexão intersubjetiva e instrumental entre o procedimento investigativo e outros inquéritos ou ações penais não induz necessária reunião de feitos, a teor do art. 80 do Código de Processo Penal, que faculta a separação de causas conexas quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, ou, quando pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão**

**provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação.** Nesse sentido: HC 83.463, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, Segunda Turma, DJ de 4.6.2004; HC 73.423, Rel. Min. FRANCISCO REZEK, Segunda Turma, DJ de 12.11.1999; HC 73.208, Rel. Min. MAURÍCIO CORRÊA, Segunda Turma, DJ de 7.2.1997; HC 70.688, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Segunda Turma, DJ de 10.12.1993.

Por fim, também consoante já assentado por esta Corte, a litispendência, no processo penal, só pode ser verificada entre duas ações penais (AP 611, Relator: Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, Dje de 10.12.2014), sendo inviável constatá-la na presente hipótese, nos termos da decisão vergastada.

Nesse panorama, o que ocorreu foi o exercício da possibilidade (e não obrigatoriedade, como sustenta o embargante tratando de conexão probatória ou intersubjetiva) de afastar a reunião de feitos, por meio de fundamentos dos quais discorda, buscando revisão de entendimento e não aclarar seu teor. Rejeito, também neste ponto, portanto, os embargos.

No tocante ao pleito subsidiário de se aplicar, por integração, o preceituado pelo art. 55, § 3º do CPC, consoante já asseverei no voto condutor dos embargos de declaração, diante do teor do art. 80 do Código de Processo Penal e da jurisprudência sedimentada nos tribunais superiores, ainda que reconhecida conexão entre os apontados persecutórios, a reunião dos respectivos feitos não é consequência obrigatória. Logo, como não há lacuna a exigir suprimento analógico da regência normativa invocada pelo defendente, **indefiro** a pretensão” (fls. 3.385-3.386).

Irresignada, a defesa técnica interpôs o agravo regimental de fls. 3.445-3.452, cujas razões passam a ser analisadas.

Na visão do agravante, *“ambos os procedimentos recaem sobre crimes*

## AP 1025 / DF

*alegadamente perpetrados por uma mesma organização criminosa (art. 76, I, CPP) - cujos fatos protraem-se em igual período de tempo - em que, concretamente, duas ou mais pessoas são processadas pela prática das mesmas infrações (art. 77, I, CPP), indicando-se, a mero título ilustrativo, a acusação de que FERNANDO COLLOR (AP nº 1.025/DF) e VANDER LOUBET (AP nº 1.019) teriam recebido valores oriundos dos mesmos atos de corrupção” (fl. 3.448).*

Nada obstante essas ponderações defensivas, anoto que vige no ordenamento jurídico-penal pátrio o princípio da responsabilidade subjetiva, como corolário do Direito Penal do fato, adequado ao plexo de garantias vigente no Estado de Direito democrático. Tal sistemática, como sabido, impõe ao órgão acusatório o ônus da prova acerca dos elementos constitutivos do tipo penal incriminador, nos termos do art. 156 do Código de Processo Penal, a ser exercido no seio do contraditório estabelecido em juízo, em respeito à clausula do devido processo legal (art. 5º, LIV, da Constituição Federal).

Sendo assim, no que tange à acusação do delito de organização criminosa, caberá ao Ministério Público Federal produzir os elementos de prova capazes de demonstrar, em relação a cada um dos acusados, a perfeita subsunção das condutas que lhes são atribuídas ao tipo penal que tutela o bem jurídico supostamente violado, em especial o seu elemento subjetivo.

Ainda que se trate de crime de concurso necessário, essa característica não exclui a possibilidade de desmembramento do processo em relação a determinados acusados, nos termos do art. 80 do Código de Processo Penal, inexistindo qualquer óbice ao juízo de mérito da pretensão punitiva, o qual deve ser realizado de forma individualizada em relação a cada agente.

No caso sob análise, além de ter sido observada a vedação ao indevido *bis in idem*, diante do não recebimento da denúncia ofertada nos autos da AP 1.019 em relação ao acusado Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos pelo delito de organização criminosa, já que tal imputação lhe é direcionada na denúncia ora sob análise, a separação das apurações

levada a efeito ainda durante a tramitação do INQ 3.883 revelou-se eficaz à luz da garantia prevista no art. 5º, LXXXVIII, da Constituição Federal, que disciplina a razoável duração do processo.

É imperioso destacar, ademais, a autonomia do delito previsto no art. 2º, *caput*, da Lei 12.850/2013 em relação aos demais praticados no âmbito do grupo organizado, não se verificando, também sob tal óptica, ilegalidade no desmembramento das apurações à otimização do procedimento de responsabilização criminal, diante da inexistência de qualquer prejuízo concreto ao exercício do direito de defesa dos acusados. Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente:

“AGRAVO REGIMENTAL. INQUÉRITO. DENÚNCIA. CORRUPÇÃO PASSIVA. NEGATIVA DE AUTORIZAÇÃO PARA O PROCESSAMENTO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA. SUSPENSÃO. EXTENSÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO AGRAVANTE. IMPOSSIBILIDADE. DESMEMBRAMENTO DOS AUTOS. POSSIBILIDADE. INSURGÊNCIA DESPROVIDA. (...) 2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal passou a adotar como regra o desmembramento dos inquéritos e ações penais originárias no tocante a coinvestigados ou corréus não detentores de foro por prerrogativa de função, admitindo-se, apenas excepcionalmente, a atração da competência originária quando se verifique que a separação seja apta a causar prejuízo relevante, aferível em cada caso concreto. 3. Em observância ao princípio da responsabilidade subjetiva que vigora no ordenamento jurídico-penal pátrio, no que tange à acusação do delito de corrupção passiva, caberá ao Ministério Público Federal produzir os elementos de prova capazes de demonstrar, em relação a cada um dos acusados, a perfeita subsunção das condutas que lhes são atribuídas ao tipo penal que tutela o bem jurídico supostamente violado, em especial o seu elemento subjetivo, composto pelo dolo de aceitar promessa e efetivamente receber vantagem indevida em razão da função

pública exercida. Por tal razão, o desmembramento não importa em responsabilização indireta do denunciado em relação ao qual a tramitação da denúncia permanece suspensa neste Supremo Tribunal Federal, não sendo possível falar, ainda, em indissolubilidade das condutas denunciadas. 4. Agravo regimental desprovido (INQ 4.517, de minha Relatoria, Tribunal Pleno, julgado em 23.3.2018).

Com essas considerações, **rejeito** a prefacial suscitada pela defesa do acusado Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos e **nego provimento**, por consequência, ao agravo regimental de fls. 3.445-3.452.

**1.2. Alegada falta de congruência entre a denúncia e as alegações finais do Ministério Público. Aventada descrição genérica e indeterminada do ato de ofício caracterizador do delito de corrupção passiva.**

A defesa técnica do acusado Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos sustenta que a Procuradoria-Geral da República, em alegações finais, alterou de forma significativa a imputação do crime de corrupção passiva atribuído ao denunciado Fernando Affonso Collor de Mello, para a consumação do qual teria concorrido, sem a observância do procedimento descrito no art. 384 do Código de Processo Penal.

Nessa linha, assevera que, na denúncia *“a contrapartida do agente público seria ‘viabilizar irregularmente’ a celebração de contratos ou a sua execução normal no âmbito da BR Distribuidora, o que aconteceria ‘por intermédio’ da atuação de diretores da BR Distribuidora supostamente nomeados pelo Senador Fernando Collor”* (fl. 7.236), ao passo que, por ocasião das razões finais, o órgão acusatório teria afirmado que a contraprestação do aludido agente público se consubstanciaria na omissão em relação ao seu dever parlamentar de fiscalizar a administração pública federal, viabilizando, assim, o funcionamento de organização criminosa no âmbito da referida sociedade de economia mista. Acresce, ainda, que tal descrição do ato de ofício caracterizador do delito de corrupção passiva

seria indeterminada, genérica e abstrata, o que impediria a sua tipificação.

Nada obstante as alegações defensivas, é cediço que o dever de observância aos limites da proposta acusatória encartada na denúncia é dirigido ao Estado-Juiz, que na prestação jurisdicional não pode operar sobre fatos inexistentes na incoativa sem que, antes, deflagre o procedimento previsto no art. 384 do Código de Processo Penal, caso elucidados no decorrer da instrução criminal.

Logo, ainda que nas alegações finais a Procuradoria-Geral da República tenha inserido argumentos que, na visão da defesa técnica, desbordam da tese acusatória disposta na denúncia, tal circunstância não tem o condão de macular o processo ora em julgamento, já que eventuais excessos serão objeto de oportuna valoração, por ocasião da análise do mérito da ação penal.

Ainda que assim não fosse, da leitura da incoativa e do seu respectivo aditamento, infere-se que o órgão acusatório atribui ao denunciado Fernando Affonso Collor de Mello, em síntese, a influência política capaz de direcionar contratações no âmbito da BR Distribuidora S/A, por intermédio dos diretores por ele indicados na condição de Senador da República e expoente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), atuação que lhe teria rendido as vantagens indevidas pagas por empresários e recebidas com o auxílio dos demais denunciados.

A título ilustrativo, trago à colação os seguintes excertos extraídos da denúncia:

“As apurações levadas a efeito no caso conduziram à constatação de que, pelo menos entre os anos de 2010 e 2014, funcionou no âmbito da BR DISTRIBUIDORA uma organização criminosa preordenada principalmente ao desvio de recursos em proveito particular, à corrupção de agentes públicos e à lavagem de dinheiro. Isso ocorreu essencialmente em razão da influência, sobre a sociedade de economia mista em questão, do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, em especial de seu Senador pelo Estado de Alagoas, FERNANDO AFFONSO COLLOR DE

MELLO, bem como de seu amigo pessoal e 'operador particular', PEDRO PAULO BERGAMASCHI DE LEONI RAMOS.

O grupo criminoso em referência, de forma similar ao esquema relacionado à PETROBRAS, era estruturado da seguinte forma:

a) núcleo administrativo, formado por diretores e funcionários de alto escalão da BR DISTRIBUIDORA que ocuparam seus cargos por indicação político-partidária e que, nessa condição, praticaram ilegalidades em contratos celebrados em benefício de determinadas empresas, conforme orientação direta ou indireta do parlamentar que os apadrinhara;

(...)

d) núcleo político, formado pelo Senador responsável pela indicação e manutenção em seus cargos dos diretores e funcionários de alto escalão da BR DISTRIBUIDORA que, sob orientação sua, principalmente por meio de seu 'operador particular', cometeram ilegalidades que beneficiaram empresas contratadas pela sociedade de economia mista, bem como pelos auxiliares que colaboraram diretamente para o recebimento de vantagens indevidas pelo parlamentar em questão, como contrapartida pela viabilização do funcionamento do esquema." (fls. 71-73).

E ainda:

"(...)

Como se nota, o negócio sob análise foi bastante ruim para a BR DISTRIBUIDORA. Trata-se de contratação tipicamente realizada para atender a interesses políticos e econômicos escusos. As circunstâncias apontam no sentido de que o negócio de troca de bandeira de postos de combustível celebrado com a DVBR – DERIVADOS DO BRASIL S/A foi feito apenas para satisfazer aos anseios, relacionados ao recebimento de propina, do Senador FERNANDO AFFONSO COLLOR DE MELLO e de

seu 'operador particular', PEDRO PAULO BERGAMASCHI DE LEONI RAMOS, que tinham ascendência sobre a Diretoria de Rede de Postos de Serviço, ocupada por LUIS CLAUDIO CASEIRA SANCHES, no âmbito da qual foi feita a contratação, mediante esforço incomum – que ultrapassou inclusive os limites da legalidade – do Gerente Corporativo de Redes de Postos (GCRP) DEMÉTRIUS ZACARIAS DIUANA. Com base em dados falos [sic] e não correspondentes à realidade, firmou-se um contrato com sobrepreço, em favor de CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA SANTIAGO, representante da empresa contratada, o qual acabou pagando ao parlamentar, por intermédio de seu operador, as vantagens financeiras indevidas. A situação somente se concretizou graças ao empenho de LUIS CLAUDIO CASEIRA SANCHES em prestar a contrapartida relativa à sua nomeação e permanência no cargo de Diretor de Rede de Postos de Serviço (DRPS), assegurando a viabilização de um negócio, de interesse de PEDRO PAULO BERGAMASCHI DE LEONI RAMOS, que rendeu propina ao seu padrinho político FERNANDO AFFONSO COLLOR DE MELLO, Senador do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB” (fls. 87-88).

Por fim:

“(…)

As contratações em análise constituem negócios tipicamente realizados para atender a interesses políticos e econômicos escusos. O Senador FERNANDO AFFONSO COLLOR DE MELLO e o seu 'operador particular', PEDRO PAULO BERGAMASCHI DE LEONI RAMOS, que tinham ascendência sobre a Diretoria de Operações e Logística, ocupada por JOSÉ ZONIS, no âmbito da qual foram feitas as licitações e os contratos administrativos, aproveitaram a necessidade da BR DISTRIBUIDORA de ampliar e construir bases de distribuição de combustíveis para favorecer a empresa UTC ENGENHARIA S/A, em troca de vantagens indevidas.

Para isso, contaram com a colaboração ilícita do Gerente de Projetos Especiais de Engenharia (GPE) MARCOS AURÉLIO FRONTINO SANTANA, que, além de ter sido conivente com a violação do sigilo das estimativas de preço da BR DISTRIBUIDORA, favoreceu o desvio de recursos da sociedade de economia mista em prol da construtora, mediante sobrepreço” (fls. 110-111).

Registre-se que tais excertos, os quais descrevem a contento a forma como teriam sido consumados os delitos de corrupção passiva atribuídos aos denunciados, foram reproduzidos por ocasião das razões finais acusatórias, conforme se infere das fls. 6.920-6.921, 6.936-6.937 e 6.955.

Ademais, o mesmo plexo de atribuições inerentes ao cargo público ocupado pelo denunciado Fernando Affonso Collor de Mello e a consequente influência política que não só daquele deflui, mas também do seu histórico de atuação na vida pública e político-partidária, é novamente abordado pela Procuradoria-Geral da República por ocasião das alegações finais para descrever, na ótica acusatória, como foram consumados os crimes de corrupção passiva, embora não com os mesmos termos utilizados na formulação da incoativa, até porque se trata de peças firmadas por Procuradores-Gerais da República distintos.

Reproduzo para cotejo os seguintes trechos:

“(…)

III.c.1.i Segmento da organização criminosa liderado por FERNANDO COLLOR

FERNANDO COLLOR foi Presidente da República Federativa do Brasil entre 1990 e 1992. Foi forçado a deixar o cargo antes do fim do mandato exatamente por envolvimento em escândalos de corrupção.

Após o fim do período de suspensão de direitos políticos, FERNANDO COLLOR retornou à vida pública. Na condição de Senador pelo Partido Trabalhista Brasileiro do Estado de Alagoas – PTB/AL, por volta do ano de 2009, em troca de apoio político à base governista no Congresso Nacional, obteve do

então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, ascendência sobre a BR Distribuidora.

O réu PEDRO PAULO BERGAMASCHI, operador pessoal do Senador FERNANDO COLLOR, era o principal membro do núcleo financeiro da organização criminosa, sendo o responsável por toda a gestão das vantagens indevidas obtidas por meio da prática dos crimes de corrupção passiva.

LUIS PEREIRA DUARTE DE AMORIM, por sua vez, é o diretor das duas principais empresas do Senador, a Gazeta de Alagoas e a TV Gazeta de Alagoas. Homem da confiança do Senador, o réu acabou aderindo à organização criminosa, auxiliando seus comparsas nos atos de recebimento de vantagem indevida e de lavagem desses valores, também se locupletando ilicitamente do esquema espúrio.

(...)

III.c.2 Dos crimes praticados pela organização criminosa nos contratos da BR Distribuidora

Conforme narrado na denúncia, as investigações identificaram quatro empresas envolvidas no esquema de desvios, propinas e branqueamento de capitais relacionado à BR Distribuidora. Essas pessoas jurídicas e os respectivos proprietários ou representantes legais, integrantes do núcleo econômico da organização criminosa, foram favorecidos por ilegalidades praticadas no âmbito das diretorias da BR Distribuidora, bem como da própria Diretoria Executiva, que consistia na reunião colegiada de todas as diretorias e aprovava os principais contratos da sociedade de economia mista. Em contrapartida, as empresas e os correspondentes empresários tiveram que pagar propina ao principal operador de ilicitudes no âmbito da sociedade de economia mista federal em questão: PEDRO PAULO BERGAMASCHI.

Nessa condição, PEDRO PAULO BERGAMASCHI teve papel proeminente nas tratativas criminosas que implicaram a celebração, pela BR Distribuidora, de contratos superfaturados e/ou com vícios nos procedimentos licitatórios, conforme apontado não apenas pelos depoimentos de diversos

colaboradores premiados, de forma uníssona, mas também por elementos de prova independentes colhidos ao longo das investigações. Sua atuação, ainda, era respaldada pela condição de operador particular do Senador FERNANDO COLLOR, pessoa que detinha efetivamente o poder político sobre as diretorias da estatal perante as quais foram praticados crimes nos contratos adiante analisados.

Em razão dos valores auferidos com os contratos celebrados com a BR Distribuidora, cabia aos integrantes do núcleo econômico alimentar o 'caixa geral da propinas' mantido por PEDRO PAULO BERGAMASCHI junto a ALBERTO YOUSSEF, o qual serviu para os pagamentos de vantagens indevidas feitos a FERNANDO COLLOR" (fls. 6.922-6.930).

A apontada alteração na descrição das condutas atribuídas aos denunciados teria ocorrido ao final da peça final acusatória, no ponto em que é feita uma síntese dos fatos e a respectiva tipificação legal. Tal circunstância, no entanto, não se revela apta a caracterizar modificação na narrativa fática a ensejar a adoção do instituto da *mutatio libelli*, pois, como visto, de inovação extemporânea na hipótese acusatória não se trata, permanecendo hígdas as garantias ao contraditório e à ampla defesa.

No que diz respeito à alegada indeterminação na descrição do ato de ofício por meio do qual o delito de corrupção passiva teria sido consumado, não se constata na exordial acusatória, complementada pelo respectivo aditamento, qualquer vício capaz de macular a garantia ao exercício da ampla defesa e do contraditório, tratando-se de arguição que se volta ao próprio mérito da imputação, a merecer, portanto, oportuna abordagem.

Com efeito, é cediço que o acusado se defende da narrativa fática exposta na denúncia, cujas consequências jurídicas serão definidas por ocasião da prolação da decisão de mérito da pretensão punitiva estatal.

Com essas considerações, **rejeito** a questão prefacial de alegada ofensa ao art. 384 do Código de Processo Penal.

**1.3. Indeferimento da produção de prova pericial no material entregue pelo colaborador Ricardo Pessoa.**

Também em alegações finais, o acusado Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos reitera a assertiva de cerceamento de defesa deduzida nos agravos regimentais interpostos às fls. 3.445-3.452 e 7.035-7.043, cujas razões serão abordadas neste tópico.

Por ocasião da defesa prévia ofertada nestes autos, o aludido acusado pugnou pelo fornecimento do arquivo eletrônico original em que consta a tabela apresentada pelo colaborador Ricardo Ribeiro Pessoa, a qual foi reproduzida na exordial acusatória, para posterior submissão a exame pericial.

A partir da notícia de que o arquivo teria sido localizado em equipamento de informática apreendido em diligência de busca e apreensão realizada na sede da UTC Engenharia S/A, precisamente nas dependências funcionais de Walmir Pinheiro Santana, foram solicitadas informações ao Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba que, por sua vez, encaminhou aos autos um *hard disk* (HD) contendo os arquivos encontrados na referida diligência, o qual forma o Apenso 36 destes autos, conforme certificado à fl. 4.417.

Sustenta a defesa técnica que a realização de exame pericial na mídia que compõe o referido apenso seria *“o único meio imparcial e idôneo para analisar a veracidade das informações constantes da planilha fornecida pelo colaborador, pois só assim será possível descartar eventuais confusões e esquecimentos que geralmente ocorrem em depoimentos pessoais que tratam de fatos antigos”* (fl. 7.242).

No entanto, conforme consignado em decisão proferida em 29.5.2018, o procedimento no qual foi homologado o acordo de colaboração premiada firmado por Ricardo Ribeiro Pessoa (PET 5.624) tramita sob o regime de irrestrita publicidade desde 1.12.2015, circunstância que revela a possibilidade do acusado, às próprias expensas, providenciar cópias dos documentos e mídias digitais que entendesse pertinentes ao exercício do direito de defesa no decorrer da

instrução criminal, conforme preceitua o art. 231 do Código de Processo Penal.

Ademais, embora seja certo que o órgão acusatório tenha feito referência na exordial à cópia de planilha entregue pelo colaborador Ricardo Pessoa para ilustrar os pagamentos de vantagens indevidas no contexto de contratações no âmbito da BR Distribuidora S/A (fl. 124), cumpre destacar que estas se referem a apenas um dos meios pelos quais teriam sido arrecadados recursos espúrios em benefício do grupo político que atuava no âmbito da referida sociedade de economia mista, sendo certo que são enumerados outros contratantes (DVBR - Derivados do Brasil S/A e FTC Cards Processamento e Serviços de Fidelização Ltda.) que igualmente mencionam o acusado Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos como o representante dos interesses de parlamentares.

Em acréscimo, cumpre consignar que tal planilha não se constitui no único elemento de informação que dá embasamento à tese acusatória, lastreada, dentre outros, nos depoimentos prestados pelo colaborador Ricardo Ribeiro Pessoa, nos registros de entrada na sede da UTC Engenharia S/A por parte do acusado Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos e no relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho de Averiguação da Petrobras.

Nessa ambiência, não se pode perder de vista entendimento consolidado no âmbito do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a discricionariedade associada ao deferimento da produção probatória, em verdade, decorre implicitamente do sistema de persuasão racional, em que o Estado-Juiz figura como destinatário do conjunto probatório e atua, mediante critérios de liberdade regrada, nas etapas de admissão e valoração da prova.

Ademais, a teor do artigo 251 do Código de Processo Penal, incumbe ao juiz prover a regularidade do processo e manter a ordem no curso dos respectivos atos, bem como o indeferimento de medidas consideradas irrelevantes, impertinentes ou protelatórias (art. 400, §1º, Código de Processo Penal). Nesse sentido:

“(…)

**Não há um direito absoluto à produção de prova, facultando o art. 400, § 1.º, do Código de Processo Penal ao juiz o indeferimento de provas impertinentes, irrelevantes e protelatórias. Cabíveis, na fase de diligências complementares, requerimentos de prova cuja necessidade tenha surgido apenas no decorrer da instrução. Em casos complexos, há que confiar no prudente arbítrio do magistrado, mais próximo dos fatos, quanto à avaliação da pertinência e relevância das provas requeridas pelas partes, sem prejuízo da avaliação crítica pela Corte de Apelação no julgamento de eventual recurso contra a sentença”** (g.n.) (HC 100.988, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Rel. p/ Acórdão: Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 15.5.2012).

“(…)

O princípio do livre convencimento racional, previsto no § 1º do art. 400 do CPP, faculta ao juiz o indeferimento das provas consideradas irrelevantes, impertinentes ou protelatórias” (RHC 126.853 AgR, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 25.8.2015).

“(…)

É legítimo o indeferimento de diligências requeridas pelas partes, quando consideradas irrelevantes, impertinentes ou protelatórias. Inteligência do art. 400, § 1º, do CPP. Precedentes” (HC 116.989, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, julgado em 3.3.2015).

“(…)

O indeferimento da diligência pelo magistrado de primeiro grau não configura cerceamento de defesa, uma vez que o próprio Código de Processo Penal prevê, no § 1º do art. 400, a possibilidade de o juiz indeferir as provas consideradas irrelevantes, impertinentes ou protelatórias, sem que isso implique em nulidade da respectiva ação penal” (RHC 120.551, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma,

julgado em 8.4.2014).

Por tais razões, **rejeito** a preliminar de cerceamento de defesa arguida pela defesa de Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos e, por conseguinte, **nego provimento** aos agravos regimentais de fls. 3.445-3.452 e 7.035-7.043.

**1.4. Indeferimento do pedido de produção de prova documental formulado pela defesa técnica de Luís Pereira Duarte de Amorim.**

Ao ofertar a defesa prévia, o acusado Luís Pereira Duarte de Amorim pugnou pela *“apresentação da planilha de endereços aludida pelo Colaborador Rafael Ângulo, em seu termo de declarações”*, bem como pelo *“fornecimento do arquivo eletrônico original em que conste a entrada do defendido no prédio de Alberto Youssef, com o intuito de que seja determinada a perícia sobre aquele arquivo”*.

Por meio de decisão proferida em 29.5.2018 (fls. 3.385-3.389), tais pretensões foram indeferidas, as quais foram renovadas na oportunidade prevista no art. 10 da Lei n. 8.038/1990 e novamente rejeitadas, nos seguintes termos:

*“4. De forma análoga, não há razão ao acolhimento dos pleitos deduzidos pelo acusado Luís Pereira Duarte de Amorim.*

*Em primeiro lugar, assevera a necessidade de serem dirimidas ‘as divergências de datas e horários verificadas no curso da instrução quanto ao alegado comparecimento do Peticionário ao escritório de Alberto Youssef’ e, por tal razão, ‘requer seja determinada a juntada dos arquivos originais dos registros de entrada e saída do referido local, a fim de que sejam periciados na sequência, com o exame das incongruências reveladas na marcha instrutória’ (fl. 6.870).*

Outrossim, alude à falta de robustez do depoimento em juízo de Rafael Ângulo Lopes, porque teria afirmado desconhecer quem seria o empregador do ora requerente. Para

sanear a alegada fragilidade nessas falas, clama tanto pela realização de perícia no 'pen drive' apreendido no poder do colaborador, como também pelo aporte da listagem contendo os endereços por aquele visitados no Estado Alagoas.

Levando em conta que a defesa do réu nem sequer se desincumbe de indicar quais os pontos controvertidos deveriam ser aquilatados pela produção dessas provas, seja pela perícia, seja pelo documento a ser obtido junto à Polícia Federal, forçoso é concluir não estar demonstrada a imprescindibilidade dessas diligências para elucidar ou sanear qualquer fato ou hipótese exurgidos no curso da instrução processual" (fls. 6.872-6.876).

Irresignado, o aludido acusado interpôs o agravo regimental de fls. 7.065-7.069, aduzindo, em síntese, que *"houve o efetivo apontamento e se fazem presente as incongruências justificadoras das providências suplementares"* (fl. 7.068).

Nada obstante as razões defensivas, cumpre rememorar que tais providências já haviam sido indeferidas no início da instrução processual, oportunidade em que se consignou que a documentação pretendida pela defesa se encontrava acessível nos autos das respectivas colaborações premiadas, revelando-se prescindível, portanto, a requisição judicial. Confira-se:

*"3.2 De maneira análoga, não comporta agasalho o pedido de Luís Pereira Duarte Amorim, em que busca 'a apresentação da planilha de endereços aludida pelo Colaborador Rafael Ângulo, em seu termo de declarações', bem como o 'fornecimento do arquivo eletrônico original em que conste a entrada do defendido no prédio de Alberto Youssef, com o intuito de que seja determinada a perícia sobre aquele arquivo'.*

No que diz respeito ao argumento defensivo de que não teve acesso ao inteiro teor dos termos de declaração, ressalte-se a ausência de restrição de publicidade no material almejado pela defesa, eis que o levantamento de sigilo dos respectivos

procedimentos de colaboração precedeu, e muito, ao recebimento da peça incoativa.

Desse modo, também está ao alcance da defesa a íntegra dos elementos coligidos naqueles autos de colaboração e nos feitos correlacionados (PET 5.244; PET 5.245; PET 5.588 e PET 5.589), bastando que, às próprias expensas, solicitem a disponibilização de cópias dos documentos e das mídias digitais anexadas diretamente à Seção de Processos Originários Criminais deste Supremo Tribunal Federal.

Ao lado disso, eventuais contradições apontadas na peça defensiva serão oportunamente examinadas e valoradas pelos julgadores em momento oportuno, à luz do acervo probatório a ser colacionado no curso dessa ação penal” (fls. 3.385-3.389).

Nesse cenário, não procede o alegado cerceamento ao direito de defesa do acusado, já que a pretendida produção da prova documental, nos termos do art. 231 do Código de Processo Penal, se encontrava sob a incumbência da própria defesa técnica, diante da irrestrita publicidade dos acordos de colaboração premiada nos quais se encontram encartados os documentos cuja imprescindibilidade se afirma para o julgamento de mérito da presente ação penal, revelando-se desnecessária, portanto, a requisição judicial.

Ademais, em nenhuma das oportunidades em que formulou o requerimento de produção probatória a defesa técnica do acusado Luís Pereira Duarte Amorim justificou a necessidade das pretensões, limitando-se a afirmar que a análise dos registros de entrada e saída no escritório de Alberto Youssef serviria *“tanto para possibilitar o exame pericial, como para averiguar se na ida do Agravante ao local havia compatibilidade com algum registro de entrada ou mesmo de saída do ‘delator’”* (fl. 7.067), e que o exame pericial no *pen-drive* do colaborador Rafael Ângulo, bem como a juntada aos autos da lista de endereços por este visitado na entrega de valores, se prestariam a desvelar *“inconsistências do depoimento do citado ‘colaborador’”* (fl. 7.067).

Como se vê, o alcance de tais pretensões não se encontra sujeita à reserva de jurisdição, pois, uma vez mais, foi facultado à defesa técnica

juntar aos autos a prova documental tida por imprescindível, acessível nos respectivos procedimentos indicados, ônus que lhe cabia, nos termos do art. 156 do Código de Processo Penal.

Por tais razões, **nego provimento** ao agravo regimental interposto pela defesa de Luís Pereira Duarte Amorim às fls. 7.065-7.069.

**1.5. Alegações de excesso acusatório e impossibilidade de prolação de juízo condenatório com base exclusivamente em depoimentos prestados por colaboradores da justiça.**

Por ocasião das respectivas alegações finais, todos os acusados refutam a sistemática de valoração probatória proposta pelo Ministério Público Federal na sua peça final, destacando a impossibilidade da prolação de juízo condenatório baseado exclusivamente na declaração de colaboradores, como preceitua, aliás, o art. 4º, § 16, III, da Lei n. 12.850/2013. A defesa do acusado Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, ainda em sede preliminar, se insurge contra o alegado “excesso acusatório” por parte da Procuradoria-Geral da República, consubstanciado no “*absurdo pedido de condenação em 347 (trezentos e quarenta e sete) crimes de lavagem de capitais, em concurso material*” (fl. 7.247).

Do teor dos argumentos expostos pelos acusados, conclui-se que tais insurgências não se revelam prejudiciais à análise da pretensão acusatória, afigurando-se impróprio o tratamento dos temas em sede preliminar, pois se imbricam com o mérito da denúncia ofertada nestes autos, cuja análise se inicia no tópico subsequente.

**2. Mérito.**

Em atenção ao princípio da legalidade estrita que vige no Direito Penal pátrio, enunciado no art. 5º, XXXIX, da Constituição Federal e no art. 1º do Código Penal, a incidência da sanção prevista no preceito secundário de determinada norma incriminadora só se revela legítima quando comprovada, no seio do devido processo legal, a ocorrência de

todos os elementos que compõem o tipo penal.

### **2.1. Corrupção passiva.**

O delito de corrupção passiva recebeu do legislador ordinário a seguinte definição:

“Art. 317 – Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena – reclusão de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

§ 1º – A pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional”.

Como se infere da sua redação, o tipo penal em análise, encartado no título que define os crimes contra a administração pública, tutela a moralidade administrativa, tendo por finalidade coibir e reprimir a mercancia da função pública, cujo exercício deve ser pautado, por óbvio, exclusivamente pelo interesse público.

A configuração do delito em questão pressupõe a solicitação, recebimento ou aceitação de promessa da vantagem indevida por parte de funcionário público, mesmo que ainda não se encontre investido na função, mas a utilize como o objeto da contraprestação a ser adimplida no negócio espúrio.

Nesse sentido, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal considera que a perfeita subsunção da conduta ao tipo penal exige a demonstração de que o favorecimento negociado pelo agente público se encontra no alcance das atribuições previstas para a função que exerce.

Logo, ainda que o retardamento, a prática ou a omissão do ato de ofício em infração ao dever funcional seja previsto pelo legislador como uma causa de especial aumento de pena do crime de corrupção passiva, é

pressuposto para a configuração do ilícito que a vantagem indevida solicitada, recebida ou prometida e aceita pelo agente público sirva como contraprestação à possibilidade de sua atuação viciada no espectro de atribuições da função pública que exerce ou venha a exercer. No entanto, a configuração do delito prescinde da efetiva prática do ato de ofício por parte do agente corrompido, circunstância que, repito, uma vez verificada no plano fático, dá ensejo à incidência da causa de aumento de pena prevista no art. 317, § 1º, do Código Penal, por revelar maior gravidade na afetação do bem jurídico tutelado pela norma.

Assim, mesmo que o agente público tenha solicitado, recebido ou aceito promessa de vantagem indevida de terceiro, caso a contraprestação negociada seja de adimplemento impossível, por se encontrar fora das atribuições da função pública que exerce ou venha a exercer, não se terá por configurado o crime de corrupção passiva, em respeito ao postulado da legalidade estrita que vige no Direito Penal pátrio, sem prejuízo de que tal conduta encontre adequada subsunção em outro tipo penal.

Trago à colação os seguintes precedentes:

“Inquérito. 2. Competência originária. 3. Penal e Processual Penal. (...) 9. Tipicidade, em tese. Art. 317, caput, combinado com § 1º, do CP (corrupção passiva), e art. 333, parágrafo único, do CP (corrupção ativa). Índícios de autoria. **10. Nexo improvável entre a prática do ato de ofício e a vantagem. Inexistência de requerimento de produção de provas que tenham real possibilidade de demonstrar a ligação.** 11. Denúncia rejeitada” (INQ 3.705, Rel.: Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe 15.9.2015 - destaquei).

“(...) CAPÍTULO III DA DENÚNCIA. SUBITEM III.1. CORRUPÇÃO PASSIVA. CORRUPÇÃO ATIVA. PECULATO. LAVAGEM DE DINHEIRO. AÇÃO PENAL JULGADA PARCIALMENTE PROCEDENTE. 1. Restou comprovado o pagamento de vantagem indevida ao então Presidente da Câmara dos Deputados, por parte dos sócios da agência de publicidade que, poucos dias depois, viria a ser contratada pelo

órgão público presidido pelo agente público corrompido. **Vinculação entre o pagamento da vantagem e os atos de ofício de competência do ex-Presidente da Câmara, cuja prática os réus sócios da agência de publicidade pretenderam influenciar.** Condenação do réu JOÃO PAULO CUNHA, pela prática do delito descrito no artigo 317 do Código Penal (corrupção passiva), e dos réus MARCOS VALÉRIO, CRISTIANO PAZ e RAMON HOLLERBACH, pela prática do crime tipificado no artigo 333 do Código Penal (corrupção ativa). (...) CAPÍTULO III DA DENÚNCIA. SUBITEM III.3. CORRUPÇÃO PASSIVA, CORRUPÇÃO ATIVA, PECULATO E LAVAGEM DE DINHEIRO. DESVIO DE RECURSOS ORIUNDOS DE PARTICIPAÇÃO DO BANCO DO BRASIL NO FUNDO VISANET. ACUSAÇÃO JULGADA PROCEDENTE. 1. Comprovou-se que o Diretor de Marketing do Banco do Brasil recebeu vultosa soma de dinheiro em espécie, paga pelos réus acusados de corrupção ativa, através de cheque emitido pela agência de publicidade então contratada pelo Banco do Brasil. **Pagamento da vantagem indevida com fim de determinar a prática de atos de ofício da competência do agente público envolvido, em razão do cargo por ele ocupado.** Condenação do réu HENRIQUE PIZZOLATO, pela prática do delito descrito no artigo 317 do Código Penal (corrupção passiva), bem como dos réus MARCOS VALÉRIO, CRISTIANO PAZ e RAMON HOLLERBACH, pela prática do crime tipificado no artigo 333 do Código Penal (corrupção ativa). (...) CAPÍTULO VI DA DENÚNCIA. SUBITEMS VI.1, VI.2, VI.3 E VI.4. CORRUPÇÃO ATIVA E CORRUPÇÃO PASSIVA. ESQUEMA DE PAGAMENTO DE VANTAGEM INDEVIDA A PARLAMENTARES PARA FORMAÇÃO DE 'BASE ALIADA' AO GOVERNO FEDERAL NA CÂMARA DOS DEPUTADOS. COMPROVAÇÃO. RECIBOS INFORMAIS. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS RECEBIDOS. IRRELEVÂNCIA. AÇÃO PENAL JULGADA PROCEDENTE, SALVO EM RELAÇÃO A DOIS ACUSADOS. CONDENAÇÃO DOS DEMAIS. 1. Conjunto probatório harmonioso que, evidenciando a sincronia

das ações de corruptos e corruptores no mesmo sentido da prática criminosa comum, conduz à comprovação do amplo esquema de distribuição de dinheiro a parlamentares, os quais, em troca, ofereceram seu apoio e o de seus correligionários aos projetos de interesse do Governo Federal na Câmara dos Deputados. 2. A alegação de que os milionários recursos distribuídos a parlamentares teriam relação com dívidas de campanha é inócua, pois a eventual destinação dada ao dinheiro não tem relevância para a caracterização da conduta típica nos crimes de corrupção passiva e ativa. **Os parlamentares receberam o dinheiro em razão da função, em esquema que viabilizou o pagamento e o recebimento de vantagem indevida, tendo em vista a prática de atos de ofício.** (...)” (AP 470, Rel.: Min. JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, DJe 22.4.2013 - destaquei).

Calha frisar que o mesmo entendimento foi adotado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal por ocasião do julgamento AP 307, na qual um dos ora denunciados, o Senador da República Fernando Affonso Collor de Mello, figurou como réu, em denúncia na qual também lhe foi atribuída a prática do crime de corrupção passiva, no exercício da função de Presidente da República. A propósito:

EMENTA: AÇÃO CRIMINAL. CÓDIGO PENAL. CORRUPÇÃO PASSIVA (ART. 317, CAPUT), CORRUPÇÃO ATIVA DE TESTEMUNHA (ART. 343), COAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO (ART. 344), SUPRESSAO DE DOCUMENTO (ART. 305) E FALSIDADE IDEOLOGICA (ART. 299). PRELIMINARES: INADMISSIBILIDADE DE PROVAS CONSIDERADAS OBTIDAS POR MEIO ILICITO E INCOMPETENCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA OS CRIMES DO ART. 299, A AUSÊNCIA DE CONEXAO COM O DE CORRUPÇÃO PASSIVA, QUE DETERMINOU A INSTAURAÇÃO DO PROCESSO PERANTE ESSA CORTE, POSTO QUE ATRIBUIDO, ENTRE OUTROS, A PRESIDENTE DA REPUBLICA. 1. Crimes de corrupção passiva (art. 317,

caput) atribuídos, em concurso de pessoas, ao primeiro, ao segundo e ao terceiro acusados, e que, segundo a denúncia, estariam configurados em três episódios distintos: solicitação, de parte do primeiro acusado, por intermédio do segundo, de ajuda, em dinheiro, para a campanha eleitoral de candidato a Deputado Federal; gestões desenvolvidas pelo primeiro acusado, por intermédio do Secretário-Geral da Presidência da República, junto a direção de empresas estatais, com vistas a aprovação de proposta de financiamento de interesse de terceiros; e nomeação do Secretário Nacional dos Transportes em troca de vultosa quantia que teria sido paga por empreiteira de cuja diretoria participava o nomeado, ao segundo acusado, parte da qual teria sido repassada ao primeiro. 1.1. (...) 1.2. **Improcedência da acusação. Relativamente ao primeiro episódio, em virtude não apenas da inexistência de prova de que a alegada ajuda eleitoral decorreu de solicitação que tenha sido feita direta ou indiretamente, pelo primeiro acusado, mas também por não haver sido apontado ato de ofício configurador de transação ou comércio como segundo, ao terceiro e ao quarto acusados.** (...) 4.5. Denúncia declarada improcedente, relativamente: a) ao nono acusado, por insuficiência da prova de haver falsificado os cheques n.s 419.567 e 696.811, do Banco Rural; b) a sexta acusada, a ausência de prova de haver sido ela autora da falsificação do cheque n. 443.414, do Banco Rural e da abertura da conta de depósito n. 01.6101-2, e por insuficiência de prova de ter falsificado os cheques n.s 412.672, 412.674 e 412.679, do Banco Rural; e c) ao quinto acusado, por insuficiência de prova, no que tange a imputação de haver aberto a conta 01.6101-2, do Banco Rural e contra ela movimentado cheques. 4.6. Reconhecimento da continuidade delitiva tão-somente no concernente as falsificações verificadas na mesma praça. Orientação assentada no STF. 4.7. Reconhecimento da primariedade e dos bons antecedentes, relativamente a todos os acusados. (AP 307, Rel.: Min. ILMAR GALVÃO, Plenário, j. 13.12.1994 - destaquei)

No caso em tela, os delitos de corrupção passiva são atribuídos ao acusado Fernando Affonso Collor de Mello, no exercício das funções de Senador da República, entre os anos de 2010 e 2014, pelo fato de ter solicitado, aceitado promessa nesse sentido e recebido vantagem pecuniária indevida, com a intermediação e auxílio de Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos e Luis Pereira Duarte de Amorim, respectivamente, no valor total estimado em R\$ 29.950.000,00 (vinte e nove milhões, novecentos e cinquenta mil reais), para, a partir da indicação de quadros a diretorias da BR Distribuidora S/A e subsequente manutenção dos indicados, viabilizar o funcionamento de organização criminosa voltada para a prática de crimes no âmbito da aludida sociedade de economia mista, omitindo-se, ainda, quanto ao cumprimento do seu dever parlamentar de fiscalização da administração pública federal. Tal atuação teria culminado, de acordo com a proposta acusatória, na celebração irregular de *“um contrato de troca de bandeira de postos de combustíveis com a DVBR – Derivados do Brasil S/A, bem como quatro contratos para a construção de bases de distribuição de combustíveis com a UTC Engenharia S/A”* (fl. 6.998), contextos nos quais foram obtidos os recursos para os pagamentos ilícitos em favor dos denunciados.

Imputa-se, ainda, aos denunciados Fernando Affonso Collor de Mello e Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, também em decorrência do funcionamento de organização criminosa voltada para a prática de ilicitudes em detrimento da BR Distribuidora S/A, a prática do delito previsto no art. 317, § 1º, do Código Penal, em razão da celebração irregular, pela aludida sociedade de economia mista, de *“um contrato de gestão de pagamentos e programa de milhagens com a FTC Cards Processamento e Serviços de Fidelização Ltda.”* (fl. 6.998), pelo qual teriam auferido vantagem pecuniária indevida no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); bem como a solicitação de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) como condição para *“viabilizar hipotética e futura celebração irregular de contrato para a construção e locação ou leasing de um armazém de produtos químicos em Macaé/RJ entre a BR Distribuidora e a empresa Jaraguá*

*Equipamentos Industriais Ltda., que acabou não ocorrendo em razão da solicitação do pagamento de vantagens indevidas” (fl. 6.999).*

Conforme descrito na denúncia e no seu aditamento, a referida sociedade de economia mista, subsidiária da Petrobras S/A, no período entre os anos de 2009 e 2014, tinha as indicações para a alocação do seu corpo diretivo repartidas entre 2 (dois) grupos políticos: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), representado pelo Senador da República Fernando Affonso Collor de Mello, o qual era auxiliado por Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos e Luis Pereira Duarte de Amorim; e o Partido dos Trabalhadores (PT), representado pelo Deputado Federal Vander Luiz dos Santos Loubet. Ao primeiro grupo caberia a indicação à Presidência da BR Distribuidora S/A e às diretorias de Operações e Logística e de Rede de Postos e Serviços, enquanto ao segundo às diretorias de Mercado Consumidor e Financeira e de Serviços.

Afirma o Ministério Público Federal, nessa direção, que, em função da ascendência ostentada por esses grupos políticos sobre a BR Distribuidora S/A, seus representantes eram destinatários de vantagens indevidas oriundas de contratos celebrados pela sociedade de economia mista com pessoas jurídicas beneficiárias de ilegalidades praticadas nos procedimentos de contratação.

Como já destacado, cinge-se a denúncia em exame às supostas vantagens indevidas percebidas pelo grupo político capitaneado pelo Senador da República Fernando Affonso Collor de Mello, como contraprestação às facilidades para contratação com a BR Distribuidora S/A em favor de empresários dispostos ao pagamento de propina, proporcionada por diretores indicados e mantidos nos respectivos cargos pelo aludido parlamentar federal.

Por se tratar de questão essencial à configuração do crime de corrupção passiva, cumpre perquirir, nesse primeiro momento, se o apoio político envidado na indicação a cargos públicos ou para a manutenção de agentes neles investidos insere-se no âmbito da atuação funcional do parlamentar.

Ao meu sentir, a depender das circunstâncias fáticas verificadas em

cada situação concreta, a resposta deve ser afirmativa.

Com efeito, não se desconsidera que a doutrina, a exemplo de Cezar Roberto Bitencourt, sustenta que o crime de corrupção passiva exige ser *“necessário que a ação do funcionário corrupto seja inequívoca, demonstrando o propósito do agente de traficar com a função que exerce. É indispensável que a ação do sujeito ativo tenha o propósito de ‘vender’, isto é, de ‘comercializar’ a função pública”* (Tratado de direito penal. v 5. 9ª ed. São Paulo: Saraiva : 2015, p. 114).

Nessa linha, como sublinhado pelas defesas técnicas com referências ao direito comparado, argumenta-se que hipóteses como a dos autos, em que o valor indevidamente percebido em razão do exercício da função parlamentar dá-se em troca de apoio político para manutenção de um determinado agente (ora corruptor, ora partícipe da corrupção passiva) em cargo público - de onde pratica ou viabiliza a prática de ilicitudes -, não se traduz em qualquer contraprestação configuradora de corrupção passiva, porquanto a indicação, nomeação e exoneração do titular desses cargos não se insere na esfera das atribuições parlamentares.

Penso de modo diverso, pois, conforme já afirmado em julgamento pretérito, entendo que a tese não resiste à compreensão completa das atribuições parlamentares no regime constitucional vigente.

É que importa ter em mente as próprias peculiaridades do sistema presidencialista brasileiro, em que as atividades parlamentares não se resumem à apreciação e proposições de atos legislativos, mas vão além disso, franqueando-se aos congressistas participação ativa nas decisões de governo.

A esse respeito, ganhou notoriedade a expressão *“presidencialismo de coalizão”* cunhada por Sérgio Henrique Hudson de Abranches para descrever as peculiaridades do sistema presidencialista brasileiro. Segundo o doutrinador:

“(…) o Brasil é o único país que, além de combinar a proporcionalidade, o multipartidarismo e o ‘presidencialismo imperial’, organiza o Executivo com base em grandes coalizões. A esse traço peculiar da institucionalidade concreta brasileira

chamarei, à falta de melhor nome, 'presidencialismo de coalizão'.

(...)

A formação de coalizões envolve três momentos típicos. Primeiro, a constituição de uma aliança eleitoral, que requer negociação em torno de diretivas programáticas mínimas, usualmente amplas e pouco específicas, e de princípios a serem obedecidos na formação do governo, após a vitória eleitoral. Segundo, a constituição do governo, no qual predomina a disputa por cargos e compromissos relativos a um programa mínimo de governo, ainda bastante genérico. Finalmente a transformação da aliança em coalizão efetivamente governante, quando emerge, com toda força, o problema da formulação da agenda.

(...)

Esse é, naturalmente, um processo de negociação e conflito, no qual os partidos na coalizão se enfrentam em manobras calculadas para obter cargos e influência decisória. Tal processo se faz por uma combinação de reflexão e cálculo, deliberação e improviso, ensaio e erro da qual resulta a fisionomia do governo" (**Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro**. In Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro. Vol. 31, n. 1, 1988, p. 21-22, 27).

A despeito de eventuais críticas a essa peculiaridade do sistema presidencialista brasileiro, parcela relevante da doutrina, da qual é exemplo Paulo Ricardo Schier, saúda-o como "*mecanismo eficiente para garantir estabilidade e governabilidade no contexto de um arranjo institucional em que o presidente da república possui muitos poderes e, inevitavelmente, um parlamento multipartidário, tendo que dar conta de interesses políticos e sociais plurais e fragmentados o que, certamente, gera frustrações e tensões*" (Presidencialismo de coalizão. Curitiba: Juruá, 2016, p. 123). Segue o autor, esclarecendo que a "*democracia plural também exige que decisões sejam tomadas e escolhas feitas. E sempre existirão interesses que serão frustrados. O importante é que no processo decisório as escolhas não sejam impostas, que as*

*minorias e os afetados possam influenciar e participar da negociação, inclusive podendo obter cargos, impor pontos inegociáveis ou mesmo buscarem vantagens. A lógica da coalizão permite que este processo ocorra dialogicamente e seja negociado, e não imposto” (p. 126).*

Essa peculiar característica de nosso sistema presidencialista tem sido, igualmente, objeto de considerações por parte do eminente Ministro Gilmar Mendes. Cito como exemplo, argumentos lançados em *obiter dictum*, por ocasião do voto na ADI 4.568, quando expôs que “*em sistemas de governo presidencialistas e, especialmente, em nosso modelo (denominado pelos cientistas políticos de Presidencialismo de Coalizão), as eleições para a Chefia do Executivo e para o Parlamento são independentes. Daí afirmar-se que, no presidencialismo de coalizão vigente no Brasil, não é o governo resultado de uma maioria parlamentar, mas esta, a maioria parlamentar, é que deve ser conquistada pelo Governo eleito”*.

Nessa toada, como se depreende das lições acima transcritas, a própria configuração constitucional do regime presidencialista brasileiro confere aos parlamentares um espectro de poder que vai além da mera deliberação a respeito de atos legislativos, tanto que a participação efetiva de parlamentares nas decisões de governo, indicando quadros para o preenchimento de cargos no âmbito do poder executivo, é própria da dinâmica do sistema presidencialista brasileiro, que exige uma coalizão para viabilizar a governabilidade.

As frustrações e tensões a que se referem as lições doutrinárias citadas é que proporcionam a aproximação ou o afastamento de grupos políticos, gerando expectativas pela participação efetiva nas decisões políticas do governo eleito que, uma vez concedida em decorrência do apoio negociado, se insere, portanto, no cotidiano da atuação parlamentar.

Destarte, a partir do que se sustenta na doutrina, em tese, essa dinâmica não é, em si, espúria, e pode possibilitar, quando a coalizão é fundada em consensos principiológicos éticos, numa participação mais plural na tomada de decisões usualmente a cargo do poder executivo.

Todavia, quando o poder do parlamentar de indicar alguém para um

determinado cargo, ou de lhe dar sustentação política para nele permanecer, é exercido de forma desviada, voltado à percepção de vantagens indevidas, há evidente mercadejamento da função pública, ao menos nos moldes em que organizado o sistema constitucional político-partidário brasileiro.

Logo, a singela assertiva de que não compete ao parlamentar nomear nem exonerar alguém de cargos públicos vinculados ao poder executivo desconsidera a organização constitucional do sistema presidencialista brasileiro.

Não fosse isso, deve-se ter em mente que a Constituição da República, expressamente, confere a parlamentares funções que vão além da tomada de decisões voltadas à produção de atos legislativos, peculiaridade que não passou despercebida quando do julgamento da AP 470, como restou claro do seguinte trecho do acórdão, ao tempo que debatido o tema.

Naquela oportunidade, os eminentes Ministros assim se manifestaram sobre essa peculiaridade das atribuições parlamentares:

“(…)

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE) -  
Ministro Gilmar Mendes, se Vossa Excelência permite?

Nessa mesma linha do seu douto pensamento, o ato de ofício, essa expressão, no nosso Direito - seja em Direito Administrativo, seja em Direito Processual Civil, Penal -, já vem consagrada como o ato que, para ser praticado, não precisa de provocação de quem quer que seja. A autoridade sponte propria ou sponte sua, por impulso interno, portanto, pratica o ato.

Ao passo que ato do ofício revela uma abrangência material compatível com o que pretende o Código Penal - acho que é o § 1º do artigo 317. É ato do ofício público correspondente ao cargo exercido, no caso, pelo parlamentar. E o Ministro Celso de Mello, ainda há pouco, falou que esse ato do ofício compreende centralmente o voto. Mas, nos termos da Constituição, vai além para alcançar opiniões, palavras e votos.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Mesmo

porque os parlamentares acham-se investidos de uma tríplice função constitucional: elaboração das leis, fiscalização dos atos do Poder Executivo e representação, com dignidade, do Povo brasileiro.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE) - Perfeito!

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Mas eu citei outras funções. Citei o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que elenca uma série de outras funções, que não apenas o voto.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Referi-me, Senhor Relator, às funções constitucionais mais expressivas dos congressistas.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) - Sobretudo, os líderes.

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: O exercício do voto, pelos membros do Congresso Nacional, talvez represente o mais expressivo dos momentos em que se desenvolve a prática do ofício parlamentar. Observe-se, no entanto, que a atividade parlamentar não se exaure no ato de votação, eis que, como Vossa Excelência bem ressaltou, os congressistas dispõem de múltiplas atribuições, tanto constitucionais quanto regimentais.

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR) – No mundo em que vivemos, a função, talvez, mais eficaz, de qualquer Parlamento é a função fiscalizatória, não a função de legislar.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO (PRESIDENTE) - Ministro Gilmar, se me permite, ainda vou concluir, mas eu tenho certeza que bate com o que vou dizer com o raciocínio de Vossa Excelência.

Como se delinque tanto por ação quanto por omissão, no caso dos autos, há um, esse tipo de cooptação pode levar - como me parece que levou - talvez à mais danosa das omissões: é quando um partido, por si e seus parlamentares, passa a, sistematicamente, não fazer proposta nem oposição. Esse modo

sistemático de se omitir é uma modalidade tão radical quanto danosa.

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - E há funções institucionais notórias, por exemplo, o Colégio de Líderes que define a pauta, a agenda congressual, a agenda de cada uma das Casas Legislativas, significa decide se algo que será colocado na pauta ou, eventualmente, não será colocado. Quer dizer, para isso, basta a aceitação ou a objeção. Veja é uma decisão importante e nem é submetida ao Colégio dos Parlamentares, mas ao Colégio de Líderes, juntamente com o Presidente de cada uma das Casas.

Portanto, há uma série de atos outros que estão hoje consagrados na prática constitucional, na prática regimental, na prática congressual" (p. 4.445-4.447).

A Constituição Federal, em seu art. 49, X, dentre outras, confere ao Congresso Nacional competência exclusiva para: "*X - fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta*".

O Regimento Interno do Senado Federal, órgão que, ao lado da Câmara dos Deputados, compõe o Congresso Nacional, disciplina no seu art. 8º as atribuições inerentes ao exercício do mandato parlamentar naquela Casa, dentre as quais se destaca a descrita no seu inciso II, *verbis*:

"Art. 8º O Senador deve apresentar-se no edifício do Senado à hora regimental, para tomar parte nas sessões do Plenário, bem como à hora de reunião da comissão de que seja membro, cabendo-lhe:

(...)

II - solicitar, de acordo com o disposto no art. 216, informações às autoridades sobre fatos relativos ao serviço público ou úteis à elaboração legislativa;"

Tal dispositivo materializa, de forma inequívoca, o destacado

comando constitucional fiscalizatório dos atos do Poder Executivo por parte dos Senadores da República, incluindo na esfera de atuação parlamentar o instrumento apropriado ao exercício de tal encargo.

Parece evidente, nessa perspectiva, que um parlamentar, em tese, ao receber dinheiro em troca ou em razão de apoio político a um diretor de empresa estatal está mercadejando uma de suas principais funções que é o exercício da fiscalização da lisura dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

Percebe-se, desse modo, a importância superlativa dada pela Carta Magna a essas funções parlamentares quando se verifica, para evitar conflitos de interesses, que aos deputados e senadores é constitucionalmente vedado, desde a expedição do diploma, “a) *firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes*; e b) *aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis “ad nutum”, nas entidades constantes da alínea anterior;*” (art. 54, I, letras “a” e “b”).

Além disso, a Constituição dotou o Congresso Nacional de poderes próprios de autoridade judicial, quando instituídas comissões parlamentares de inquérito, para apuração de fatos determinados, com encaminhamento de suas conclusões para o Ministério Público para responsabilização civil e criminal de infratores (art. 58, § 3º).

Dessa feita, a percepção de vantagens indevidas, oriundas de desvios perpetrados no âmbito de entidades da administração indireta, a partir de sustentação política a detentores de poder de gestão nessas entidades, implica evidente ato omissivo no que diz respeito ao exercício dessas funções parlamentares.

Por todos esses fundamentos, como anotei, inclusive, em julgamentos anteriores, afirmo ser plenamente viável a configuração do crime de corrupção passiva, previsto no *caput* do art. 317 e parágrafos do Código Penal, quando a vantagem indevida é solicitada, recebida ou aceita pelo agente público, em troca da manifestação da força política que

este detém para a condução ou sustentação de determinado agente em cargo que demanda tal apoio.

Não foi outra a conclusão adotada por esta Segunda Turma, com pontual ressalva por parte do eminente Ministro Ricardo Lewandowski, por ocasião do julgamento da AP 996/DF, concluído em 29.5.2018.

Na oportunidade, entendeu-se que a abrangência das atividades exercidas pelos parlamentares viabilizaria a configuração do delito de corrupção passiva não só em relação ao atos praticados no contexto do processo de elaboração de leis, mas também em suas atuações no âmbito dos “*poderes de fato*” que o cargo lhes atribui, nas precisas palavras do eminente Decano desta Corte, o Ministro Celso de Mello:

“(…)

A **jurisprudência** do Supremo Tribunal Federal, **pronunciando-se** a respeito dos elementos **que compõem** a estrutura formal do tipo penal **que descreve** os aspectos diversos **que definem** o crime de corrupção passiva, **tem assinalado** que **no conceito** de ‘*ato de ofício*’ acham-se contidos **não** apenas os poderes de direito do agente público, **mas**, também, os poderes de fato, **com particular destaque** para o desempenho das funções parlamentares, cuja abrangência **compreende** o exercício da influência política, **notadamente** no contexto de um processo de negociação com o Poder Executivo, **objetivando** a expansão da interferência congressional e partidária na própria regência do Estado e, *até mesmo*, no processo de ativa formulação da agenda governamental”.

Destaco, ademais, que por ocasião do juízo de admissibilidade da denúncia ofertada nos autos do INQ 4.011, em sessão de julgamento realizada em 12.6.2018, a qual foi recebida pelo voto da maioria dos integrantes desta colenda Segunda Turma, o eminente relator, Ministro Ricardo Lewandowski, sublinhou com veemência inclusive a desnecessidade de indicação de ato de ofício inerente à função parlamentar para a caracterização do crime de corrupção passiva, já que essa circunstância não compõe a descrição do respectivo tipo penal.

Transcrevo as conclusões exaradas por Sua Excelência, em acórdão publicado no dia 19.12.2018:

“(…)

Não procede a alegação do Senador no sentido de que a capitulação da denúncia estaria equivocada, e que a imputação correta seria a de tráfico de influência. De notar-se, primeiramente, que a prática de ato de ofício não é integrante do delito de corrupção passiva, não havendo, ademais, necessidade de indicar ato inerente à função de Senador da República para caracterização do tipo. Confirma-se a lição de Guilherme de Souza Nucci:

(…)” (p. 17)

As conclusões ora transcritas foram expostas em julgamento de proposta acusatória formulada em detrimento de Senador da República, o qual teria praticado o delito de corrupção no exercício das suas funções parlamentares, exatamente como ocorre no caso em tela, revelando-se oportuna a colação de outro excerto do voto proferido pelo eminente Relator, no qual sua Excelência destaca a viabilidade do exercício desviado dos poderes atribuídos ao parlamentar para a configuração do ilícito contra a administração pública:

“(…)

(i) O primeiro ato de ofício é diretamente imputável, em tese, ao Senador Agripino Maia que, em razão de sua elevada função - membro da Casa Alta -, e tão somente por força dela, solicitou e obteve vantagens indevidas, consistentes em doações para sua campanha, tendo em vista a promessa de fato de terceiro (interferência junto à futura Governadora em contrato administrativo, para assegurar o *status quo* do consórcio INSPAR).

A decisiva influência política no cenário local, derivada da proeminência de sua condição de Senador da República - à qual também se somava o fato de ser o líder do partido - foi

determinante para a solicitação e obtenção da vantagem indevida, que somente teria sido paga pela confiança inspirada no contratado de que o denunciado dispunha, efetivamente, de poder político para assegurar a manutenção do contrato. Dito de outro modo, caso não se tratasse de um influente Senador da República não teria poder para interferir diretamente no processo de escolha da candidata ao cargo de Chefe do Poder Executivo Estadual” (p. 18 - destaquei).

À luz de todas essas premissas, e examinando o caso vertente, tem-se que o conjunto probatório produzido no decorrer da instrução criminal demonstra que, ao menos no período delimitado na incoativa, as indicações à Presidência e às diretorias da Petrobras Distribuidora S/A - BR Distribuidora, em decorrência da coalizão buscada pelo Governo Federal, foram efetivamente repartidas entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), como forma de prestigiar o apoio político negociado com esta última agremiação à base governista no Congresso Nacional.

Ressalto, uma vez mais, que eventuais ilícitos praticados no contexto da atuação do Partido dos Trabalhadores (PT) no âmbito da BR Distribuidora não se incluem na espacialidade abarcada pela acusação formalizada nestes autos, razão pela qual não serão apreciados neste momento, já que consistem no objeto da AP 1.019.

Nessa direção, esclarecedoras são as declarações prestadas em juízo por Nestor Cuñat Cerveró, que à época dos fatos ocupava a Diretoria Financeira da aludida sociedade de economia mista:

“(…)

ADVOGADO - Obrigado, Excelência! Boa tarde, Senhor Nestor Cerveró. O senhor prestou depoimento, sob o regime de colaboração premiada, no qual o senhor fez uma narrativa sobre a divisão das diretorias da BR Distribuidora, segundo o caráter político. Eu queria que o senhor discorresse um pouco sobre isso aqui, perante o Juízo.

COLABORADOR - Bem, na minha época, e eu não sei se

ainda permanece assim, eu... a BR tinha quatro diretores, presidência, a BR Distribuidora, a presidência e quatro diretorias. Quatro diretorias. Eram vinculadas... eram três vinculadas ao... ao... ao negócio e à infraestrutura da BR e a diretoria que eu ocupei por seis anos, a Diretoria Financeira. Havia a diretoria de... a Rede de Postos e Serviços, ou seja, a diretoria que era responsável pelo relacionamento com todos os postos embandeirados da BR.

A BR era a maior distribuidora do País, ainda é, na época, que tem maior rede de postos. Então, uma diretoria que ela cuidava somente do relacionamento da venda e da contratação dos postos de serviço.

A Diretoria de Mercado Consumidor que ela que é encarregada das vendas de combustível, a grande, basicamente, a grandes consumidores, os consumidores de alto combustível, os consumidores de querosene de aviação e os consumidores de combustível pras grandes transportadoras, transportadoras de ônibus, de caminhão. Então, essa diretoria de mercado consumidor que, em tese, atenderia a todo o relacionamento da BR com grandes consumidores.

Havia a Diretoria de Operações... Eu estou dizendo "havia" porque eu não sei como é que está hoje, pode ser que permaneça. Já faz quatro anos que eu saí da BR. Essa diretoria, chamada de Operações e Logística, que é que cuidava da parte da infraestrutura, ou seja, da engenharia, das bases de distribuição, da manutenção, da ampliação das bases de distribuição e dos contratos de transporte - caminhões, né, caminhões-tanque - e dos contratos de compra de álcool, já que compra de gasolina é (ininteligível), de combustíveis de petróleo é toda centralizada com a Petrobras, a BR só comprava da Petrobras. Álcool não; álcool a gente comprava de mais de 200 usinas no País todo. Então, essa Diretoria de Operações e Logística era encarregada também dessas contratações e das contratações dos serviços de engenharia e administração.

E a Diretoria Financeira, que era a diretoria que cuidava de todas as áreas comumente colocadas na área financeira, além

de, no caso particular da BR, cuidava também da área de informática, a área de tecnologia da informação. Isso foi uma modificação feita pouco antes de eu entrar na BR, em que essa área de informática pertencia à Diretoria de Operações e Logística, mas foi transferida para a área financeira. Então ficava sob a minha supervisão. Então, além das atividades caracteristicamente financeiras - contabilidade, tributação e financeira propriamente dita -, havia também a área de TI.

ADVOGADO - Bom, sempre aqui tendo como premissa a época em que o senhor foi diretor lá.

COLABORADOR - Sim.

ADVOGADO - Como é que era a divisão com o...? Claro, em primeiro lugar, havia indicação política para os diretores da BR?

COLABORADOR - Sim. Sim, havia. Sempre houve. A exemplo da Petrobras, a exemplo de todas as estatais - não é novidade - também tanto a presidência como as diretorias passaram pelo crivo de apoio político, de indicação política.

(...)

ADVOGADO - Certo. Quais eram os grupos políticos que, digamos, detinham a divisão das diretorias da BR? O senhor poderia nomeá-los? Ou, enfim, ou o expoente político ou o grupo político?

COLABORADOR - Bom, houve modificações ao longo da minha permanência na diretoria financeira, né. Eu, particularmente, fui indicado pelo Presidente Lula, porque eu saí da diretoria internacional no mesmo dia... da Petrobras, no mesmo dia que fui indicado pra diretoria financeira da BR. No dia 3 de março de 2008, pela manhã, eu fui desligado da diretoria internacional, da Petrobras, e, à tarde - e o conselho, na época, era o mesmo; o conselho de administração da Petrobras e da BR, na época, eram os mesmos conselhos, então eles simplesmente mudavam o início da assembleia -, e, à tarde, depois de ter sido desligado da Petrobras, eu fui nomeado diretor financeiro da BR, por uma indicação direta do Presidente Lula. Isso foi em 2003, com o apoio do PT e do

PMDB, que já vinham me apoiando na diretoria internacional. Havia a presidência, que era uma indicação do PT também, na época era o José Eduardo Dutra, falecido José Eduardo Dutra; e tinha a diretoria de mercado consumidor, era do PT; e a diretoria de postos, quando eu entrei, ainda era uma indicação do PMDB, agora não me lembro direito, e de engenharia também. (Ininteligível), havia uma indicação do PTB, mas eu não me lembro... Isso foi logo depois, já em 2009, houve a substituição, houve a mudança de orientação do patrocínio político dessas diretorias, e é quando o Senador Fernando Collor assume praticamente o controle da presidência das principais diretorias.

ADVOGADO - Quais eram exatamente essas diretorias?

COLABORADOR - Então, em agosto de 2009, com a saída do Presidente Dutra, que foi chamado pelo Presidente Lula para atuar no Congresso, para atuar junto a uma eventual CPI da Petrobras, que estava sendo configurada no Congresso, foi nomeado o José Lima Neto, que foi uma indicação, um apoio conjunto, um apoio compartilhado, um apoio que envolveu o PT, envolveu o PT do Nordeste, que é lá de Sergipe, mais o apoio do PT da Bahia, de Alagoas; o Ministro Lobão, que era do PMDB - o Lima tinha trabalhado dois anos como secretário de energia do Ministro Lobão -; e o Senador Fernando Collor. O Presidente Lula indicou ao Fernando Collor que ele seria também o patrocinador da presidência. Além dessa participação no patrocínio da presidência, o Senador Collor recebeu a indicação dele, o direito de fazer indicação do diretor da rede de postos e serviços.

ADVOGADO - Sabe o nome dele? O senhor lembra?

COLABORADOR - Sim. Luís Cláudio Sanches e o diretor de operações logísticas, que passou a ser o José Zonis. São indicações diretas do Fernando Collor.

Eu permaneci com a minha indicação do PT compartilhada com o PMDB, e o Andurte, que era o diretor do mercado consumidor, permaneceu por indicação do PT. Isso vigorou de 2009 até agosto de 2013, quando o Senador Collor

substituiu, por falta de compromisso ou por não adequação, o Zonis e o Sanches por duas outras indicações.

ADVOGADO - Certo, vou aproveitar o gancho da sua fala final. O senhor disse que, talvez, por falta de compromisso... A contrapartida para esse apoio político para manutenção dos diretores, ela vinha de alguma forma? Havia alguma vantagem? O que era a contrapartida para a manutenção... Aqui falou especificamente da influência política do Senador Fernando Collor, que o senhor alega que existiu, em relação às diretorias ocupadas pelos senhores Zonis e Sanches. Havia algum tipo de contrapartida para que eles fossem mantidos nas diretorias? Eles tinham alguma obrigação?

ADVOGADO - Essa obrigação é comum a todas as indicações políticas, não é? Isso é uma prática comum. No momento que foram indicados, eles tinham a obrigação de contribuições definidas ou negociadas para a pessoa do Senador Fernando Collor. Da mesma forma que eu também tinha com o Senador Delcídio, que era do PT, (ininteligível) e com o comando do Senado do PMDB. Mas, no caso particular, que é o que tá na minha colaboração, é que o Senador Fernando Collor, pelo fato de ter a indicação de dois diretores e mais uma coparticipação na Presidência, ele tinha um *status* especial no controle e na arrecadação de contribuições provenientes dos negócios da BR nas diversas áreas.

(...)

JUIZ - Eu vou aproveitar, antes de passar a palavra à defesa, vou fazer alguns esclarecimentos aqui. Depois eu passo a palavra à defesa e faço eventualmente só alguns esclarecimentos aqui.

O senhor falou que na BR existia indicação política, o senhor relatou aí no início que, em determinado momento, motivou a entrada do PTB e do Senador Fernando Collor. O que que motivou politicamente, se o senhor se lembra, o ingresso do PTB ou do Senador Fernando Collor na BR distribuidora?

COLABORADOR - Senhor Juiz, que eu me recorde, isso foi em 2009, já faz quase dez anos, nove anos. Isso foi no meio

de 2009, ou seja, houve, naquele momento, houve uma agitação política grande, porque estava sendo proposta uma CPI - isso em 2009. O PSDB, na época, tinha conseguido as assinaturas necessárias para uma CPI da Petrobras. Foi depois... Isso já foi depois do Mensalão, né. Então isso veio no rastro do... Tanto que o Presidente Dutra, o falecido José Eduardo Dutra, que já tinha sido Senador - José Eduardo Dutra foi Senador antes de se transformar em Presidente da Petrobras, de ser indicado Presidente da Petrobras -, ele tinha um trânsito muito grande no Senado, principalmente no Senado. O Presidente Lula chamou o Zé, o Presidente Dutra, e disse: Olha, você tem que... e o Dutra tava muito satisfeito ali na BR, é um lugar mais tranquilo, ele tinha sido 5 anos, 4 anos, Presidente da Petrobras, num clima muito mais agitado, e a BR é bem mais tranquila, estava satisfeito, mas teve que abrir mão da presidência da BR para atender essa convocação do Presidente Lula e trabalhar no Senado para desarticular a CPI. Então, nesse momento, a presidência da BR ficou vaga e houve, o que é natural nesses casos, pressões de vários partidos, partidos que apoiavam, que faziam parte da coligação que apoiava o Presidente Lula, pra indicação do novo presidente. O PTB não tinha indicações na Petrobras. O PTB - na diretoria da Petrobras, até hoje, o PTB não tem indicações - pleiteou, como condição - a informação que me foi dada foi essa -, pleiteou, como condição, também para continuar fazendo parte da base aliada e de contribuir pra o esvaziamento da CPI, que o PTB teria que ser contemplado como um diretoria, ou coisa que o valha, equivalente na Petrobras, ao que o Presidente Lula ofereceu, então, ao Presidente Collor, ao Senador Collor, que era - Presidente Collor - a principal figura no Senado, que ele teria direito à indicação compartilhada da Presidência e à indicação de dois diretores da BR. Então, foi nesse período que houve essa movimentação, ao que realmente foi cumprido. A partir de agosto de 2009, o Presidente Collor passou a ter esse controle das operações da BR.

JUIZ - E esse controle, o senhor falou que, inicialmente,

seria indicação do Zonis e do Sanches, que foram substituídos por outras pessoas?

COLABORADOR - Isso já foi depois, quatro anos depois, e também na metade, acho que agosto/setembro de 2013... Isso me foi dito pelo próprio Senador Fernando Collor, que me chamou a Brasília, depois da nomeação, da substituição, ele substituiu os dois diretores que ele tinha indicado, o Zonis e o Sanches, pelo Vilson Reichemback e pelo Luizão.

JUIZ - O senhor se recorda a data disso? O senhor tem registro da sua entrada em Brasília? Foi no gabinete? Foi alguma coisa?

COLABORADOR - Não. Foi na Casa da Dinda. Eu fui levado, eu estava em Brasília, que, de vez em quando, eu ia a Brasília visitar alguns amigos, políticos e tal. E, aí, o Pedro Paulo estava comigo, marcou uma reunião comigo, me convidou e disse: "Olha, o Presidente Collor tá querendo..."

JUIZ - O senhor se recorda a data disso?

COLABORADOR - Data não. Eu sei precisar, que é muito difícil a data, mas foi em setembro, foi logo depois, porque a mudança desses diretores foi em agosto de 2013, e essa reunião se deu um mês depois. Então, eu coloco como setembro de 2013.

Então, nós fomos lá, um dia de semana. O Presidente Collor me recebeu na Casa da Dinda, muito gentil, na parte da tarde, isso eu me lembro, a Casa da Dinda é um lugar enorme. Conversamos coisa de uma hora, uma coisa assim, nessa reunião é que ele me disse que eu devia... Não falou assim literalmente, mas deixou claro que ele tinha conversado com a Presidente Dilma, e que a Presidente Dilma tinha colocado à disposição dele a indicação não só dos dois diretores que ele já indicava como de toda a diretoria. E ele me disse que preferiu não... Que confiava no meu trabalho, nas (ininteligível), e, no caso do Andurte, com a ligação com o PT também e, no meu caso, porque ele apreciava muito o Delcídio. Ele falou muito... Então, que não quis mexer nem no meu nome nem no nome do Andurte.

(...)

ADVOGADO - Perfeito. O senhor relatou aqui que tudo, que teve ciência desses tratos políticos geralmente foi por ouvir dizer, o senhor nunca participou de nenhum fato desses, exceto de uma reunião no Copacabana Palace com dois Senadores. Não é isso?

COLABORADOR - Não, na realidade, desculpa, houve duas reuniões que são emblemáticas nesse caso. Houve uma reunião logo no primeiro mês após a nomeação do Lima, do Zonis e do Sanches, na qual houve a participação minha e do Lima, por serem os diretores mais experientes, tinham mais tempo de casa na Petrobras, mais convivência política. Nós fomos chamados pelo Senador Renan, pelo Senador Delcídio e pelo Pedro Paulo, como representante do Senador Collor, para tratar de como operaríamos o sistema dentro da BR. Isso foi no anexo do Copacabana Palace, no apartamento do Pedro Paulo, em que o Lima explicou, o Lima fez questão de explicar como funcionava a BR. Depois, em 2010, um ano depois, pouco antes da... Melhor dizendo, depois da eleição de 2010, houve uma reunião, no Leme Palace Hotel - pra minha surpresa, o Pedro Paulo resolveu fazer a reunião no Leme Palace Hotel -, em que participou o Pedro Paulo, o Senador Delcídio e o Deputado Cândido Vaccarezza, representando o PT, e os quatro diretores da época, ou seja, Andurte, DMCO, o Zonis, da Diol, o Sanches e eu, onde ficou acertado, a partir de 2010, como seria feita a distribuição partidária. A primeira reunião foi mais para caracterizar a vinculação política, essa de 2009, tanto que só foi o presidente e eu. Éramos os diretores mais experientes. Nessa segunda, já foi uma reunião mais tática, mais prática, em que fomos os quatro diretores e os representantes dos três principais controladores da BR, ou seja, o PT, pelo Vaccarezza, o Delcídio, PT, governo de... e o Pedro Paulo como representante do Fernando Collor." (fls. 7.108-7.142 - destaquei).

Tais afirmações são corroboradas pelas declarações prestadas por

Ricardo Ribeiro Pessoa, gestor da UTC Engenharia S/A e responsável pelas tratativas que culminaram em contratações espúrias com a BR Distribuidora:

“(…) QUE a BR Distribuidora nunca foi uma empresa com grandes investimentos; QUE, como a UTC não teve oportunidades na RNEST, a UTC precisava conseguir novos contratos; QUE PEDRO PAULO LEONI RAMOS procurou o declarante e disse-lhe ‘nós temos’ uma ou duas diretorias dentro da BR Distribuidora nas quais temos acesso e ascendência e que podemos conseguir para a UTC um pacote de obras para construir bases de distribuição de combustíveis; (…) QUE o processo foi ‘disparado’ a partir de um encontro entre o declarante, PEDRO PAULO LEONI RAMOS e JOSÉ ZONIS na BR Distribuidora, no primeiro semestre de 2010; QUE não sabe dizer se houve a participação de outro funcionário da BR Distribuidora na exclusão de empresas para as licitações, mas acredita que o próprio JOSÉ ZONIS resolveu tudo diretamente; QUE os pagamentos eram feitos diretamente a PEDRO PAULO LEONI RAMOS; QUE sabia que JOSÉ ZONIS era uma pessoa colocada na BR Distribuidora por FERNANDO COLLOR; QUE sabia do estreito vínculo entre PEDRO PAULO e FERNANDO COLLOR, inclusive pelo fato de aquele ter sido ministro do governo COLLOR; QUE nas conversas com PEDRO PAULO, este se referia a FERNANDO COLLOR sempre usando somente o prenome ‘FERNANDO’; QUE o declarante sabia que por trás da indicação de ZONIS estava FERNANDO COLLOR, do contrário, não aceitaria pagar 20 milhões de propina e tentaria pagar no máximo 10 milhões; QUE quando PEDRO PAULO LEONI RAMOS usou a expressão ‘nós temos’ uma diretoria na BR Distribuidora, ficou claro ao declarante que PEDRO PAULO estava se referindo a ele próprio e a FERNANDO COLLOR;” (fls. 5-9, do apenso 31, do INQ 3883 – destaquei).

As afirmações transcritas foram confirmadas pelo aludido

colaborador em audiência realizada sob o crivo do contraditório estabelecido em juízo:

“(…)

MINISTÉRIO PÚBLICO - O senhor diz aqui também, nesse mesmo depoimento, que declara que a indicação, por trás de Zonis, estava Fernando Collor. Do contrário, não aceitaria pagar 20 milhões de propina e tentaria pagar, no máximo, 10 milhões. O senhor confirma isso?

COLABORADOR - Confirmo, o que eu quis dizer é que o valor de 2% dava menos de 20 milhões, que era o que eu tinha imaginado. Mas, como eu fui... foi negociado 20 milhões, porque na verdade era pra ser mais um pouco, mas eu reduzi esse valor, negociando com o Pedro Paulo, em função do grande volume que era pra produzir esse dinheiro em espécie.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Então o senhor confirma que esse pagamento o destinatário final era Fernando Collor?

COLABORADOR - Eu confirmo que acertei isso com o Pedro Paulo Leoni Ramos e sabia que por trás de Pedro Paulo estava o ex-Presidente Fernando Collor.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Por que? Qual que era a ligação do Pedro Paulo com Fernando Collor?

COLABORADOR - É sabido, desde a época da década de 90, eu conheci nessa época, que Pedro Paulo era Ministro do próprio ex-Presidente Fernando Collor. Pedro Paulo se referiu a ele, falava no nome de Fernando, e se referiu ao Presidente Collor.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Ah, e quando ele queria se referir ao parlamentar, ele dizia Fernando?

COLABORADOR - Sim, senhora.

MINISTÉRIO PÚBLICO - E qual era o vínculo do José Zonis com o Fernando Collor?

COLABORADOR - O vínculo com Collor eu não sei. O que eu sei é que me foi apresentado por Pedro Paulo o senhor José Zonis como a pessoa indicada na diretoria da BR Distribuidora - uma das diretorias, eu sabia que... e parece que

tem mais uma -, que era a indicação do próprio Fernando Collor.

(...)

ADVOGADA - O senhor afirmou, nos depoimentos já prestados e hoje aqui em juízo, que o então Diretor José Zonis teria sido indicado pelo ex-Presidente Fernando Collor. Esta informação é uma dedução? O senhor deduziu isso com base no que o senhor ouviu dizer? O senhor imaginou em cima de uma relação já existente entre o Pedro Paulo e o ex-Presidente?

COLABORADOR - Não é uma dedução porque tanto Pedro Paulo quanto o José Zonis me informaram isso.

ADVOGADA - Entendi. Essa informação foi passada por eles.

COLABORADOR - Sim, senhora.

ADVOGADA - Mas, então, o senhor não tem nenhum outro dado que comprove essa indicação?

COLABORADOR - Na época, os dados eram esses. Pouco depois, os dados saíram até na imprensa.

ADVOGADA - Dados concretos.

COLABORADOR - Dados concretos foram informações deles.

(...)

JUIZ - Tá. Quando o senhor se aproximou dessa diretoria, o senhor tinha conhecimento se essa diretoria era indicada por algum partido político? Era fruto de algum acordo que existia com o Governo Federal? Ou isso, pro senhor, não existia?

COLABORADOR - Excelência, existia, porque, se, na Petrobras, todos os diretores estavam ligados a partidos políticos e já me cobravam propina, esses diretores que estavam na BR Distribuidora era sabido que eram indicações políticas. Eu tinha isso como claro e certo. E quando o Pedro Paulo me chamou e disse assim: 'Eu tenho um pacote de obras pra vocês', porque a diretoria era de Fernando Collor, eu não tinha dúvida alguma sobre isso. Tanto que outras diretorias lá, que nós não nos relacionávamos, também eram de outros partidos. Não sei, não me lembro quantas diretorias tinham na BR Distribuidora,

mas eram em torno de cinco ou quatro, fora a Presidência, todas tinham indicação política. Isso é fato, eu não preciso nem um minuto pra duvidar disso.

JUIZ - E a indicação que o senhor afirma que seria feita pelo Senhor Fernando Collor - até a doutora acho que usou a palavra 'dedução' -, ela vem diante da proximidade que o senhor sabia que o Senhor Pedro Paulo tinha com o Fernando Collor? Era isso?

COLABORADOR - Não era dedução, foi-me dito que era!

JUIZ - Foi dito?

COLABORADOR - Por Zonis e pelo Pedro Paulo.

(...)

JUIZ - Com relação ao parlamentar Fernando Collor, alguma vez, foi utilizado o nome dele em alguma reunião, foi mencionado?

COLABORADOR - Foi.

JUIZ - E o que o Senhor José Jones falava sobre essa pessoa?

COLABORADOR - Muito veladamente, ele falava que a diretoria era do ex-presidente.

JUIZ - O senhor usou uma expressão em seu depoimento que se o senhor tivesse certeza, ou, ao contrário, se o senhor não soubesse que tivesse envolvido um parlamentar, o senhor não teria pago 20 milhões. O senhor se recorda?

COLABORADOR - Eu queria pagar 10, e terminei em 20.

JUIZ - E essa dobra, o senhor ...

COLABORADOR - Não foi a dobra que me fez fazer isso, mas foi porque exatamente tinha um grupo político por trás."

(fls. 4.448-4.463 – destaquei)

Nessa ambiência, esclarecedoras são as declarações prestadas à autoridade policial pelo então Diretor de Operações e Logística da BR Distribuidora, José Zonis. Embora tenha negado a necessidade de apoio político para ascender ao referido cargo, afirmou ter sido cientificado por um membro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que a sua indicação era apoiada pela referida agremiação, tendo, a partir de então, se reunido

com o acusado Fernando Affonso Collor de Mello para tratar de assuntos relacionados às suas atribuições funcionais. Trago à colação os excertos pertinentes:

“(…) QUE é funcionário de carreira da PETROBRAS; QUE, porém, no período de setembro de 2009 a julho de 2013 ocupou a função de diretor de operação e logística da BR DISTRIBUIDORA, por indicação do Conselho de Administração da empresa; (….) QUE não possui relação pessoal alguma com ex-presidente e Senador FERNANDO AFFONSO COLLOR DE MELLO; QUE foi indicado para o cargo de diretor da BR DISTRIBUIDORA pelo Conselho de Administração da empresa; QUE não foi informado previamente de nenhum tipo de indicação política para o cargo de diretor da BR DISTRIBUIDORA; QUE, porém, após sua posse, foi procurado por um assessor do Senador FERNANDO COLLOR DE MELLO, o Sr. GENERAL SAVIO, para lhe comunicar que seu nome havia sido referendado pelo Partido PTB junto ao Governo para o cargo de diretor da BR DISTRIBUIDORA; QUE esse assessor, à época, também procurou o presidente da BR DISTRIBUIDORA para dar a mesma informação; QUE durante os quase quatro anos que permaneceu na diretoria da BR DISTRIBUIDORA manteve três ou quatro ligações telefônicas com o Senador FERNANDO COLLOR DE MELLO; QUE também teve três encontros com o Senador FERNANDO COLLOR DE MELLO; QUE o primeiro encontro foi estabelecido pelo Senador FERNANDO COLLOR DE MELLO com objetivo de conhecer o declarante; QUE o encontro ocorreu em 2010, na Casa da Dinda, em Brasília, onde o GENERAL SAVIO também estava presente; (…); QUE o segundo encontro ocorreu também no ano de 2010, na Sede da BR DISTRIBUIDORA; (….) QUE o terceiro encontro ocorreu no gabinete do Senador FERNANDO COLLOR DE MELLO no Senado Federal, por convite do próprio Senador; (….) QUE em nenhum desses encontros houve qualquer tipo de pedido de favorecimento por parte do Senador FERNANDO COLLOR DE

MELLO; QUE sua indicação para o cargo de Diretor da BR DISTRIBUIDORA não tem relação, pelo menos que sabe, com o apoio político dado pelo Senador FERNANDO COLLOR DE MELLO; (...) QUE, após a sua posse, foi convocado pelo Ministro das Relações Institucionais, à época, o Sr. LUIZ SÉRGIO, ocasião em que, presentes também alguns Deputados Federais do PTB, foi comunicado do apoio do Governo da Presidenta DILMA ROUSSEF à sua permanência no cargo de Diretor da BR DISTRIBUIDORA; (...)” (fls. 390-392, do Apenso 25 – destaquei).

Embora não tenham sido reproduzidas em juízo, tais declarações são aptas a corroborar a já descrita ascendência política por parte do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em especial do ora acusado e Senador da República Fernando Affonso Collor de Mello, sobre Diretorias da BR Distribuidora, pois confirmam declarações prestadas sob o crivo do contraditório, não havendo falar, portanto, em ofensa ao disposto no art. 155 do Código de Processo Penal.

Com efeito, diverso fosse o panorama, não haveria razão para a cientificação do ocupante do cargo de diretor na BR Distribuidora S/A, ainda que posterior à nomeação, de que a sua indicação fora patrocinada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com a subsequente realização de reuniões com lideranças da agremiação, sobre as quais, em período anterior, não se tem notícias.

Ainda que tal circunstância fática não seja imprescindível à consumação do delito de corrupção passiva, mormente em casos como tais, em que a solicitação de vantagem indevida por parte do funcionário público decorre do poder político inerente à sua posição na composição governamental e com o auxílio de interposta pessoa, o registro de acesso do acusado Fernando Affonso Collor de Mello à sede da BR Distribuidora S/A, justamente no período delimitado pela incoativa, conforme informação contida à fl. 231 do INQ 3.883 (Apenso 25) corrobora os elementos de informação até aqui colacionados.

Mas não é só. Em diligência autorizada pelo saudoso Ministro Teori

Zavascki nos autos da AC 3.909, a autoridade policial apreendeu na residência do Senador da República Fernando Affonso Collor de Mello diversos documentos referentes a temas ligados à BR Distribuidora S/A, relacionados nos itens 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 53, 58, 59, 62 e 90 do auto de apreensão de fls. 1.170-1.183 daqueles autos, revelando-se oportuna a transcrição, a título ilustrativo, dos seguintes:

“26. 01 Documento endereçado à BR Distribuidora SA A/C Mauro Costa Almeida, ref.: operação mercantil dos postos de abastecimento QI 27, QI 25 e QL 06 (Lago Sul) e SAI – Lote 3 – PAG (Sobradinho). Enviado por Roberto Wagner Monteiro (3 folhas)

(...)

39. 01 Documento da Destilaria Brizzo Ltda destinado à Petrobras Distribuidora S.A, de 28/04/2010.

40. 03 Documentos endereçados à Petrobras Distribuidora S.A das empresas Usina Alvorada, Norte Sul e Usina Sapucaia.

(...)

62. 01 Pedaco de papel relatando uma contenda judicial entre uma rede de postos em São Paulo e a BR Distribuidora.”

Tal documentação, apreendida, repito, na residência do réu Fernando Affonso Collor de Mello em 14.7.2015, bem demonstra a proximidade com a qual exercia a ingerência sobre BR Distribuidora S/A em decorrência do cargo ocupado e da influência política de que era detentor à época dos fatos, conforme narrado na incoativa.

Com efeito, os referidos elementos de prova, colhidos por intermédio de busca e apreensão autorizada pelo Supremo Tribunal Federal, demonstram que o aludido acusado detinha informações a respeito dos negócios firmados pela BR Distribuidora muito mais profundas do que as divulgadas “*por meio de comunicações regulares, da situação econômica das empresas brasileiras*” (fl. 7.397), nas palavras da defesa técnica, natureza da qual seguramente não se revestem, como visto, os documentos apreendidos.

Ademais, tal ascendência, materializada em indicações para cargos

estratégicos na estrutura da BR Distribuidora S/A, foi retratada em matéria jornalística, publicada em 26.10.2010, cuja íntegra se encontra no Apenso n. 5 do INQ 3.883 (fls. 185-186), na qual se noticiou a própria indicação de José Zonis à Diretoria de Operações e Logística, informação que foi endossada pelo então Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, e pelo à época líder do Partido Trabalhista Brasileiro e Senador da República, Gim Argello. Confira-se:

“BRASÍLIA – O diretor de Operações e Logística da BR Distribuidora, José Zonis, foi indicado para o cargo pelo senador e ex-presidente Fernando Collor (PTB-AL). A indicação foi (...) em setembro do ano passado. No debate de TV Record, na (...) de segunda-feira, o candidato tucano, José Serra, causou constrangimento à petista Dilma Roussef ao afirmar que (...) tinha poder na BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras.

Depois que foi para a base governista de Lula, Collor passou (...) pressionar nos bastidores, segundo integrantes do governo (...) Congresso, para fazer uma indicação política para a estatal. Para evitar desgaste com o aliado, o Palácio do Planalto deu sinal verde, mas condicionou que a indicação fosse de um nome dos quadros da Petrobras. O pedido de Collor foi encaminhado pelo líder do PTB, senador Gim Argello (DF). Então ministro de Minas e Energia, o senador Edison Lobão (PMDB-MA) defende a indicação.

- É um nome qualificado. Foi uma nomeação vinda da liderança do PTB no Senado. Mas é um quadro de carreira. Não vejo problema no fato de ele ter sido indicado pelo Collor, se é um bom nome – disse Lobão.

(...)

Nesta terça-feira, Argello elogiou a indicação, ignorando a possibilidade de Collor tentar, eventualmente, tirar proveito:

- O presidente Collor tem experiência. Portanto, se é uma indicação dele, significa que é um bom quadro.

(...)

Integrantes do PTB ressaltam que desde que Collor indicou um afilhado para a estatal, se aproximou muito do

comando da BR Distribuidora. Ele já recebeu na Comissão de Infraestrutura do Senado, que preside, o presidente da subsidiária, José Lima de Andrade Neto, para um debate. No início do ano, também recebeu Lima Neto num seminário em Maceió, que contou com o apoio de sua empresa de comunicação. Procurado pelo GLOBO, Collor não retornou.”

Constata-se, portanto, que, antes mesmo de agentes públicos coautores dos fatos denunciados se tornarem colaboradores da justiça, o apadrinhamento político para o preenchimento de determinados cargos estratégicos na estrutura governamental era abertamente admitido tanto por lideranças partidárias como por representantes do próprio governo.

Elucidativa, no mesmo sentido, é a informação que se extrai de mensagens encontradas em aparelho de telefone celular pertencente a José Adelmário Pinheiro Filho, apreendido pela autoridade policial em cumprimento a mandado de busca e apreensão expedido nos autos 5073475-13.2014.404.7000/PR, Seção Judiciária de Curitiba/PR, e analisado também no interesse da investigação levada a efeito no inquérito que deu origem à presente causa penal.

Conforme se infere do excerto a seguir transcrito, no ano de 2013, o aludido empresário, que posteriormente tornou-se colaborador da justiça, foi informado por interlocutor identificado apenas pelo nome “Paulo” que dois cargos sobre os quais o acusado Fernando Affonso Collor de Mello tinha ascensão no âmbito da BR Distribuidora S/A foram requisitados pela “MULHER”, sendo tranquilizado em relação a um dos substitutos. Veja-se:

“Data

09/07/2013

Hora

13:11:31 (UTC+0)

Corpo

Desculpe Paulo,

Ontem estava em vôo para os EUA. Somente agora vi que vc tinha ligado.

O que houve com as saídas?

Abs

Léo Pinheiro.

Data

09/07/2013

Hora

13:37:57 (UTC+0)

Corpo

A MULHER pediu os 2 cargos q eram do Collor... O novo (vilson silva) q toca a operacao pra nos é bom... abs P" (fls. 17-18, do Apenso 20).

O conteúdo da troca de mensagens, cujo acesso se deu por intermédio de busca e apreensão realizada mediante autorização judicial, frise-se, retrata fato ocorrido no dia anterior, 8.7.2013, no âmbito do Conselho de Administração da Petrobras Distribuidora S/A e registrado em ata publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Edição n. 132, Ano XXXIX, do dia 19.7.2013, disponível em [http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/view\\_pdf.php?ie=MTc3MzY=&ip=MO==&s=ZjczMGZiYWQxNWNiYWY0MzJiMTEwY2E4NzM0MtdhYzc=](http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/view_pdf.php?ie=MTc3MzY=&ip=MO==&s=ZjczMGZiYWQxNWNiYWY0MzJiMTEwY2E4NzM0MtdhYzc=), acessado em 3.8.2020.

Da leitura do aludido documento público, extrai-se que, na ocasião, Vilson Reichenback da Silva ("vilson silva") foi eleito para ocupar o cargo de Diretor de Operações e Logística (DIOL), em complemento ao mandato do substituído, José Zonis; ao passo que, em substituição a Luiz Cláudio Caseira Sanches, para ocupar a Diretoria da Rede de Postos de Serviço (DRPS), foi eleito Luis Alves de Lima Filho.

Como já afirmado, tais indicações são inerentes ao presidencialismo de coalizão que caracteriza o sistema de governo instituído na República Federativa do Brasil, do que não resulta, por si só, contrariedade ao ordenamento jurídico que rege o Estado de Direito democrático.

Nada obstante, a utilização indevida do capital político conquistado por intermédio da aliança governamental ajustada, seja pelo abuso ou

pelo desvio do poder dele decorrente, é que se revela capaz de ofender bens jurídicos sensíveis aos objetivos fundamentais da República, insculpidos no art. 3º da Constituição Federal, e que por tal razão merece a tutela do Direito Penal.

Nesse contexto, desborda a razoabilidade a afirmação feita pela defesa técnica do réu Fernando Affonso Collor de Mello por ocasião das alegações finais, no sentido de que, a partir da premissa adotada na denúncia, *“o Parquet deveria, por dever de coerência, denunciar os outros 80 (oitenta) Senadores da República e os 513 (quinhentos e treze) Deputados Federais, ou até mesmo todos os cidadãos, já que detêm competência para ‘denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União’ (art. 74, § 2º, da CF)”* (fl. 7.443).

Tal generalização não se coaduna com o postulado da responsabilidade penal subjetiva, alicerce do Direito Penal alinhado aos objetivos e princípios emoldurantes do Estado de Direito democrático, razão pela qual se passa a perquirir se o conjunto probatório produzido sob o crivo do contraditório estabelecido em juízo é idôneo a suportar as teses acusatórias.

#### **2.1.1. Alegada atipicidade das condutas narradas na incoativa em razão da natureza jurídica da BR Distribuidora S.A.**

Antes de se proceder ao escrutínio probatório compartmentado acerca das contratações espúrias narradas na denúncia, cumpre analisar a tese exposta pela defesa técnica do réu Fernando Affonso Collor de Mello para sustentar a atipicidade das condutas em razão da natureza jurídica ostentada pela BR Distribuidora S/A, sociedade de economia mista subsidiária da Petrobras S/A.

A partir de entendimentos firmados pelo Supremo Tribunal Federal acerca do regime tributário e de pagamento de condenações judiciais por parte de empresas públicas e sociedades de economia mista, cenários em que se mostrou relevante o debate sobre a distinção de regimes jurídicos aplicáveis – de direito público ou de direito privado, a depender das

atividades desenvolvidas por empresas estatais –, a defesa técnica do réu Fernando Affonso Collor de Mello sustenta a atipicidade das condutas narradas na exordial, pois “os supostos autores – DIRETORES DA BR DISTRIBUIDORA – do crime de corrupção passiva não se enquadram na categoria de funcionário público para fins penais” (fl. 7.453), já que suas atividades são executadas em regime de concorrência com o setor privado, não sendo aplicável o regime de direito público.

No entanto, como afirmado alhures, o crime de corrupção passiva tem por objeto de tutela a moralidade administrativa no exercício da função pública, legitimando a aplicação da sanção prevista no respectivo preceito secundário ao agente público que solicita, recebe ou aceita promessa de vantagem indevida em razão da prática de atos inerentes ao cargo ocupado, proibindo, assim, a sua mercantilização.

Nessa perspectiva, assentada a viabilidade da configuração do delito de corrupção passiva mediante a indicação e sustentação de quadros aos cargos diretivos de sociedades de economia mista ou empresas públicas, em razão do exercício desviado das funções parlamentares que decorrem não só da investidura no mandato eletivo, mas da adesão aos propósitos governamentais que caracterizam o presidencialismo de coalizão, afigura-se prescindível a perquirição da natureza jurídica da entidade em cuja espacialidade ocorreram os fatos denunciados, já que a imputação, no caso em tela, não alcança os diretores nomeados e que teriam viabilizado as contratações espúrias.

Em outras palavras, concentrando-se as acusações no exercício viciado da atividade parlamentar por parte de um dos réus, funcionário público nos termos do art. 327, *caput*, do Código Penal, para o qual teriam concorrido os demais, mostra-se indiferente para a configuração do crime de corrupção passiva a natureza jurídica da sociedade de economia mista no âmbito da qual se deram os fatos.

Ainda que assim não fosse, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido da incidência da equiparação ao conceito legal de funcionário público para fins penais promovida pelo legislador no art. 327, § 1º, do Código Penal, aos ocupantes de cargos e funções em

sociedades de economia mista, conforme elucidam os seguintes precedentes:

EMENTA: HABEAS CORPUS. ACÓRDÃO CONFIRMATORIO DE SENTENÇA QUE TERIA CONTRARIADO OS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA, DA PRESUNÇÃO DE INOCENCIA E DO CONTRADITORIO, ALÉM DE NÃO HAVER FUNDAMENTADO A PENA-BASE, FIXADA ACIMA DO MINIMO LEGAL. 1. (...) 4. Função exercida em sociedade de economia mista, que o CP, no art. 327, par. 2., equipara a de funcionário público, para efeitos penais. 5. Pena-base que, contrariamente ao afirmado, foi fundamentadamente fixada pouco acima do minimo legal, se considerada a pena maxima prevista para o peculato (12 anos). Nulidades inexistentes. Habeas corpus indeferido. (HC 72198, Rel.: Min. ILMAR GALVÃO, Primeira Turma, julgado em 14.3.1995)

EMENTA: - "Habeas Corpus". Interpretação do artigo 327 do Código Penal. - O artigo 327 do Código Penal equipara a funcionário Público servidor de sociedade de economia mista. - Essa equiparação não tem em vista os efeitos penais somente com relação ao sujeito ativo do crime, mas abarca também o sujeito passivo. - O crime previsto no artigo 332 do Código Penal pode ser praticado por particular para obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público por equiparação no exercício da função. "Habeas corpus" indeferido. (HC 79823, Rel.: Min. MOREIRA ALVES, Primeira Turma, julgado em 28.3.2000)

Por tais razões, não procedem as teses de atipicidade das condutas narradas na exordial acusatória suscitadas pela defesa técnica do réu Fernando Affonso Collor de Mello (fls. 7.448-7.461).

**2.1.2. O contrato de troca de bandeira de postos de combustível celebrado entre a DVBR – Derivados do Brasil S.A. e a BR Distribuidora S.A.**

De acordo com a proposta acusatória, por intermédio do acusado Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, o réu Fernando Affonso Collor de Mello recebeu a quantia de R\$ 9.950.000,00 (nove milhões, novecentos e cinquenta mil reais) a título de vantagem indevida, como contraprestação à viabilização do contrato de embandeiramento de postos celebrado entre a BR Distribuidora S/A e a sociedade empresária DVBR – Derivados do Brasil S/A, no ano de 2011.

Segundo a Procuradoria-Geral da República, Carlos Alberto de Oliveira Santiago, representante da DVBR, se comprometeu ao pagamento da referida quantia logo após o crédito realizado pela BR Distribuidora referente ao mencionado contrato, no valor aproximado de R\$ 122.000.000,00 (cento e vinte e dois milhões de reais), em três parcelas anuais, das quais a primeira foi paga em meados de 2012, e as subsequentes em 2013 e 2014.

Ainda de acordo com a denúncia, o adimplemento da vantagem indevida negociada ocorreu mediante transferência internacional realizada no ano de 2012 para uma conta bancária mantida em Hong Kong, controlada por Leonardo Meirelles, doleiro que atuava em conjunto com Alberto Youssef, no valor de U\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil dólares americanos). O restante foi entregue pelo próprio Carlos Alberto de Oliveira Santiago a Rafael Ângulo Lopez, um dos transportadores de valores que trabalhavam para Alberto Youssef, em três postos de combustíveis pertencentes à sociedade empresária representada pelo primeiro, no total de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) em espécie.

Conforme descrito na peça acusatória, em 15.6.2010, o Banco Santander, representando os interesses da sociedade empresária DVBR – Derivados do Brasil S/A, proprietária de uma rede de postos de combustíveis, estabeleceu contato com a BR Distribuidora S/A, por

intermédio do seu então presidente, José Lima de Andrade Neto, oferecendo uma oportunidade de negócio, consubstanciada na alienação dos aludidos postos.

A avaliação sobre a viabilidade da proposição, diante da pertinência temática, foi repassada pelo Presidente da BR Distribuidora S/A à Diretoria de Rede de Postos de Serviço, à época ocupada por Luiz Cláudio Caseira Sanches por indicação, como visto, do acusado Fernando Affonso Collor de Mello. O aludido diretor, por sua vez, delegou a análise do tema ao Gerente Corporativo de Rede de Postos, Demétrius Zacarias Diuana, que atribuiu tal tarefa ao Gerente de Gestão Estratégica e Negócios Corporativos, Diógenes Castilho de Mattos Neto. Este, após análise preliminar, sinalizou a possibilidade do negócio proposto ser interessante à BR Distribuidora S/A.

Seguiram-se, então, tratativas para a definição dos contornos da transação, sendo firmado, inclusive, acordo de confidencialidade entre o Banco Santander e a BR Distribuidora S/A, representada pelo gerente Diógenes Castilho de Mattos Neto, que permaneceu à frente das negociações.

No entanto, em 3.11.2010, o Banco Santander, sem declinar o motivo, liberou as partes interessadas na celebração da avença para negociarem diretamente, exonerando-as do acordo de confidencialidade outrora firmado, nos termos de mensagem via *e-mail* remetida pelo representante da aludida instituição financeira a Diógenes Castilho de Mattos Neto (Anexo 13 do relatório do Grupo de Trabalho de Averiguação da BR Distribuidora).

A partir de tal fato, o Gerente de Gestão Estratégica e Negócios Corporativos, Diógenes Castilho de Mattos Neto, foi afastado da negociação em tela, que passou a ser conduzida pelo seu superior, o Gerente Corporativo de Rede de Postos Demétrius Zacarias Diuana, diretamente com o representante e sócio da DVBR – Derivados do Brasil S/A, Carlos Alberto de Oliveira Santiago.

Tais fatos foram reproduzidos de forma fidedigna nas declarações prestadas em juízo pelo próprio Diógenes Castilho de Mattos Neto,

testemunha compromissada, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal:

“(…)

MINISTÉRIO PÚBLICO - Do que o senhor participou exatamente, desses contratos?

TESTEMUNHA - Da negociação com a rede DVBR.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Ah, sim, da rede DVBR! Ah, tá, então o senhor não participou dos contratos, o senhor participou dessa questão do embandeiramento de combustíveis.

TESTEMUNHA - Positivo.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Qual foi a participação do senhor?

TESTEMUNHA - Eu conduzi a negociação desde o início, por volta do segundo semestre de 2010 até o final de janeiro de 2011, quando, naquele momento, eu fui movimentado para uma outra área, aí me desliguei da condução da negociação e não mais tomei parte dela.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Entendi. E quem é que orientou o senhor a participar dessa negociação? Como é que foi a fase prévia dessa negociação?

TESTEMUNHA - Por força da minha função à época, negociações de caráter maior eram consideradas como negociações corporativas, e elas então faziam parte das minhas atribuições. Então, por conta disso é que eu conduzi a negociação quando ela se iniciou.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Entendi. Mas o senhor, dentro da BR Distribuidora, estava subordinado à qual diretoria?

TESTEMUNHA - Eu fazia parte da Diretoria da Rede de Postos e Serviços, e mais, me subordinava ao gerente executivo, numa linha diretor, gerente executivo e gerente de segunda linha. Eu era esse gerente de segunda linha.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Tá. O senhor pode mencionar quem eram os dois que estavam acima do senhor?

TESTEMUNHA - Perfeitamente. O diretor era Luiz

Cláudio Caseira Sanches; abaixo dele, o gerente executivo corporativo Demétrius Zacarias Diuana.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Certo. E a orientação para o senhor participar dessa negociação foi passada por qual desses... por quem desses dois?

TESTEMUNHA - O Banco Santander, ele procurou a BR porque ele tinha sido contratado pela Rede DVBR para ser o *financial adviser*, o assessor financeiro, para conduzir uma negociação de venda da DVBR. Então, ele procurou a BR, e procurou na minha pessoa, perguntando se haveria interesse. Eu falei que, inicialmente, sim, mas tínhamos que aprofundar a questão, então eles ficaram de marcar uma reunião, no caso, em São Paulo, na sede do Santander. Eu falei 'ok, aguardo o agendamento' e reportei o caso ao gerente executivo corporativo - no caso, o Demétrius - e ele falou 'ok, vamos, porque faz parte do negócio da companhia, vamos ver do que se trata'.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Entendi. E aí pode dar sequência a história?

TESTEMUNHA - Perfeitamente. Indo a São Paulo, no Banco Santander, eles abriram números preliminares e, num determinado momento, disseram o seguinte: 'Olha, daqui por diante, só com a assinatura de um termo de confidencialidade'. Eu: 'Ok, por favor, a minuta'. Peguei a minuta, volto para o Rio, submeto ao jurídico da companhia, o jurídico dá o 'ok'. E, aí, por norma, esse termo de confidencialidade tem que ser autorizado pelo diretor da área. Então, esse termo sai da minha mão já avisado pelo jurídico, sobe de alçada para o gerente executivo corporativo, que encaminha para o diretor; o diretor autoriza; aí faz o caminho de volta; e o gerente responsável - no caso, era eu - conduz a negociação.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Entendi. E isso efetivamente aconteceu?

TESTEMUNHA - Aconteceu, mas teve fato novo em seguida.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Se o senhor puder contar a

história toda, aí iria facilitar a nossa vida.

TESTEMUNHA - Passados alguns dias, eu estava numa reunião externa e recebi um telefonema perguntando 'ó, você vai estar aqui amanhã?' - ou depois de manhã, eu não me lembro bem.

MINISTÉRIO PÚBLICO - O senhor recebeu o telefonema de quem?

TESTEMUNHA - Do gerente executivo corporativo Demétrius. Falei: 'Sim, estarei, só estou hoje fora, mas estou aí amanhã'. Ele disse: 'Então, nós vamos receber uma pessoa para tratar da DVBR'. Eu falei: 'Olha, tudo bem, mas fica complicado, porque a gente assinou um termo de confidencialidade com Santander; a rigor, a gente não pode tratar desse assunto com ninguém'. Ele disse: 'É, mas vamos receber'.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Mas ele falou quem era a pessoa?

TESTEMUNHA - Falou.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Quem era?

TESTEMUNHA - Carlos Santiago.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Que é representante de qual empresa?

TESTEMUNHA - Ele era... Ele era o dono da DVBR, que era o que nós sabíamos, e já é falecido, já é falecido. Eu falei: 'Olha, tá bom, mas a gente tem que respeitar o termo de confidencialidade'. Ele disse: 'Não, ok'. Aí tivemos a reunião com ele e, no bojo da reunião, ele disse que ele queria vender, ele colocou preço até, na intenção dele, e eu levantei a questão: 'Olha, nós temos um termo de confidencialidade com Santander, então a gente, a rigor, não pode prosseguir, mesmo você sendo dono'. Ele falou: 'Não, isso eu resolvo'. E resolveu. O Santander, depois, liberou a BR do compromisso do termo de confidencialidade. E, aí, então, nós começamos a pedir diretamente a ele os números da rede, quantidade de postos, volume de combustíveis por produto, localização deles, que isso tudo faz parte dos elementos necessários para realizar uma

análise econômica, que é a ferramenta que nos diz até quanto a gente pode, ou não, investir num determinado negócio. Ocorre o seguinte, esses números nos davam, mas não eram firmes, eles nos davam por ordem de grandeza e, numa segunda reunião, mudava; numa terceira, mudava, até um determinado momento que eu falei: 'Olha, à luz do que você colocou aqui pela última vez, eu vou te fazer uma proposta, mas ela é condicionada; condicionada, primeiro, a você me comprovar essas informações, ou seja, quantos postos de fato você tem, porque uma hora é cento e vinte, outra hora é cento e oito, outra hora é cento e quinze. Não, eu preciso saber com firmeza o que que a gente porventura viria a assinar, caso essa negociação seja aprovada pela Diretoria Executiva, e os volumes com firmeza, e por ponto, por posto e por localização. Então, enquanto você não me der, eu vou me pautar por esse último número que você deu, mas repito, está condicionada.' Aí eu fiz uma proposta no valor de x, com determinadas condições, que teriam que ser respeitadas contratualmente, e deixei bem claro que, ainda que a gente chegasse a um denominador comum, essa negociação, pelo valor dela, só poderia ser aprovada, na esfera da BR, pelo colegiado, ou seja, pela Diretoria Executiva da empresa.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Entendi. E aí, qual foi a sequência disso?

TESTEMUNHA - Bom, ele não gostou da minha proposta, ele disse que ele queria mais e em condições distintas do que eu havia apresentado, tá? Uma delas, por exemplo, é que eu não concordava em fazer essa garantia hipotecária e não concordava em liberar o investimento que a BR porventura ia fazer de uma única vez. Eu concordava que fosse feita uma parte na assinatura, mediante lastro hipotecário, e o restante ao longo do contrato, à medida que ele fosse performando o contrato. Ou seja, cumpriu tantos milhões de litros, leva um x avos daquele valor residual; cumpriu outro tanto x milhões de litros, e assim vai. Ele falou que não, que ele precisava receber mais do que aquele valor, precisava receber tudo na assinatura e que ele não tinha garantia pra aquilo tudo.

MINISTÉRIO PÚBLICO - E aí?

TESTEMUNHA - Eu falei: 'Não. Desculpe, mas eu não consigo nem levar isso pra Diretoria Executiva, não tenho coragem de levar nem pra ouvir um não.' E aí ele ficou de ver e voltar, de me procurar e voltar pra trazer alguma coisa mais material, mais madura, mais consistente. Só que aí, pouco tempo depois, alguns dias depois, eu fui movimentado pra uma outra área, e aí me desliguei da negociação.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Mas o senhor foi movimentado pra outra área por conta desse fato?

TESTEMUNHA - Não, não posso afirmar isso. O diretor da época me chamou e disse que tava precisando de mim numa outra gerência, tá. E eu falei ao diretor, falei: 'Ok, tá.' E fui pra outra gerência." (fls. 7.168-7.171 – destaquei).

Quando ouvido pelo Grupo de Trabalho de Apuração (GTA) deflagrado pela BR Distribuidora S/A para averiguar eventuais irregularidades na contratação em referência, Demétrius Zacarias Diuana negou a participação em qualquer negociação com Carlos Alberto de Oliveira Santiago. Tal afirmação, contrariada pelo depoimento prestado em juízo por Diógenes Castilho de Mattos Neto, também foi refutada no relatório final produzido pelo aludido grupo de apuração, no qual foi consignado que “[E]m 29/10/2010 foi realizada reunião entre o representante da DVBR (Sr. Carlos Santiago), o DRPS (Luiz Sanches) e o GCRP (Demétrius)” (p. 11 do Relatório Conclusivo GTA – DIP PRD 16-2015).

Digno de nota, ainda nesta fase inicial das negociações, que a intenção da DVBR – Derivados do Brasil S/A era de alienação dos postos de combustíveis pertencentes ao grupo empresarial, tendo a BR Distribuidora ofertado o valor de R\$ 102.000.000,00 (cento e dois milhões de reais), posteriormente aumentado para R\$ 115.000.000,00 (cento e quinze milhões de reais), cujas propostas foram rejeitadas. Como se verá adiante, ao final das negociações, firmou-se entre as partes um contrato de embandejamento dos postos pertencentes à DVBR – Derivados do Brasil S/A, pelo qual a BR Distribuidora S/A desembolsou a quantia de R\$ 122.000.000,00 (cento e vinte e dois milhões de reais), sem que houvesse a

aquisição dos postos por parte desta, em flagrante vantagem para a primeira.

Nesse sentido, trago à colação os esclarecimentos do colaborador Nestor Cuñat Cerveró:

“(…)

COLABORADOR - Essa contratação de embandeiramento, eu entrei - isso foi em 2010, mais ou menos -, eu entrei, atendendo a um pedido do diretor Sanches, porque havia um complicador, ou seja, a Petrobras... o pessoal já tinha, a área de postos, já tinha negociado com um grupo de São Paulo, que era... era uma rede de postos DVBR Derivados do Brasil, uma coisa assim, que tinha uns cento e vinte ou cento e trinta postos em São Paulo, em que a BR compraria essa rede. Quer dizer, compraria o contorno, né, porque as distribuidoras não podem ter postos próprio.

ADVOGADO - Sim.

COLABORADOR - Pela lei brasileira a distribuidora não pode...

ADVOGADO - Isso é resolução da ANP.

COLABORADOR - Isso, exatamente. Isso é antigo. Isso vale para BR, vale para Shell, vale para todo mundo. Mas havia sido feita essa rede, e 50% pertencia ao Santiago, o Carlos Alberto Santiago, que é um empresário dessa área em São Paulo, e ao BTG, ao grupo BTG. Eles tinham 50% de propriedade dessa rede, cada um. Houve negociação da compra. A BR se interessou porque São Paulo é o principal mercado brasileiro de combustíveis, então o foco sempre é o crescimento nas regiões de maior concentração. Mas vieram trazer o... e eu coloquei alguma dificuldade justamente pela questão que eu falei do limite orçamentário que a BR tinha. Ou seja, um bilhão de reais é um cobertor curto para a quantidade de investimentos. Isso, coincidente, porque, nesse período em que eu estive na BR, coincidiu com um período de crescimento enorme no mercado de combustíveis, no Brasil, quer dizer, a política de aumento de venda de automóveis e tudo isso, a BR

creceu muito. Não só a BR, todo o mercado de combustíveis cresceu muito. Daí a adequação de novas bases, da expansão de impostos e tudo isso. Então esse orçamento que a gente tinha, que não mudava - porque o grande volume de recursos era destinado para a *holding*, para a Petrobras -, causava restrições de possibilidade desse negócio. Aí eu sugeri e negociei com o pessoal que fosse feito, ao invés de comprar rede, como já estava mais ou menos fechado o acordo, que fosse oferecido somente o embandeiramento, porque o embandeiramento é o dia a dia, é o processo diário de negociação com todos os postos do Brasil, tanto da BR como das demais distribuidoras, e entra como custeio, não entra como investimento. Aí eu organizei isso, meu pessoal da área financeira organizou a parte da negociação, e foi quando eu convenci o pessoal: 'em vez de fazer a compra do ativo, vamos fazer o embandeiramento'. Para os proprietários da DVBR foi um bom negócio, quer dizer, eles receberam por um contrato de dez anos, que é o tempo de embandeiramento, tempo médio, a mesma quantidade de recursos que eles iam receber na venda do ativo. E, na época, eu até falei: 'bom, eu estou entrando já depois do final do jogo, mas eu acho que eu faço jus a também ter participação nesse...' E me foi dito que não, que já estava fechado." (fls. 7.116-7.117 - destaquei).

As propostas de aquisição da rede de postos pela BR Distribuidora S/A e as respectivas rejeições por parte da DVBR – Derivados do Brasil S/A são retratadas em *e-mails* obtidos pelo Grupo de Trabalho de Apuração (GTA), cujas cópias compõem os anexos 15 e 16 do respectivo relatório final e corroboram, portanto, as afirmações do colaborador.

Retomando o processo de reconstrução dos fatos sob julgamento, após o afastamento de Diógenes Castilho de Mattos Neto, as negociações passaram a ser conduzidas diretamente por Demétrius Zacarias Diuana, Gerente Corporativo da Rede de Postos da BR Distribuidora S/A, procedimento que não era o usual na companhia. Nesse sentido é o depoimento prestado sob o crivo do contraditório pela testemunha Luiz

Alberto Rogoginsky:

“(…)

MINISTÉRIO PÚBLICO - Agora, as negociações para esse contrato, elas seguiram os padrões usualmente adotados pela BR Distribuidora?

TESTEMUNHA - Olha, eu acho que sim. O que coloquei no meu depoimento é que todas foram centralizadas no gerente executivo. Ele centralizou isso, todas essas negociações.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Excelência, eu vou ler o depoimento do depoente perante o grupo de trabalho, e foi indagado ao depoente:

Tal negociação seguiu os padrões usualmente adotados pela companhia, que pensa que não, pois as GATs que deveriam ter participado e acompanhado melhor o assunto.

TESTEMUNHA - Sim.

MINISTÉRIO PÚBLICO - O senhor acabou de falar, está em consonância com a sua resposta perante o grupo de trabalho?

TESTEMUNHA - Sim, do ponto de vista de procedimentos, como eu estou falando, de fazer estudos econômicos, sim. Mas essa parte, é o que eu acabei de falar aqui agora, foi centralizada na figura do Gerente-Executivo. E, na minha opinião e de outras pessoas que comentaram, foi centralizado demais, porque ele é um gerente comercial corporativo, mas os GATs são os comerciais que cuidam do campo.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Tá, a minha pergunta foi: a negociação para contrato seguiu os padrões usualmente adotados pela BR Distribuidora?

TESTEMUNHA - Sim, com essa exceção. Essa é uma exceção subjetiva, porque a gente acha que deveria ter reuniões comerciais, mas onde você... onde os gerentes de ponta, os gerentes-executivos deveriam ser..., trocar ideias comerciais, é isso.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Essa exceção que o senhor está

mencionando é uma exceção que não ocorria usualmente?

TESTEMUNHA - Isso.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Qual tipo de prejuízo poderia trazer para a negociação?

TESTEMUNHA - Como eu estava lá recentemente, porque isso foi no ano de 2011, se eu não me engano - eu tinha chegado em março de 2011 pra ser essa gerência -, então, o que eu ouvi dizer, mas eu concordo com isso, é que, tendo mais trocas com a área comercial, você poderia receber mais informações do campo sobre esses postos que estavam ali: se a rede é boa, se não é, o que se ouve no mercado, se eles têm..., os tipos de clientes que eles têm. Você ouve o campo pra você saber como é que são esses postos dessa... era uma rede que, se não me engano, são cento e dezoito postos. Então, tinha-se que ouvir melhor a área comercial pra você saber como eram esses postos. Então, se você faz pouco dessa troca, você pode não ter uma ideia correta do que você está comprando. Nesse sentido, é prejudicial, lógico." (fls. 7.177-7.178 – destaquei).

Na sequência do procedimento de contratação previsto no âmbito da BR Distribuidora S/A, caberia ao seu responsável, o Gerente Corporativo da Rede de Postos Demétrius Zacarias Diuana, submeter as condições do negócio à aprovação da Diretoria Executiva da sociedade de economia mista. No contrato de embandeiramento, o ponto chave para a definição da contraprestação pecuniária se concentrou no desempenho dos postos da rede que passariam a ostentar a bandeira da BR Distribuidora S/A, notadamente no que se refere ao volume de vendas. Ao submeter tais dados à Diretoria Executiva, o funcionário Demétrius Zacarias Diuana afirmou no respectivo Documento Interno do Sistema Petrobras (DIP) que os volumes de vendas informados pela DVBR – Derivados do Brasil S/A teriam sido auditados pela Ernest & Young. Confira-se:

“(…)

5. Os volumes de vendas contemplados no estudo econômico foram definidos da seguinte forma:

- 1º ano: Volume de realização informado pela DVBR através de relatório auditado pela Ernest & Young – 28.258 m3/mês

- 2º ano: Crescimento estimado de 7% ao volume do 1º ano – 30.236 m3/mês

- 3º ano: Crescimento estimado de 14% ao volume do 1º ano – 32.214 m3/mês

5.1. O crescimento das vendas no 2º e 3º anos foram projetados, de forma conservadora, com base no histórico de migração de postos para a imagem BR.” (Anexo 17 do relatório do Grupo de Trabalho de Averiguação da BR Distribuidora – destaquei).

No entanto, diversamente do que foi afirmado por Demétrius Zacarias Diuana, os dados expostos no DIP de propositura do negócio à Diretoria Executiva da BR Distribuidora S/A não foram baseados em relatório de auditoria, na acepção técnico-científica do estudo, tratando-se do resultado de *“uma avaliação do demonstrativo não auditado do volume de litros de combustíveis e m3 de GNV vendidos pela DVBR e fornecidos pela empresa”* (Anexo 18 do relatório do Grupo de Trabalho de Averiguação da BR Distribuidora - destaquei), conforme consignado pela própria Ernest & Young.

A omissão da natureza e da qualidade dos dados apresentados à Diretoria Executiva da BR Distribuidora S/A para avaliação da viabilidade do negócio proposto, por parte do funcionário Demétrius Zacarias Diuana, não passou despercebida pelo Grupo de Trabalho de Apuração, que no seu relatório final consignou:

“(…)

Percebe-se que foi informado à DE que ocorreu uma auditoria especializada para avaliar o volume de vendas da rede, em última instância, aquilo que seria essencial para que fosse efetuado o pagamento da bonificação.

Depoimentos confirmaram que a premissa do negócio foi calcada no relatório da Ernst, como afirmaram os seguintes

declarantes:

(...)

Ocorre que o GTA apurou que este relatório da Ernst & Young não se trata de uma auditoria. Pelo contrário, no seu texto se encontra o seguinte trecho:

‘Devido ao fato de os procedimentos acima descritos não se constituírem um exame de auditoria conduzido de acordo com as normas de auditoria, não expressamos opinião sobre os respectivos itens. Os procedimentos pré acordados, solicitados pela Administração da Companhia (DVBR) e por nós executados não constituem uma auditoria e portanto não estamos em condição de expressar, como de fato não estamos expressando, uma opinião sobre os itens objeto de nossos procedimentos pré acordados.’

(...)

O GTA apurou que este relatório se limitou a confrontar o volume de litros vendidos, demonstrado nos livros fiscais e preparados pela DVBR, com o volume de litros vendidos demonstrados nos relatórios analíticos operacionais (livro de movimentação de combustíveis) e com a planilha encaminhada à BR.

Deste modo, verificou-se que o número estipulado com base de volume para a celebração do negócio não se baseou num relatório de auditoria, como informado no DIP de propositura, mas sim um relatório não auditado, e realizado sem qualquer verificação no campo.

(...)

Nesse sentido, ao deixar de mencionar estas condições, o DIP de propositura deixou de repassar para a DE informações relevantes para o processo decisório, principalmente porque havia uma percepção clara de que o volume era uma dimensão determinante para a definição do bônus.

O GTA entende que o ex-empregado Demétrius falhou ao trazer informações equivocadas para a DE, quando afirmou que um relatório, que não se caracteriza como de auditoria, seria

um relatório de auditoria. O GTA deixa de enquadrar sua falha no regime disciplinar e normas internas, eis que o Sr. Demétrius não é mais empregado do Sistema Petrobras.” (p. 13-14, do Relatório Conclusivo GTA – DIP PRD 16-2015 – destaquei).

Nota-se, portanto, que o funcionário Demétrius Zacarias Diuana submeteu à análise da Diretoria Executiva da BR Distribuidora S/A um conjunto de dados inadequados ao porte da deliberação que se seguiria, fazendo, inclusive, afirmação falsa, atribuindo uma característica inexistente aos números que indicavam os volumes de vendas dos postos de combustíveis sob negociação.

É interessante destacar, ainda, a constatação feita pelo órgão acusatório na peça inicial no sentido de que algumas informações acerca da negociação em tela, consignadas em *e-mails* trocados entre os responsáveis no âmbito da BR Distribuidora S/A, eram copiadas de forma oculta a José Zonis, à época Diretor de Operações e Logística, e também indicado ao cargo pelo acusado Fernando Affonso Collor de Mello. Isso porque, nas palavras da Procuradoria-Geral da República, “[N]ão haveria razão lógica para que um diretor da Diretoria de Operações e Logística tomasse conhecimento de um negócio que dizia respeito diretamente à Diretoria de Rede de Postos de Serviço.” (fl. 89).

Tais circunstâncias, quando analisadas em conjunto, revelam um cenário fático propício ao desenvolvimento das práticas criminosas descritas pelos colaboradores Nestor Cuñat Cerveró e Alberto Youssef, no sentido de que a avença firmada entre a BR Distribuidora S/A e a DVBR – Derivados do Brasil S/A, foi viabilizada pela influência exercida na aludida sociedade de economia mista pelo denunciado Fernando Affonso Collor de Mello, o qual, como contrapartida, por intermédio de Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, recebeu a quantia de R\$ 9.950.000,00 (nove milhões, novecentos e cinquenta mil reais).

Trago à colação excerto das afirmações realizadas em audiência pelo colaborador Alberto Youssef, as quais se coadunam com as declarações prestadas por Nestor Cuñat Cerveró e já reproduzidas neste voto:

“(…)

MINISTÉRIO PÚBLICO - Consta aqui dos autos que, em 2012/2013, o senhor teria realizado uma transação com Pedro Paulo envolvendo a bandeira da BR Distribuidora. O senhor pode nos detalhar esse fato?

COLABORADOR - Esse fato aconteceu, que ele pediu que arrebanhasse recursos através de um outro empresário para que pudesse receber esses valores para ele. Parte foi paga no exterior, parte foi paga aqui.

MINISTÉRIO PÚBLICO - De quanto seria esse valor total?

COLABORADOR - Eu me lembro foi três ou quatro vezes de um milhão e pouco aqui e dois milhões, dois milhões um pouquinho de dólares lá fora.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Consta aqui que seriam cerca de seis milhões de reais?

COLABORADOR - É mais ou menos isso na época.

MINISTÉRIO PÚBLICO - E coube ao senhor entregar esses recursos para o Pedro Paulo?

COLABORADOR - Sim.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Essa propina, esse valor a Pedro Paulo, ela seria distribuída pra título de propina, o senhor sabe?

COLABORADOR - Aí, já não é do meu conhecimento, doutora. Eu fiz esse trabalho para o Pedro Paulo.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Mas o senhor confirma todos os seus termos de colaboração?

COLABORADOR - Confirmo todos os meus termos de colaboração.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Tem um aqui, em específico, que é da data 11.03.2015, que o senhor diz ‘que tais valores era proveniente de uma intermediação que Pedro Paulo efetuou para Carlos Santiago e BTG Pactual, envolvendo a bandeira da BR Distribuidora para postos de gasolina; que se tratava de pagamento de propina, que seria distribuída por Pedro Paulo para diretores da BR Distribuidora e políticos’.

COLABORADOR - Eu confirmo meu depoimento, mas, sinceridade, eu não me lembro, que já faz muito tempo.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Mas, quando o senhor prestou seu depoimento, o senhor prestou voluntariamente e tendo ciência do que estava falando?

COLABORADOR - Voluntariamente. Sim.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Parte dessa quantia teria sido paga no HSBC de Hong Kong, com uma conta controlada por Leonardo Meirelles, 2,4 milhões de dólares. É isso?

COLABORADOR - Exatamente isso. Que parte, que eu falei que foi recebimento no exterior e parte, recebimento aqui.

MINISTÉRIO PÚBLICO - E o que foi recebimento aqui, em espécie, teria sido para Carlos Santiago - em diferentes postos da Rede de Carlos Santiago. É isso?

COLABORADOR - Sim, e foi retirado pelo meu funcionário na época, o Rafael Ângulo.

MINISTÉRIO PÚBLICO - E o Adarico Negro Monte, também?

COLABORADOR - Também.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Eles foram responsáveis pelo recolhimento dos valores nos postos de Carlos Santiago?

COLABORADOR - Sim, senhora.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Aqui, consta que, posteriormente, os valores foram entregues a Pedro Paulo no escritório da GPI Participações?

COLABORADOR - Sim, senhora.

MINISTÉRIO PÚBLICO - De quem era a GPI Participações?

COLABORADOR - Salvo engano, era do Pedro Paulo mais dois sócios, o Paulo e o Ricardo; e o Mauro, se não me engano.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Quem fez essa entrega de dinheiro no escritório do Pedro Paulo, o senhor se recorda?

COLABORADOR - Eu entreguei, o Senhor Rafael entregou, pode ser que o Senhor Adarico tenha ido lhe entregar também." (fls. 4.472-4.474).

No entanto, embora o conjunto probatório permita a conclusão pelo efetivo recebimento, por parte de Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni

Ramos, de recursos retirados de estabelecimentos pertencentes à DVBR – Derivados do Brasil S/A por emissário de Alberto Youssef, não há nos autos elementos de prova idôneos à comprovação da interferência do acusado Fernando Affonso Collor de Mello na negociação entabulada com a BR Distribuidora, o que enseja, no ponto, a prolação de édito absolutório.

Com efeito, é inegável a verossimilhança da narrativa acusatória, conclusão a que se chega pela análise objetiva das peculiaridades que permearam a negociação em apreço, merecendo destaque (i) o súbito afastamento do Banco Santander das tratativas, liberando as partes para negociarem diretamente; (ii) a conversão da proposta de aquisição dos postos de combustíveis pertencentes à DVBR – Derivados do Brasil S/A para um contrato de embandeiramento, sem qualquer alteração significativa dos valores propostos; (iii) a atípica concentração das negociações na pessoa do Gerente Corporativo de Rede de Postos, Demétrius Zacarias Diuana; (iv) a participação sobre assuntos relacionados à negociação a diretor com atribuições estranhas ao objeto da avença (José Zonis), igualmente indicado ao cargo pelo denunciado Fernando Affonso Collor de Mello; e (v) a aposição de afirmação falsa sobre dado essencial no documento em que a proposta foi submetida à Diretoria Executiva da BR Distribuidora S/A, o que culminou na celebração do contrato de embandeiramento com a DVBR – Derivados do Brasil S/A.

Contudo, não há nos autos qualquer elemento de prova que corrobore as afirmações feitas pelos colaboradores, no sentido de que o acusado Fernando Affonso Collor de Mello, por intermédio do codenunciado Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, tenha interferido nas negociações, ou mesmo solicitado vantagem indevida para assegurar o acerto da avença nos moldes em que firmada, a qual, sem qualquer margem de dúvidas, foi extremamente vantajosa para a DVBR – Derivados do Brasil S/A.

Diante de tal vácuo probatório, ônus do qual não se desincumbiu a Procuradoria-Geral da República, nos termos do art. 156 do Código de

Processo Penal, julgo improcedente, no ponto, a pretensão acusatória, com fundamento no art. 386, VII, do aludido diploma legal.

### **2.1.3. Os contratos de construção de bases de combustíveis com a UTC Engenharia S/A.**

De acordo com a proposta acusatória, no ano de 2010 a BR Distribuidora S/A, no âmbito de atuação da Diretoria de Operações e Logística, à época ocupada por José Zonis, celebrou 4 (quatro) contratos de construção de bases de combustíveis com a UTC Engenharia S/A, precedidos de procedimentos licitatórios simplificados, na modalidade convite, nos termos do Decreto 2.745/1998, vencidos pela aludida sociedade empresária por ter apresentado o menor preço entre os licitantes.

Segundo a Procuradoria-Geral da República, a vitória da UTC Engenharia S/A em tais procedimentos licitatórios simplificados decorreu da frustração do caráter competitivo dos respectivos certames, *“mediante ajuste realizado entre o ‘operador particular’ do Senador FERNANDO AFFONSO COLLOR DE MELLO, PEDRO PAULO BERGAMASCHI DE LEONI RAMOS, o Diretor de Operações e Logística da BR Distribuidora, JOSÉ ZONIS, e o Presidente da UTC ENGENHARIA S/A, RICARDO RIBEIRO PESSOA”* (fl. 94), tendo por condição única o pagamento de vantagens indevidas ao parlamentar denunciado.

De forma individualizada, (i) entre 28.5.2010 e 16.6.2010 foi deflagrado o procedimento para a contratação da construção de dois tanques de óleo diesel e implantação de descarga centralizada para caminhão tanque no Terminal de Distribuição de Combustíveis de Duque de Caxias – TEDUC, no Estado do Rio de Janeiro, cujo contrato, no valor de R\$ 53.950.000,00 (cinquenta e três milhões, novecentos e cinquenta mil reais), foi assinado em 13.7.2010; (ii) entre 5.8.2010 e 21.9.2010 teve curso o procedimento para a contratação da construção de novos cais flutuantes no Terminal de Distribuição de Combustíveis de Manaus – TEMAN, no Estado do Amazonas, na Base de Distribuição de Combustíveis de

Caracará – BARAC, no Estado de Roraima, e na Base de Distribuição de Combustíveis de Oriximiná – BARIX, no Estado do Pará, cujo contrato, no valor de R\$ 125.046.452,09 (cento e vinte e cinco milhões, quarenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e nove centavos), foi firmado em 7.10.2020; (iii) entre 27.7.2010 e 30.8.2010 tramitou o procedimento para a contratação da construção da nova Base de Distribuição de Combustíveis de Cruzeiro do Sul – BASUL II, no Estado do Acre, cujo contrato, no valor de R\$ 166.800.000,00 (cento e sessenta e seis milhões e oitocentos mil reais), foi assinado em 7.10.2010; e (iv) entre 23.11.2010 e 14.12.2010 foi realizado o procedimento para a contratação da construção da Base de Distribuição de Combustíveis de Porto Nacional – BAPON, no Estado do Tocantins, cujo contrato, no valor de R\$ 230.727.000,00 (duzentos e trinta milhões, setecentos e vinte e sete mil reais), foi assinado em 2.2.2011.

Ou seja, no interregno de aproximadamente 6 (seis) meses, a UTC Engenharia S/A firmou contratos com a BR Distribuidora S/A que lhe geraram, pela execução das obras relacionadas, um faturamento de R\$ 576.523.452,09 (quinhentos e setenta e seis milhões, quinhentos e vinte e três mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e nove centavos). Tal montante, nas palavras do colaborador Nestor Cuñat Cerveró, correspondia a cerca da metade do orçamento de investimentos da BR Distribuidora no ano de 2010. Confira-se:

“(…)

COLABORADOR - Por que isso? Porque há limitação orçamentária da BR. A BR, mesmo sendo a segunda maior empresa do país, ela tinha uma limitação orçamentária muito grande. Você vê, na época, o orçamento pra investimentos da BR era de um bilhão de reais, por ano, e uma base dessas custa duzentos a trezentos milhões de reais. Então, usando esse recurso financeiro, vamos chamar assim, isso entra como aluguel e é diluído ao longo da utilização da vida útil da base e passa a se afigurar na rubrica de custeio. Então todas as bases... Na questão das primeiras bases que eu mencionei, que foram

construídas pela UTC, do Ricardo Pessoa...” (fl. 7.114 – destaquei)

Embora não haja qualquer impedimento legal a uma mesma empresa sagrar-se vencedora em certames licitatórios consecutivos, seguindo-se a celebração dos respectivos contratos, porque apresentada a melhor proposta conforme os critérios de julgamento pré-estabelecidos, o caso sob análise não retrata mera coincidência, mas verdadeira trama deflagrada para atender aos interesses escusos da UTC Engenharia S/A, confluentes aos do Senador da República Fernando Affonso Collor de Mello, no que foi auxiliado por intermédio de Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos.

Com efeito, o colaborador e então Presidente da UTC Engenharia S/A, Ricardo Ribeiro Pessoa, afirmou que foi procurado à época dos fatos por Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, os quais já se conheciam de outra ocasião, lhe oferecendo um pacote de obras que seriam contratadas pela BR Distribuidora S/A e que, caso concordasse com o pagamento de vantagem pecuniária indevida, poderiam ser direcionadas à aludida sociedade empresária.

Os detalhes da abordagem e da proposta, que foi aceita, foram relatados em audiência pelo aludido colaborador:

“(…)

Em 2009/2010, eu já conhecia o Pedro Paulo Leoni Ramos, aqui presente, e, por estar com a equipe sem obra, porque nós não estávamos operando na RNEST, por uma decisão própria da empresa, eu tinha vontade de ter obras em outros, ter oportunidade, além da Petrobras, embora fosse do sistema Petrobras a BR Distribuidora, como eu conhecia Pedro Paulo já de outras oportunidades, inclusive na área de termoeletrica, Pedro Paulo me ofereceu um pacote de obras no âmbito da BR Distribuidora, na diretoria sem ser de postos, a outra - me esqueci agora o nome - e esse pacote de obras foi todo direcionado para a UTC Engenharia, na medida em que nós conversamos com o diretor da área, o senhor José Zonis,

apresentado pelo Pedro Paulo, onde nós compusemos um pacote de obras que fosse de acordo com o tamanho da UTC Engenharia e que consta da minha colaboração.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Certo. E, em troca, houve pagamento de propina?

COLABORADOR - Houve um acerto com Pedro Paulo, que era um pouco maior, mas nós definimos um valor fixo pelos quatro contratos em torno de 20 milhões de reais a serem pagos mensalmente, em parcelas fixas, não todas iguais, ao longo desse período, de acordo com o cronograma da obra, não especificamente em relação ao recebimento, mas em relação ao que estava previsto receber em cada contrato dentro do seu cronograma, que não era um cronograma só, eram vários porque essas obras iniciaram-se de maneira diferente uma da outra, mas nós compusemos parcelas mensais a serem pagas, e foram todas pagas.” (fl. 4.448 – destaquei).

O direcionamento do conjunto de obras alhures descrito em favor da UTC Engenharia S/A é confirmado pelo também colaborador Nestor Cuñat Cerveró:

“(…)

COLABORADOR - Essas primeiras três, né: Porto Nacional, Cruzeiro do Sul e a ampliação aqui da Baduc, da Reduc. Essas foram da maneira convencional, ou seja, houve uma licitação e, coincidentemente, houve um direcionamento e a UTC ganhou a construção das três bases. Nesse aí houve um pagamento de comissão, de propina, que foi direcionado.

ADVOGADO - Nesses contratos que o senhor mencionou?

COLABORADOR - Nesses três primeiros. Nos outros dois, também haveria, inclusive porque o Pedro Paulo tava envolvido diretamente. Quem trouxe os fundos de investimentos pra desenvolver essas bases de Rondonópolis e a de produtos químicos em Macaé já foi o próprio Pedro Paulo.” (fl. 7.114).

Como se infere das declarações prestadas por Ricardo Ribeiro Pessoa, a título de contraprestação à viabilização das contratações entre a UTC Engenharia S/A e a BR Distribuidora S/A, foi negociado o pagamento de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) em favor de Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, em parcelas mensais e sucessivas, o qual, por sua vez, representava os interesses do Senador da República Fernando Affonso Collor de Mello, detentor, de fato, da capacidade de influenciar de forma efetiva na tomada de decisões no âmbito das diretorias que lhe cabiam no arranjo político decorrente da promessa de apoio à coalizão formada pelo governo então eleito. Para evitar tautologia, me reporto, no que diz respeito à análise probatória de tal afirmação, ao que já consignado no item 2.1 deste voto.

Com a anuência de Ricardo Ribeiro Pessoa, passaram-se às tratativas sobre as condições necessárias para a UTC Engenharia S/A sair vitoriosa dos procedimentos licitatórios simplificados que se seguiriam, finalidade para a qual o denunciado Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos proporcionou o contato direto do aludido empresário com José Zonis, então Diretor de Operações e Logística da BR Distribuidora S.A., o qual seria o responsável pelas contratações.

Nos encontros realizados com o aludido diretor, Ricardo Ribeiro Pessoa solicitou a retirada de empresas de pequeno porte que seriam convidadas a participar dos certames, como forma de viabilizar a apresentação das propostas vencedoras e dar ares de licitude aos procedimentos de contratação. Teve acesso prévio, ainda, à planilha de valores orçados pela BR Distribuidora S/A para cada obra, o que lhe permitiu a elaboração das melhores propostas. Nesse sentido, trago à colação as esclarecedoras declarações apostas no acordo firmado pelo aludido colaborador com o Ministério Público Federal e, posteriormente, reiteradas em juízo:

“(…)

MINISTÉRIO PÚBLICO - O senhor diz aqui também, nesse mesmo depoimento, que declara que a indicação, por trás

de Zonis, estava Fernando Collor. Do contrário, não aceitaria pagar 20 milhões de propina e tentaria pagar, no máximo, 10 milhões. O senhor confirma isso?

COLABORADOR - Confirmando, o que eu quis dizer é que o valor de 2% dava menos de 20 milhões, que era o que eu tinha imaginado. Mas, como eu fui... foi negociado 20 milhões, porque na verdade era pra ser mais um pouco, mas eu reduzi esse valor, negociando com o Pedro Paulo, em função do grande volume que era pra produzir esse dinheiro em espécie.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Então o senhor confirma que esse pagamento o destinatário final era Fernando Collor?

COLABORADOR - Eu confirmo que acertei isso com o Pedro Paulo Leoni Ramos e sabia que por trás de Pedro Paulo estava o ex-Presidente Fernando Collor.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Por que? Qual que era a ligação do Pedro Paulo com Fernando Collor?

COLABORADOR - É sabido, desde a época da década de 90, eu conheci nessa época, que Pedro Paulo era Ministro do próprio ex-Presidente Fernando Collor. Pedro Paulo se referiu a ele, falava no nome de Fernando, e se referiu ao Presidente Collor.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Ah, e quando ele queria se referir ao parlamentar, ele dizia Fernando?

COLABORADOR - Sim, senhora.

MINISTÉRIO PÚBLICO - E qual era o vínculo do José Zonis com o Fernando Collor?

COLABORADOR - O vínculo com Collor eu não sei. O que eu sei é que me foi apresentado por Pedro Paulo o senhor José Zonis como a pessoa indicada na diretoria da BR Distribuidora - uma das diretorias, eu sabia que... e parece que tem mais uma -, que era a indicação do próprio Fernando Collor.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Certo. Agora, no tocante à vantagem da empresa, da UTC, Senhor Ricardo, em que que consistiu? Houve um direcionamento para que vocês saíssem em vitoriosos?

COLABORADOR - Sim, senhora.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Certo. E isso foi pra construção de quatro bases de distribuição de combustível, foi isso? Quatro obras?

COLABORADOR - São quatro contratos: O terminal de Duque de Caxias; o terminal chamado BAPON, que era lá em Tocantins - embora se chamasse BAPON, era perto de Palmas -; o terminal do Acre e de Cruzeiro do Sul; e três ou quatro bases flutuantes, Manaus, Oriximiná e mais uma ou duas que eu não me recordo o nome agora.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Certo. Aqui consta também que o senhor teria tido... na sua frase seria: "Que na verdade o declarante escolheu os participantes da licitação". Como que foi, mais ou menos, isso?

COLABORADOR - Diferentemente da Petrobras, a BR distribuidora não tinha um regime, um sistema de contratação igual. E o cadastro da BR Distribuidora de convite, aonde ela escolhia as empresas, era muito diferente da Petrobras. E eles costumavam misturar empresas de pequeno porte com empresas de grande porte. Nesse caso, eu pedi ao Zonis que tirasse as empresas de pequeno porte, porque elas não iriam ter preços parecidos com o porte da UTC, independente de qualquer coisa. Então eu, simplesmente, tirei algumas empresas, e ele aceitou, e coloquei outras que eu sabia que não teriam interesses e que estavam altamente demandadas dentro da Petrobras com o Comperj e com o RNEST

MINISTÉRIO PÚBLICO - Então, quando o senhor queria tratado sobre esses quatro contratos era com Zonis que falava?

COLABORADOR - Sim, só com o Zonis.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Sobre o direcionamento da licitação também?

COLABORADOR - Sim, senhora.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Quantas vezes, mais ou menos, o senhor conversou com o José Zonis a respeito disso, Senhor Ricardo?

COLABORADOR - Inúmeras vezes. Eu não posso lhe

precisar se foram..., quantas foram, mas foram, umas..., muitas vezes até a necessidade de ocorrer a assinatura e a ordem de serviço de cada contrato. Posso lhe dizer que mais de 10 vezes, no mínimo.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Certo. Então para o senhor, José Zonis estava ciente do acerto financeiro?

COLABORADOR - E operacionalizou tudo de acordo com o que estava combinado.

(...)

ADVOGADO - Tá ótimo. Agora há pouco, o senhor nos disse que, num dado momento, teria o Senhor Pedro Paulo lhe oferecido uma proposta de negócios para elaboração de construção das bases da BR distribuidora e vocês chegaram no que seria o melhor para ambas as partes, e isso teria sido pela BR distribuidora. Como que isso aconteceu? Um dia, ele te ligou e...?

COLABORADOR - No caso das bases?

ADVOGADO - Isso, das bases da BR distribuidora.

COLABORADOR - Exatamente, foi assim. Me ofereceu um pacote de obras. Eu já tinha esse conhecimento com ele, ele me ofereceu. Eu reafirmo tudo que eu tinha dito. Ele me ofereceu.

ADVOGADO - Mas as bases foram feitas a partir do que o senhor queria ou a partir do que a BR Distribuidora necessitava?

COLABORADOR - A BR Distribuidora precisava das bases. Fazia parte do plano das BR distribuidora fazer essas bases e tinham que ser construídas. E Pedro Paulo me ofereceu esse pacote.

COLABORADOR - Quando foi isso?

COLABORADOR - 2010 ou 2009.

ADVOGADO - Tá. E, a partir dessa conversa, quanto tempo isso se desenrolou, até a efetiva concretização do certame.

COLABORADOR - Três, quatro meses para poder se contratar a primeira.

ADVOGADO - Tá. No seu termo de depoimento nº 2, o senhor fala que o processo foi disparado - desculpa, folha 371 a 392, do volume 2, do apenso 28 -, que o processo foi disparado a partir de um encontro entre o declarante, no caso o senhor, Pedro Paulo e José Zonis na BR Distribuidora. Essa reunião existiu?

COLABORADOR - Existiu.

ADVOGADO - Na BR Distribuidora?

COLABORADOR - Não posso me recordar se foi na BR ou não, mas possivelmente sim.

ADVOGADO - Aqui diz na BR Distribuidora.

COLABORADOR - Na BR Distribuidora. Ele me levou lá e me apresentou. Eu não conhecia o Zonis. Não conhecia o Zonis.

(...)

JUIZ - Tá. Não sei se foi a doutora ou o doutor que perguntou, esse contato do Senhor Pedro Paulo com o senhor sobre esse pacote. O senhor se recorda como é que aconteceu? Foi um jantar? Foi um telefonema?

COLABORADOR - Não, foi um telefonema e a ida dele ao meu escritório para discutirmos esse assunto.

JUIZ - Tá. Naquele dia o senhor não conhecia a pessoa do José Zonis?

COLABORADOR - Não, não senhor.

JUIZ - E daí o senhor combinou de conhecer o Senhor José Zonis?

COLABORADOR - Aí nós fomos ver quais eram as obras, foram-me ditas, e nós fomos a Zonis, conhecer o Zonis pessoalmente.

JUIZ - Quem trouxe às obras essas questões foi o Senhor Pedro Paulo, não o Zonis?

COLABORADOR - Sim, senhor.

JUIZ - Quando o senhor chegou pra falar com o Zonis, o senhor já tinha...

COLABORADOR - As obras já estavam decididas.

JUIZ - O senhor já tinha conhecimento disso?

COLABORADOR - Tinha." (fls. 4.448-4.461 – destaquei).

Pelo acesso a José Zonis, que lhe franqueou não só a possibilidade de escolher quais empresas figurariam como concorrentes nos procedimentos licitatórios, mas também os dados orçados pela BR Distribuidora S/A e que serviriam como parâmetro para a escolha das propostas vendedoras, Ricardo Ribeiro Pessoa, como já afirmado, se comprometeu a pagar R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ao Senador da República Fernando Affonso Collor de Mello, na pessoa de Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, utilizando-se, para tal mister, dos serviços de Alberto Youssef.

Trago à colação o excerto pertinente das declarações prestadas em juízo pelo colaborador Ricardo Ribeiro Pessoa:

“(…)

MINISTÉRIO PÚBLICO - Agora, no tocante aos pagamentos, para haver um pouco mais de detalhes sobre isso. Como que ocorreram esses pagamentos desses 20 milhões?

COLABORADOR - Esses pagamentos ocorreram em espécie, mensalmente. Muitas vezes, umas poucas vezes foi entregue diretamente a representantes do Pedro Paulo e ao próprio. E também através de Alberto Youssef que quem detinha todo o caixa 2 produzido pela UTC. Alberto Youssef era como uma espécie de, como eu sempre já disse, ele era quem guardava todo recurso ilícito que é UTC fazia.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Certo. Consta aqui que o senhor entregou pessoalmente a Pedro Paulo, em sua sala, uma...

COLABORADOR - Uma única vez

MINISTÉRIO PÚBLICO - Uma única vez então. Dinheiro em espécie?

COLABORADOR - Sim

MINISTÉRIO PÚBLICO - Nas demais vezes, então o que ocorreu foi o Alberto Youssef?

COLABORADOR - Tinha algum representante que entrava na garagem do prédio e recebia esses recursos através de alguém que eu mandasse. E, no caso, o meu diretor

financeiro (ininteligível) que se carregava disso e, muitas vezes, Alberto Youssef, a maioria das vezes, Alberto Youssef tomou a iniciativa, embora não fosse costume nosso a iniciativa de mandar entregar.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Youssef tinha livre trânsito na UTC?

COLABORADOR - Tinha.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Aqui consta que ele não se identificava na portaria, é isso?

COLABORADOR - Não se identificava, entrava pela garagem.

MINISTÉRIO PÚBLICO - E os operadores dele, o Rafael Angulo e o Negromonte?

COLABORADOR - Eu pessoalmente nunca tive contato com nenhum deles, mas eles devem ser quem ia buscar os recursos que o Youssef mandava para entregar.

MINISTÉRIO PÚBLICO - O senhor entregou o relatório de entrada de pessoas no prédio da UTC?

COLABORADOR - Consta da minha colaboração.

MINISTÉRIO PÚBLICO - E neles consta Rafael Lopes e Negromonte?

COLABORADOR - Acredito que sim. A entrada na catraca, né isso, o registro?

MINISTÉRIO PÚBLICO - Isso. Exatamente.

COLABORADOR - Perfeito.

MINISTÉRIO PÚBLICO - E esses pagamentos para o Pedro Paulo eram sempre feitos na UTC ou podia ser em outros lugares também?

COLABORADOR - Não, ele mandava entregar. E, aí, o Alberto Youssef se encarregou, a maioria das vezes, de levar.

(...)

MINISTÉRIO PÚBLICO - Que o senhor teria dito que com a marcação da reunião com o Pedro Paulo, já ficava subtendido que haveria o pagamento de propina. O senhor...

COLABORADOR - Ele me cobrou algumas vezes, e a gente sempre acertava alguma coisa, né?

(...)

ADVOGADO - Como o senhor mesmo disse, aparentemente, pelo que foi falado, foi uma série de pagamentos não em valores iguais, certo?

COLABORADOR - Perfeito.

ADVOGADO - Então, para tanto, pelo que o senhor apresentou aqui no seu termo de depoimento de delação premiada, o senhor tinha uma planilha que o senhor municiaava com esses pagamentos, acho que, eventualmente, para ter um controle.

COLABORADOR - Essa planilha foi feita em conjunto; para cada obra tinha um valor fixo que era dividido de acordo com o seu cronograma previsto. E como eram quatro obras, quando você somava no mês, não dava um valor igual ao outro, porque uma começava aqui; a outra começava três meses depois; a outra, cinco meses depois.

ADVOGADO - Foi só para entender, porque essa planilha, ela está lá está juntada às fls. 371... 392, volume 2, do apenso 28, junto com o termo nº 2.

COLABORADOR - Exato.

ADVOGADO - Quem elaborou essa planilha?

COLABORADOR - Quem elaborou essa planilha foi eu e meu diretor financeiro.

ADVOGADO - Qual o nome dele?

COLABORADOR - Walmir Pinheiro.

ADVOGADO - E o senhores iam municiaando essa planilha de acordo com o que ia ocorrendo nas obras?

COLABORADOR - Não. Foi definido fixar; nós fixamos os valores de acordo com o que estava previsto porque, se eu fosse fazer de acordo com o que estava ocorrendo nas obras, esses valores mensais iriam variar; e eu não teria condições de produzir um caixa dois a tempo para fazer.

ADVOGADO - Então, no dia 1, vocês sentaram e conversaram, vocês já elaboraram essa planilha?

COLABORADOR - Essa planilha foi feita algum tempo depois.

ADVOGADO - Sim, mas no dia que decidiram eventualmente: 'vamos traçar os pagamentos', vocês fizeram essas planilhas?

COLABORADOR - Exatamente. Não assim, porque, por exemplo, a última obra ela só foi fechada, em termos de valor, muito tempo depois da primeira; mas, em um determinado momento, esta planilha foi consolidada.

(...)

JUIZ - Tá. Com relação a... O senhor usou uma expressão, acho que respondendo a doutora procuradora, que mandava o Youssef entregar.

COLABORADOR - Sim.

JUIZ - Como é que existia essa comunicação entre o senhor e o Youssef?

COLABORADOR - Deixa eu explicar ao senhor, Excelência. O Alberto Youssef, que eu o conheci com o nome de Primo, era uma pessoa ligada ao Deputado José Janene, e Alberto Youssef era um produtor de caixa 2. Ao mesmo tempo que ele transacionava com o fazer caixa 2, ele guardava muito dinheiro. Então, eu tinha sempre por máxima que quem produzisse não guardava, e quem guardava não entregasse. Essa era a máxima minha, pessoal.

O Alberto Youssef começou a ser praticamente o cofre de caixa 2 da UTC. Pela quantidade e o volume que nós tínhamos que pagar, e geralmente, no âmbito do sistema Petrobras, ele passou a ser o guardador desses recursos, porque não dava pra guardar esses recursos em nossos escritórios, porque o volume era grande. Em resumo, ele começou a guardar isso aí e começou a também, em alguns casos, no caso do Paulo Roberto Costa, ele começou a entregar a Paulo Roberto Costa. E nós, fazendo uma exceção, deixamos ele entregar também, porque era em São Paulo, era mais fácil, ele mesmo começou a entregar aos emissários ou a quem o Pedro Paulo mandasse.

Então ele fazia esse caixa 2, ele recebia esses recursos de caixa 2 produzidos com terceiros e ele guardava pra nós. Posso até lhe dizer que nós tínhamos, nessa época, quem fazia caixa 2

pra gente: era a SM Terraplenagem, a SMTR, Mawin, era o pessoal de Adir Assad e de Roberto Trombeta. Nós variamos, ao longo dos anos, as pessoas que nós, as empresas, Rock Star, faziam muito caixa 2 nessa época pra esse pessoal.

JUIZ - E o senhor sabia o valor que o senhor tinha que pagar ao Senhor Pedro Paulo? Ele controlava esses pagamentos também?

COLABORADOR - Não, ele não tinha condições alguma. Nós tínhamos lá um recurso lá, nós tínhamos volumes de dinheiro lá depositados com ele, e ele recebia uma instrução: 'Leve X pra tal pessoa, pra tal endereço'. E acabou. Ele não tinha, ele não sabia, pelo menos da minha parte, quanto era, nem por que era, nem pra quem era. Só tinha o endereço." (fls. 4.450-4.462)

A mesma dinâmica de indicação e realização de pagamentos em favor de Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, na representação dos interesses do Senador da República Fernando Affonso Collor de Mello, é reproduzida por Alberto Youssef, que esclareceu, em depoimento prestado em juízo, como as ordens emanadas da UTC Engenharia S/A eram cumpridas:

"(...)

MINISTÉRIO PÚBLICO - E a respeito do contrato que a UTC tinha com a BR Distribuidora?

COLABORADOR - Bom, a UTC, eu tinha o caixa 2 da UTC comigo. Se é sobre os valores que o Doutor Ricardo pediu que eu repassasse ao Pedro Paulo, eu não sei a que título foi que o Doutor Ricardo repassou esses valores ao Pedro Paulo, porque eu simplesmente cuidava do caixa 2 dele e eu não perguntava a ele por que ele estava pagando ou deixando de pagar. Então, esse repasse existiu, eu retirei do caixa do Doutor Ricardo e creditei o caixa do Pedro Paulo.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Então, o senhor confirma que, a pedido do Ricardo, o senhor fez pagamentos para Pedro Paulo?

COLABORADOR - Sim, confirmo.

MINISTÉRIO PÚBLICO - O senhor lembra do valor? Quanto que foi?

COLABORADOR - Foram várias vezes e foram alguns meses seguidos.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Então era mensal?

COLABORADOR - Era uma coisa meio que mensal, por poucos meses, mas que foram mensais.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Como que se dava a entrega pro Pedro Paulo?

COLABORADOR - Eu creditava o conta-corrente que ele tinha comigo, aí, às vezes, ele me pedia: cem mil no escritório dele, cinquenta, trinta, duzentos, e eu ia levando.

(...)

ADVOGADA - Em alguma oportunidade, o senhor conhecer pessoalmente o Senhor Luís Pereira Duarte Amorim?

COLABORADOR - O Amorim, o Luís, eu conheci no meu escritório.

ADVOGADA - Pessoalmente?

COLABORADOR - Pessoalmente.

ADVOGADA - Ok.

JUIZ - O que o Luís Amorim esteve e fazendo (ininteligível)?

COLABORADOR - Ele foi retirar valores.

JUIZ - Pra ele? A mando de quem? A pedido de quem? Qual título?

COLABORADOR - O Pedro Paulo falou "disponibiliza x valor que o Amorim vai passar no teu escritório tal da hora para retirar".

JUIZ - O senhor não sabe por que que foi o Amorim que foi buscar e o que ele ia fazer com dinheiro?

COLABORADOR - Não.

JUIZ - Com relação ao Senhor Fernando Collor, o senhor tinha conhecimento de qual a relação dele com o Pedro Paulo?

COLABORADOR - O Pedro Paulo foi ministro do Fernando Collor. E esse é o conhecimento que eu tinha.

JUIZ - O senhor sabia se eles tinham negócio entre eles?

COLABORADOR - Eu sei que eles eram muito amigos, mas negócios assim, eu não posso afirmar. Seria leviano da minha parte afirmar que ele tinha negócio negócio com o Fernando Collor.

JUIZ - Quando o senhor foi levar o dinheiro...

COLABORADOR - Ele, várias vezes, pediu que eu entregasse valores ao Amorim e pediu depósito na conta do Fernando Collor; pra mim, era uma coisa normal que...

JUIZ - Quando o Senhor Pedro Paulo pedia pro senhor levar dinheiro para o Amorim ou levar dinheiro pra..., pro Amorim especificamente, pra Gazeta, no seu entender esse dinheiro tinha como destinatário final o Fernando Collor? Não estou perguntando a que título? Quero saber se era isso que o senhor imaginava?

COLABORADOR - No meu entender, sim.

JUIZ - No seu entender, sim.

COLABORADOR - No meu entender, sim.

(...)

JUIZ - Alguma vez o Pedro Paulo falou se emprestava dinheiro ao Senhor Fernando Collor?

COLABORADOR - Uma vez o Pedro se queixou comigo que o Collor era um saco sem fundo. Alguma coisa assim nesse sentido, mas foi nesse sentido, porque ele pediu um depósito para ser feito na conta do Pedro Paulo e tava demorando um pouco para esse depósito entrar e, aí, eu acho que ele ficou cobrando o Pedro Paulo, e o Pedro Paulo acabou entrando em contato comigo pra cobrar se já tinha sido feito, o que tinha acontecido que o depósito não tinha entrado." (fls. 4.479-4.485 – destaquei)

Como visto, a narrativa fática exposta na denúncia pela Procuradoria-Geral da República é respaldada pelos depoimentos prestados por colaboradores da justiça, que reiteraram em juízo, sob o crivo do contraditório, portanto, as pertinentes declarações que compõem as respectivas avenças firmadas com o Ministério Público Federal, nos moldes de Lei n. 12.850/2013.

Não se olvida, todavia, que somente as declarações dos colaboradores, de forma isolada, são inservíveis para fundamentar um decreto condenatório, nos exatos termos do que preceitua o art. 4º, § 16, III, da Lei 12.850/2013, tanto na sua redação original como na que atualmente lhe confere a Lei 13.964/2019:

“Art. 4º (...)

§ 16 – Nenhuma das seguintes medidas será decretada ou proferida com fundamento apenas nas declarações do colaborador:

(...)

III – sentença condenatória.”

O instituto, que desde a sua regulamentação teve inegável aptidão de desvelar estruturas criminosas até então inatingíveis, vem sendo alvo de contundentes críticas, centradas na forma como alguns procedimentos foram conduzidos por órgãos do Ministério Público, redundando em precipitadas afirmações genéricas de descrédito aos propósitos do colaborador ao firmar a avença e conseqüente imprestabilidade do produto da atividade colaborativa. Como amostra, trago à colação excerto de argumentos lançados pela douta defesa técnica do denunciado Fernando Affonso Collor de Mello por ocasião das suas alegações finais:

“(…)

O problema se acentua ao analisarmos provas da mesma categoria, vale dizer, colaboração premiada. Nesse caso, há de se observar a redundância destas, à medida que se emolduram asserções de hipóteses em direção ao enunciado fático a ser provado, orientado pelos interesses do órgão de acusação e, muitas vezes, pelo interesse do próprio colaborador em manter, a qualquer custo, os benefícios de sua delação, independentemente da veracidade e fidelidade dos fatos narrados.

A prova oriunda do testemunho de colaboradores premiados deve ter o contraditório direto e cruzado, dado que

os elementos que encartam o acervo probatório, exclusivamente, são produzidos sem a devida participação da defesa. As informações são de classe extraprocessual, pré-constituídas, engendradas no processo sem que a defesa possa empreender filtros mais rígidos, que atestem sua fiabilidade e os controles epistêmicos.

(...)

É evidente que o prêmio concedido aos colaboradores resulta em um gatilho propositivo, cujo interesse maior é manter as elucubrações elencadas na relação jurídica homologada.

Sem embargos, aumenta-se vertiginosamente a confusão de eventos mentais da testemunha interessada, devido ao grau de dependência que o testemunho tem com a tese acusatória, mediante risco de haver a cassação do prêmio negociado. Notadamente, a roteirização dos meios de obtenção de prova estimula, inadvertidamente, a quebra da cadeia de custódia, e aumenta o risco de autossugestão, vale dizer, de motivar informações enganosas, orientadas pelo contexto determinado e pela vontade pessoal do colaborador em agradar seus inquisidores e manter seus benefícios." (fls. 7.352-7.353)

Nada obstante, tenho que tais discursos, porque não devidamente individualizados, culminam por negar vigência às normas extraídas dos arts. 3º-A e seguintes da Lei n. 12.850/2013, introduzidas no ordenamento jurídico com a observância ao devido processo legislativo previsto na Constituição Federal, e buscam atribuir uma tarificação negativa ao aludido meio de obtenção de prova, revelando tão somente a íntima convicção de falibilidade de qualquer informação assim inserida no processo, o que não encontra eco no processo penal de índole democrática.

Essas críticas, aliás, quando lançadas como fundamento de decisões judiciais, sem que se aponte qualquer vício sobre os acordos que embasam o caso sob julgamento, culminam na nulidade do respectivo provimento jurisdicional, nos termos do enunciado da Súmula Vinculante

n. 10 do Supremo Tribunal Federal.

No caso em análise, todas as declarações até aqui transcritas e proferidas por agentes colaboradores foram reproduzidas sob o crivo do contraditório, submetidas, portanto, ao “*contraditório direto e cruzado*”, ainda que diferido, a que alude a defesa técnica do acusado Fernando Affonso Collor de Mello.

Ademais, tendo em vista que o relato de uma multiplicidade de atos delituosos por parte dos colaboradores tem sido observado com frequência no cotidiano forense, a eficácia da atividade colaborativa deve ser avaliada no contexto de cada procedimento deflagrado para apuração de fatos determinados, sendo improdutiva e contrária ao interesse público intrínseco ao instituto a imputação genérica de imprestabilidade deste importantíssimo meio de obtenção de prova.

Feita essa digressão, registro, em respeito à norma em comento, que os fatos aqui retratados não estão, de modo algum, sustentados tão somente nas declarações dos colaboradores, porquanto, como se verá, encontram consistente suporte em outros elementos de prova produzidos sob o crivo do contraditório, circunstância que atesta e reforça a veracidade das declarações, autorizando, via de consequência, a sua utilização como fundamento à resolução do mérito da causa penal em análise.

Com efeito, todos os procedimentos de contratação da construção de bases de combustíveis com a UTC Engenharia S/A foram submetidos a uma análise interna e técnica pela BR Distribuidora S/A, que instituiu um Grupo de Trabalho de Averiguação (GTA) para tal finalidade, cujas conclusões corroboram a narrativa exposta pelos colaboradores Ricardo Ribeiro Pessoa, Nestor Cuñat Cerveró e Alberto Youssef.

Rememoro que, de acordo com o colaborador Ricardo Ribeiro Pessoa, os privilégios concedidos à UTC Engenharia S/A nos procedimentos licitatórios simplificados, mediante o pagamento de vantagem indevida em favor do Senador da República Fernando Affonso Collor de Mello, por intermédio do denunciado Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, consistiram basicamente (i) na escolha dos demais

licitantes, com o afastamento de empresas de menor porte que, teoricamente, poderiam oferecer propostas com valores inferiores; e (ii) no acesso prévio aos preços estimados pela BR Distribuidora S/A para a execução das obras contratadas.

Ao analisar de forma minuciosa os procedimentos de contratação das obras de construção da Base de Distribuição de Combustíveis de Cruzeiro do Sul – BASUL e da Base de Distribuição de Combustíveis de Porto Nacional – BAPON, o Grupo de Trabalho de Averiguação da BR Distribuidora S/A constatou, em ambos, a afirmada violação do sigilo da estimativa de preços formulada pela sociedade de economia mista, conforme se infere dos seguintes excertos colhidos do relatório final:

“Com base nos dados preliminares da AUDI e na análise dos documentos pelo GTA, foi possível aferir que, nos casos da BAPON e da BASUL, houve a violação do sigilo das estimativas de preços.

Quando comparamos a estimativa de preços da BR para BAPON e BASUL, com as propostas apresentadas pela UTC, foi possível ao GTA aferir que há uma variação percentual constante para diversos itens destas planilhas (Anexo 4). A título ilustrativo, confira-se os itens abaixo da planilha da BAPON:

(...)

Levando em consideração que a planilha de preços é formada por centenas de itens, os quais devem ser precificados individualmente, seria estatisticamente inviável que esta variação percentual ocorresse por mero acaso ou coincidência. Nesse sentido, podemos afirmar que a UTC teve acesso à estimativa da BR, atualizou alguns itens de acordo com os seus interesses e então apresentou sua proposta.

Desnecessário dizer que o acesso à estimativa é um vício, eis que o seu sigilo é essencial para que seja mantida a competitividade e igualdade entre as partes. Os procedimentos da Cia. são claros ao demonstrar a necessidade desse sigilo. O PG-0BR-00005-C determina o seguinte:

e. As estimativas contendo os valores para contratações de obras, serviços ou compras devem ser elaboradas nas planilhas de preço ou documento equivalente que deve servir de base para a proposta dos Licitantes. Precisam ser datadas e rubricadas/assinadas, em todas as suas folhas, pelas pessoas responsáveis pela sua elaboração e pelo Gerente Executivo da área, com as respectivas identificações, mediante aposição de carimbo;

e.1. As planilhas contendo as estimativas e o ateste da disponibilidade de recursos orçamentários pela GPL/GEPLO, devem ser emitidas em 2 (duas) vias e encaminhadas à SEGE em 2 (dois) envelopes lacrados, devidamente identificados, cada um dos quais contendo uma via dos documentos supracitados, de acordo com o modelo de etiqueta (Anexo B). Os envelopes devem ser mantidos em poder da SEGE até serem abertos na reunião da Diretoria-Executiva, momento em que as estimativas devem ser rubricadas pelo Secretário-Geral, com aposição de carimbo;

f. Uma vez aprovada a abertura do processo licitatório, os dois envelopes com a estimativa de custo e o ateste da GPL/GEPLO devem ser colocados em novos envelopes, lacrados e identificados de acordo com o modelo de etiqueta citado no item acima. Um deles é arquivado juntamente com o Comunicado da decisão, na pasta de Pautas da Diretoria Executiva, enquanto que o segundo envelope, também lacrado, é encaminhado pela SEGE ao Gerente Executivo de Serviços Compartilhados, para as providências subsequentes e arquivo na pasta do respectivo processo licitatório;

(...)

Nos casos em que, excepcionalmente, a abertura do processo licitatório seja autorizada pelo PRD/Diretor de contato, para posterior homologação pela DE, devem ser adotadas as medidas necessárias à preservação do sigilo

da estimativa de preços, no âmbito das áreas envolvidas.

(...)

Percebe-se, então, que a estimativa é documento sigiloso, que não deve ser acessado pela comissão de licitação e, mais ainda, pelos licitantes. Corrobora o procedimento interno da Cia. o Decreto 2.745/98, que ao mencionar os requisitos do edital de licitação, não arrola a estimativa de preços entre os documentos essenciais, diferentemente do que faz a Lei n.º 8.666/93 (art. 40, § 2º, II). Dispõe o Decreto:

(...)

A falta de um dispositivo que obrigue a introdução da estimativa no edital se mostra como um silêncio eloquente, que nos leva a interpretar que não é lícita a inserção da informação, uma vez que, se fosse intenção do regulamento publicar a estimativa, teria sido repetida disposição que está expressa na lei n.º 8.666/93.

Ademais, ainda que se admitisse que a estimativa pudesse ser de conhecimento dos licitantes, isto deveria ser feita de forma igual para todos, por meio de divulgação no edital, e não somente para um dos licitantes.

Assim, em face do exposto, o GTA conclui que houve a violação da estimativa de preços para o processo da BASUL e da BAPON, considerando que as planilhas de preços das propostas da UTC apresentam variação percentual idêntica para vários itens, quando comparados com os da BR, violação esta que contraria o disposto no PG-0BR-00005-C e no Decreto n.º 2745/98." (fls. 9-11, do Relatório Final GTA DIP 19-2015 - destaquei)

Conforme constatou o aludido grupo de trabalho de averiguação, a variação entre os preços ofertados pela UTC Engenharia S/A e os previamente orçados pela BR Distribuidora S/A foi de exatos 92,0510% (noventa e dois, quinhentos e dez décimos de milésimo por cento) em pelo menos 9 (nove) itens das planilhas, fato "*estatisticamente inviável*" de ocorrer sem o prévio conhecimento dos valores estimados pela sociedade

de economia mista.

Como se depreende das fls. 25-29 do Relatório Final do Grupo de Trabalho de Apuração instituído no âmbito da BR Distribuidora S/A, o mesmo vício foi constatado no procedimento de contratação da construção dos cais flutuantes (TEMAN, BARAC e BARIX).

No ponto, limita-se a defesa técnica do acusado Fernando Affonso Collor de Mello a questionar a interpretação feita pelo Grupo de Trabalho de Apuração sobre as normas aplicáveis ao procedimento licitatório simplificado, aduzindo, em síntese, que *“o silêncio eloquente do Decreto n. 2.745/98 quanto à obrigação da introdução da estimativa do edital não torna a prática necessariamente ilegal, mas tão só facultativa”* (fl. 7.388).

Olvida-se, no entanto, que a companhia, em opção não vedada pelo ordenamento jurídico, disciplinou na sua normativa interna PG-0BR-00005-C a obrigatoriedade de manutenção do sigilo das estimativas de preços no decorrer do procedimento licitatório, a qual, como visto, não foi observada nas contratações da construção das bases BASUL e BAPON, gerando inequívoco favorecimento à UTC Engenharia S/A, o que corrobora as afirmações feitas pelo colaborador Ricardo Ribeiro Pessoa, que conduziu, pessoalmente, as tratativas. Tal fato se encontra materializado na frequência com a qual o aludido colaborador registrou entrada no edifício da BR Distribuidora S/A no período das contratações, conforme elucida o relatório de acessos que instrui a inicial acusatória (mídia acostada à fl. 568), o qual aponta o seu ingresso nas dependências da sociedade de economia mista em ao menos 5 (cinco) oportunidades: 18.6.2010, 5.8.2010, 11.8.2010, 1.9.2010 e 7.10.2010.

A importância de algumas dessas datas foi destacada no relatório final do Grupo de Trabalho de Apuração da BR Distribuidora S/A:

“(...) ao verificar a entrada de representantes da UTC na BR (relatório de acesso de entrada – Anexo 8), mais especificamente o Sr. Ricardo Ribeiro Pessoa, Presidente da UTC, foi possível notar que o mesmo compareceu à BR em datas consideradas chaves.

Ele esteve na BR no dia 18/06/10, para se reunir com o ex-

DIOL, José Zonis. Questionado a respeito dos motivos pelos quais teria recebido o Sr. Ricardo, o empregado afirmou:

‘Que não se recorda de tê-lo encontrado antes da licitação do Teduc. Que isto ocorreu faz bastante tempo. Que outras empresas de grande porte buscavam contatos, principalmente em razão das obras de grande porte que a BR estava buscando realizar.’

Assim, não foi possível precisar o real motivo de sua visita. Porém a data se mostra emblemática. No dia 16/06/2010, a UTC apresentou a melhor proposta para a obra do Teduc. No dia 18/06 houve a visita, e no dia 21/06/10 foi feita negociação para reduzir o valor final para a obra do Teduc, saindo o resultado final no dia 28/06/10.

No momento da visita, não havia qualquer obra em andamento que justificasse o encontro entre o empregado Zonis e o Sr. Ricardo, razão pela qual nos é desconhecido o seu motivo.

No dia 05/08/2010 houve o lançamento do convite para as obras da BASUL. No mesmo dia, houve uma visita do Sr. Ricardo para falar com o empregado Zonis. Questionado a respeito dessa visita, o empregado Zonis não se recordava perfeitamente, mas pensa que foi para tratar de assuntos relativos à obra Teduc:

‘Que a partir do momento em que ele começou a participar dos processos, foram realizadas reuniões. Que no Teduc havia um problema de pintura que estava causando certo atraso, mas se foi no dia do lançamento da licitação, não se lembra.’” (fls. 29-30, do Relatório Final GTA DIP 19-2015)

Em outro ponto do relatório final elaborado pelo aludido grupo de trabalho fica evidenciado o segundo privilégio negociado por Ricardo Ribeiro Pessoa com José Zonis, então Diretor de Operações e Logística da

## AP 1025 / DF

BR Distribuidora S/A, por intermédio de Pedro Paulo Bergasmaschi de Leoni Ramos.

Ao analisar o processo de escolha das empresas que seriam convidadas a participar do procedimento licitatório simplificado para a contratação da construção das bases BASUL e BAPON, o Grupo de Trabalho de Apuração concluiu:

“O DIP de propositura de instauração dos procedimentos licitatórios para BASUL e BAPON (DIP GLOG nº 54/10), aprovado pela DE, mencionara que o convite deveria ser feito a grandes empresas, tendo selecionado dez empreiteiras de porte, quais sejam:

- a) CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT
- b) CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO
- c) CONSTRUTORA OAS
- d) CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ
- e) MENDES JÚNIOR ENGENHARIA
- f) UTC ENGENHARIA
- g) TECHINT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
- h) IESA PROJETOS EQUIPAMENTOS E MONTAGENS
- i) SKANSKA BRASIL
- j) MPE PARTICIPAÇÃO EM ENGENHARIA E SERVIÇOS

Ocorre que não seriam somente estas as empresas de grande porte, que teriam condições de prestar os serviços para a BR. O termo grande porte, utilizado no DIP, é amplo e pode dar margem a diversas interpretações, permitindo que se coloque ou retire empresas sem a verificação de condições objetivas.

Havia outras empresas igualmente grandes, que teriam capacidade de realizar as obras da BASUL e da BAPON, sendo que o Anexo 9 do DIP GLOG 54/10, que é o relatório do grupo de trabalho que analisou os modelos alternativos para construção e operação de bases de distribuição de combustíveis, de 11/02/10, em seu item 8, sugere ‘buscar entre as 30 maiores

empresas listada no ranking das 500 maiores construtoras do país, publicado pela revista O Empreiteiro, em julho de 2009.’

Ademais, em e-mail enviado do empregado Sérgio Barbosa para o ex-DIOL José Zonis, em 26/01/2010 (Anexo 5), há uma minuta do DIP de abertura de processo licitatório da BASUL, na qual dá destaque ao item 37 deste DIP, o qual estabelece critérios objetivos para o convite às empresas. Sugere, então, 10 nomes, dos quais 5 foram substituídas na versão definitiva do DIP.” (fls. 20-21, do Relatório Final GTA DIP 19-2015 – destaquei)

Nesse ponto, afigura-se relevante o destaque às seguintes circunstâncias: (i) o colaborador Ricardo Ribeiro Pessoa afirmou ter sido contatado por Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, no ano de 2010, ofertando-lhe um pacote de obras que seriam contratadas pela BR Distribuidora S/A; (ii) no início de 2010, precisamente em 26.1.2010, o funcionário Sérgio Barbosa da Silveira encaminha a José Zonis, então Diretor de Operações e Logística da aludida sociedade de economia mista, *e-mail* contendo minuta da proposta de abertura de procedimento licitatório para a contratação da construção da BASUL, com valor orçado em torno de R\$ 95.000.000,00 (noventa e cinco milhões de reais), no qual pede especial atenção ao item 37, correspondente ao rol de 10 (dez) empresas que seriam convidadas ao certame; (iii) o mesmo colaborador Ricardo Ribeiro Pessoa afirma que um dos privilégios concedidos à UTC Engenharia S/A, mediante o pagamento de vantagem indevida ao detentor do capital político capaz de influenciar a tomada de decisões na BR Distribuidora S/A, especificamente na Diretoria de Operações e Logística, seria a escolha das empresas que figurariam como concorrentes nos certames, promovendo a exclusão das sociedades empresárias de menor porte e que, por tal razão, teriam condições de ofertar menores preços; (iv) em 4.5.2010, quando a proposta de construção de 5 (cinco) novas bases de distribuição é submetida pela Diretoria de Operações e Logística à deliberação da Diretoria Executiva da BR Distribuidora S.A., do rol de 10 (dez) empresas inicialmente proposto na mencionada

minuta, 5 (cinco) foram substituídas – Alusa Engenharia LTDA., ECMAN Engenharia S.A., Montcalm Montagens Industriais S.A., Niplan Engenharia S.A. e NM Engenharia e Construções LTDA –, as quais deram lugar à Construtora Norberto Odebrecht, Construtora Queiroz Galvão, Construtora OAS, Skanska Brasil e MPE Participação em Engenharia e Serviços.

Rememoro excerto das declarações prestadas em juízo por Ricardo Ribeiro Pessoa:

“(…)

MINISTÉRIO PÚBLICO - Certo. Aqui consta também que o senhor teria tido... na sua frase seria: ‘Que na verdade o declarante escolheu os participantes da licitação’. Como que foi, mais ou menos, isso?

COLABORADOR - Diferentemente da Petrobras, a BR distribuidora não tinha um regime, um sistema de contratação igual. E o cadastro da BR Distribuidora de convite, aonde ela escolhia as empresas, era muito diferente da Petrobras. E eles costumavam misturar empresas de pequeno porte com empresas de grande porte. Nesse caso, eu pedi ao Zonis que tirasse as empresas de pequeno porte, porque elas não iriam ter preços parecidos com o porte da UTC, independente de qualquer coisa. Então eu, simplesmente, tirei algumas empresas, e ele aceitou, e coloquei outras que eu sabia que não teriam interesses e que estavam altamente demandadas dentro da Petrobras com o Comperj e com o RNEST” (fl. 4.450 – destaquei).

Constata-se, portanto, que a narrativa do colaborador encontra correspondência na reprodução cronológica dos fatos proporcionada pela prova documental que instrui a denúncia, consubstanciada em *e-mails* trocados entre funcionários da BR Distribuidora S/A e no respectivo documento em que foi autorizada a deflagração dos procedimentos de contratações adrede direcionadas à UTC Engenharia S/A.

Calha destacar que as conclusões técnicas do Grupo de Trabalho de

Averiguação instituído no âmbito da BR Distribuidora S/A foram externadas em relatório final apresentado em 13.3.2015, antes, portanto, do acordo de colaboração premiada celebrado entre o Ministério Público Federal e Ricardo Ribeiro Pessoa, homologado em 25.6.2015 pelo saudoso Ministro Teori Zavascki nos autos da PET 5.624.

Na perspectiva da configuração do delito de corrupção passiva, afigura-se absolutamente irrelevante eventual superfaturamento das obras contratadas, o qual é expressamente refutado pelo colaborador Ricardo Ribeiro Pessoa, conforme destacado pelas defesas técnicas dos acusados. Com efeito, eventual prejuízo ao ente no âmbito do qual foi verificada a prática delituosa não se encontra na descrição típica abstrata inculpada no art. 317, *caput*, do Código Penal, cuja ocorrência, caso comprovada, pode servir de fundamento à exasperação da pena na avaliação das circunstâncias judiciais elencadas no art. 59 do mesmo diploma legal.

Na sequência, o colaborador Ricardo Ribeiro Pessoa descreve a forma como foi operacionalizado o pagamento dos R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) negociados com Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, representante dos interesses do Senador da República Fernando Affonso Collor de Mello, adimplidos na forma de uma entrada de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), mais vinte parcelas de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), pagas entre dezembro de 2010 e julho de 2012.

A UTC Engenharia S/A, assim como outras sociedades empresárias, partidos políticos, agentes públicos e pessoas físicas, se utilizava dos serviços financeiros ilícitos prestados por Alberto Youssef, o qual foi encarregado por Ricardo Ribeiro Pessoa de retirar parte dos valores na sede da aludida sociedade empresária e realizar as entregas a Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, nos prazos acordados.

Chama a atenção, no ponto, o fato de que o próprio acusado Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos confirma que também se utilizava dos serviços de Alberto Youssef para a manutenção e gerenciamento de valores, em razão de alegado desinteresse nos serviços prestados por

instituições financeiras oficiais, diante de dívidas contraídas no exercício de atividade empresarial. Confira-se:

“(…)

RÉU - Ok. Eu conheço Alberto entre 2008 e 2009. Passo, a partir de 2009, a movimentar recursos pessoais meus no ambiente dele.

JUIZ - O senhor conheceu ele como sendo o quê? Qual que é? Quem que lhe apresentou a ele?

RÉU - Então, ele cita, no processo, que quem me apresentou foi o Janene. Eu não lembro exatamente dessa apresentação, mas acho que pode ser, porque eu frequentei muito aqui a Comissão de Energia da Câmara. E pode ser que tenha sido aí.

JUIZ - O senhor tinha relacionamento com o deputado, com o ex-deputado Janene?

RÉU - Não, não, a não ser o de estar na Comissão de Energia. Ele tinha uma participação na Comissão de Energia, mas não tinha relacionamento pessoal com ele, nenhum (ininteligível).

JUIZ - Tá. E o senhor foi apresentado a ele como ele sendo o quê?

RÉU - Um empresário de São Paulo. Isso foi a primeira apresentação. Nós trocamos... Houve troca de cartão entre a gente, e ele volta a me procurar em São Paulo. Ele me liga, me procura e se apresenta, ele, Alberto Yousef.

JUIZ - E ofereceu que tipo de serviço?

RÉU - Então, ele se apresenta como um empresário que atuava na área de turismo. Ele tinha uma... dizia que tinha uma empresa grande de turismo, que está aí nominada, a Marsans, ele tinha um conjunto de hotéis - hotéis em São Paulo e eu acho que na Bahia, se eu não me engano -, e também se apresentou como fazendo esse tipo de trabalho de financeiro paralelo. Ele administrava recursos no ambiente dele.

JUIZ - Uma espécie de uma instituição financeira clandestina, podemos usar?

RÉU - Clandestina. Sim, usando uma linguagem... Sim, uma instituição financeira clandestina.

JUIZ - E o senhor se interessou pelos serviços de instituição financeira clandestina dele?

RÉU - Então, eu, desde o episódio em que eu encerrei a minha conta bancária, eu usava esse tipo de mecanismo. A pessoa aonde eu usava já tinha saído do mercado, eu acho que até falecido nesse momento, o Joaquim, é o primeiro nome dele, eu não me lembro o sobrenome, é a pessoa que eu usava anteriormente. E eu, então, passo usar os serviços do Youssef, depositando... Agora nós estamos falando, neste período, de 89...

ADVOGADO - 2009

RÉU - 2009 até 2012, nós estamos falando em valores de despesas pessoais, valores de menor monta.

JUIZ - O senhor recebia o dinheiro e depositava lá em dinheiro?

RÉU - E deixava guardado, em dinheiro, com ele.

JUIZ - Ele prestava conta disso pro senhor, tipo uma espécie de conta corrente.

RÉU - Uma espécie de conta corrente, exatamente.

JUIZ - Só, só um detalhe antes, antes que o senhor prossiga na sua narrativa. Era do seu conhecimento, quando o senhor começou a se relacionar com Alberto Youssef, que ele já tinha estado preso por envolvimento nos fatos que, enfim, ficaram conhecidos como CPI do Banestado, conta CC5? O senhor já tinha conhecimento disso?

RÉU - Então, ele, ele...

JUIZ - Tinha sido colaborador da justiça já.

RÉU - Então, ele, no momento, citou isso sim, disse que ele estava rigorosamente quite com a Justiça.

JUIZ - Ah, então o senhor sabia disso?

RÉU - Eu soube nesse momento, já...

JUIZ - Já quando tinha ...

RÉU - Já estando na convivência com ele." (fls. 6.824-6.826)

Como se vê, a vantagem indevida negociada por Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos com Ricardo Ribeiro Pessoa foi arrecadada por Alberto Youssef e disponibilizada no mesmo ambiente em que o primeiro movimentava, de forma clandestina, os seus recursos financeiros, ocorrendo uma verdadeira mescla entre os valores alegadamente lícitos auferidos no exercício da atividade empresarial e os originários da propina recebida da UTC Engenharia S/A, tornando viável, assim, o tráfego de recursos ilícitos sem despertar a atenção das autoridades.

De acordo com a reprodução fática proporcionada pelo conjunto probatório produzido nos autos, além do pagamento feito espécie ao próprio acusado Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos na sede da UTC Engenharia S/A, o adimplemento das demais parcelas mensais acordadas era realizado mediante a retirada de valores, também na sede da aludida sociedade empresária, por parte de emissários de Alberto Youssef, conforme já esclarecido tanto por este como pelo colaborador Ricardo Ribeiro Pessoa, cujas narrativas vão ao encontro das declarações proferidas em juízo por Rafael Ângulo Lopez:

“(…)

MINISTÉRIO PÚBLICO - Certo. Em seu Termo de Colaboração nº 9, o senhor relata que entregou dinheiro a Pedro Paulo Bergamaschi, na sede da GPI Participações e Investimentos, seguindo orientações do Youssef.

COLABORADOR - Sim.

MINISTÉRIO PÚBLICO - O senhor pode nos relatar esses fatos, detalhar?

COLABORADOR - Eu levei dinheiro pra casa do senhor Pedro Paulo, que era chamado lá por nós por 'PP'. Entreguei o dinheiro pra ele no escritório. Tudo isso a mando do seu Alberto. Eu levei na residência dele. Algumas vezes, cheguei a levar algum... a algum escritório de advocacia, mas não lembro se seria pra ele agora, no caso, pra PP, mas...

MINISTÉRIO PÚBLICO - Tem o nome de uma empresa aqui: GPI Participações e Investimentos S.A. O senhor teria

entregue o dinheiro a Pedro Paulo na sede da GPI participações e Investimentos.

COLABORADOR - Como é que chama essa empresa?

MINISTÉRIO PÚBLICO - GPI Participações e Investimentos S.A.

COLABORADOR - Então, eu acho que era esse escritório de advocacia. Me parece que era na Alameda Casa Branca. Eu levei alguma coisa assim. E fui várias vezes lá também pra levar dinheiro, valores de cento e cinquenta, duzentos, trezentos mil.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Isso, teriam sido três entregas nos valores de duzentos, trezentos. Não, mais do que isso? Duzentos, trezentos, cento e cinquenta e duzentos mil. É exatamente isso.

COLABORADOR - É.

MINISTÉRIO PÚBLICO - É?

COLABORADOR - Não eram esses os valores normalmente que eu levava.

MINISTÉRIO PÚBLICO - E o senhor entregou esse dinheiro para o Pedro Paulo?

COLABORADOR - Uma das vezes sim, outras vezes pra pessoas que me atendessem, porque ele sempre estava lá.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Mas o Youssef lhe disse que era em favor do Pedro Paulo?

COLABORADOR - Sim.

MINISTÉRIO PÚBLICO - O senhor já esteve na sede da UTC Engenharia?

COLABORADOR - Sim.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Quantas vezes, mais ou menos, o senhor...

COLABORADOR - Várias.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Várias?

COLABORADOR - Não sei dizer quantas, mas bastante.

MINISTÉRIO PÚBLICO - E pra fazer o quê?

COLABORADOR - Eu ia levar ou documento que o seu Alberto pedia; às vezes ia retirar documentos também, retirar dinheiro lá pra levar pra o escritório do seu Alberto. Outras

vezes, eu levava dinheiro que o seu Alberto pedia pra entregar pra o seu Valmir.

MINISTÉRIO PÚBLICO - O senhor sabe se o Alberto... O Alberto declara aqui que ele era o 'caixa' da UTC Engenharia, e o seu Ricardo também. O senhor confirma isso?

COLABORADOR - Se ele era o caixa, eu não sei confirmar, mas tinha dinheiro e valores que eram... iam pra lá e vinham para cá também - no caso, no escritório do seu Alberto - da UTC.

MINISTÉRIO PÚBLICO - E o Adarico Negromonte também foi?

COLABORADOR - Também fazia a mesma função. Em menos frequência que a minha, mas também fazia." (fls. 4.513-4.515).

Na mesma direção são as declarações de Walmir Pinheiro Santana, funcionário da UTC Engenharia S/A responsável pela gestão financeira dos compromissos escusos assumidos por Ricardo Ribeiro Pessoa:

"(...)

MINISTÉRIO PÚBLICO - É folha 120, Excelência. E qual era o seu relacionamento com o Alberto Youssef? Ou o relacionamento da empresa com o Youssef? O senhor sabe?

COLABORADOR - Alberto Youssef, ele funcionava como um guardador de dinheiro ilícito. Eu fazia as operações, o dinheiro chegava pra mim, alguém da estrutura dele passava lá e recolhia o recurso. E, quando eu precisava, ele fazia a entrega em algum lugar definido por Ricardo ou por mim.

MINISTÉRIO PÚBLICO - O Senhor Ricardo disse que ele fez entregas pra esses pagamentos dos 20 milhões.

COLABORADOR - Fez.

MINISTÉRIO PÚBLICO - O senhor confirma isso?

COLABORADOR - Fez.

MINISTÉRIO PÚBLICO - O senhor conheceu o Pedro Paulo pessoalmente?

COLABORADOR - Eu devo ter trocado duas, devo ter

falado bom dia com ele alguma vez que ele estava lá no escritório da UTC que fui apresentado. O Ricardo me apresentou ele rapidamente. Eu entrei e saí da sala de reunião. Se passar na rua, não sei nem reconhecer ele.

MINISTÉRIO PÚBLICO - O Ricardo lhe deu, então, a incumbência de fazer esses pagamentos e de gerar o dinheiro em espécie, é isso?

COLABORADOR - Exatamente.

MINISTÉRIO PÚBLICO - E o senhor cumpriu essa incumbência?

COLABORADOR - Com certeza." (fls. 4.493-4.494)

Tais afirmações são corroboradas pelos registros de entrada de Rafael Ângulo Lopez e Adarico Negromonte Filho, subordinados de Alberto Youssef, na sede da UTC Engenharia S/A, em datas que correspondem ao cronograma de pagamentos declarado pelos colaboradores Ricardo Ribeiro Pessoa e Walmir Pinheiro Santana, conforme extratos acostados às fls. 15-16 e 21-26, da PET 5.673 (Anexo 25).

Com efeito, tais dados foram compilados pela Procuradoria-Geral da República às fls. 6.958-6.959 das alegações finais, dos quais se depreende que os aludidos operadores de Alberto Youssef têm registro de entrada na sede da UTC Engenharia S.A. nos dias 31.1.2012, 8.3.2012, 26.3.2012, 2.4.2012, 4.4.2012, 10.4.2012, 12.4.2012, 25.4.2012, 26.4.2012, 24.5.2012, 4.6.2012, 25.7.2012 e 26.7.2012, datas correspondentes ao período em que ocorreram o pagamento das parcelas negociadas.

A relação entre Alberto Youssef, notório operador do mercado financeiro paralelo, e os réus Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos e Fernando Affonso Collor de Mello é retratada, ainda, nas declarações prestadas por Rafael Ângulo Lopez, que afirmou em juízo ter entregue quantias em espécie na própria residência do parlamentar, bem como realizado depósitos em conta bancária de titularidade deste. Confira-se:

"(...)

MINISTÉRIO PÚBLICO - Agora, senhor Rafael, especificamente sobre o Fernando Collor de Mello, o

parlamentar, em seu Termo de Colaboração nº 13, o senhor narra que entregou pessoalmente o dinheiro a Fernando Collor. O senhor confirma isso?

COLABORADOR - Sim, confirmo.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Quando foi e qual o valor?

COLABORADOR - Foi 60 mil. Eu não me lembro a data exatamente agora, mas foi na residência dele na Bela Vista. Não lembro se era Rua dos Ingleses ou Rua dos Franceses, era quase em frente ao Teatro Ruth Escobar.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Certo.

COLABORADOR - Eu levei 60 mil reais.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Fora esse valor em dinheiro, o senhor fez algum depósito para as contas de Fernando Collor?

COLABORADOR - O senhor Alberto pediu para fazer um depósito de 20 mil reais e foi feito fracionado. Um era de 8 mil; o outro, se não me engano, era 9 mil; e um outro de 3 mil no caixa eletrônico.

MINISTÉRIO PÚBLICO - E o senhor fez esse depósito com valores em espécie ou foram transferências?

COLABORADOR - Em espécie. Sempre procurava não chegar, quando fazia algum depósito assim, não atingir os 10 mil reais para não precisar declarar.

MINISTÉRIO PÚBLICO - E nesses depósitos o senhor chegou a visualizar o comprovante? Via se aparecia o nome Fernando de Melo, alguma coisa assim?

COLABORADOR - Apareceu Fernando Collor de Mello.

MINISTÉRIO PÚBLICO - E o Youssef confirmou que se tratava de depósito para o ex-presidente?

COLABORADOR - Sim, porque antes ele tinha falado que era para depositar para o senhor Fernando. Não sabia quem era, depusitei no nome que eu perguntei para ele quem era a pessoa, e ele confirmou. E eu entreguei os depósitos ao seu Alberto.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Os comprovantes o senhor diz?

COLABORADOR - Os comprovantes.

(...)

MINISTÉRIO PÚBLICO - O senhor mencionou o endereço na Rua Bela Vista, em frente ao Teatro Ruth Escobar.

COLABORADOR - Isso.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Aqui consta Rua dos Ingleses, nº 308. Teria sido lhe mostrado uma fotografia...

COLABORADOR - Aí eu reconheci o prédio quando a Polícia Federal me mostrou.

MINISTÉRIO PÚBLICO - O senhor reconheceu o prédio onde moraria (ininteligível).

COLABORADOR - Sim, colocaram várias fotos de vários prédios. Eu reconheci o prédio que eu fui. Eu nunca saía com o endereço de onde eu ia, até porque eu gostava de saber exatamente, no meio do caminho, por questão de segurança. Então, às vezes, quando eu saía, ligava para o seu Alberto, aí ele me passava o endereço.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Certo. Quando o senhor chegou nesse endereço, como que o senhor procedeu? Se identificou, chamou o nome de Fernando, que que o senhor fez?

COLABORADOR - Não, tinha uma portaria externa, me anunciei, que eu queria falar com o seu - com o número do apartamento, não me lembro qual - com o seu Fernando. Nessa altura também não sabia que era ele, né?, só soube, na verdade, quando ele me atendeu. Posteriormente, entraram em contato, liberaram a minha passagem. No *hall* do prédio, tinha mais seguranças. Também me abordaram para perguntar sobre o que seria e com quem seria. Me identifiquei por parte de quem tinha me mandado - inclusive, às vezes, dava o apelido de Primo, que era o seu Alberto -, e que eu tinha que entregar um determinado documento pro seu Fernando e tinha que ser pessoalmente.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Certo.

COLABORADOR - Aí, eles me acompanharam até o elevador, entrei no elevador, posteriormente o elevador abriu a porta no próprio andar e uma pessoa me atendeu, do sexo feminino, uniformizada. Perguntei pelo seu Fernando, que eu tinha que entregar um documento. Ela deu a volta, foi por um

outro lugar, posteriormente, deve ter avisado, aí, ele abriu a porta de entrada da sala e foi quando ele me... Vi que era ele, no caso. Pediu pra entrar, entrei. Perguntou o que que eu ia fazer lá, e eu disse que tinha que entregar um documento pra ele, se ele sabia que documento era e de quantas páginas seriam os documentos.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Ele perguntou isso para o senhor?

COLABORADOR - Não, perguntou o que que eu estava fazendo lá. Eu disse que eu tinha que lhe entregar um documento...

ADVOGADA - Aí...

COLABORADOR - Eu que perguntei a ele...

ADVOGADA - Quantas páginas seria esse documento?

COLABORADOR - ...se sabia quantas páginas tinha. Ele disse que eu que deveria saber. Aí, ele me levou para uma antessala do lado esquerdo, aí eu entreguei o dinheiro. Eu tinha tirado o dinheiro que eu tinha levado nas pernas e coloquei no paletó. Era sessenta mil em notas de cem. Pediu para colocar numa mesinha que tinha lá, junto a parede, embaixo de um quadro. Deixei ali, só isso. Acabei me despedindo. Ele me acompanhou até a porta, trancou a porta e eu peguei o elevador, desci.

MINISTÉRIO PÚBLICO - No seu Termo de Declaração nº 13, o senhor narra exatamente isso que o senhor está falando agora. Disse: que ele respondeu 'O senhor que está vindo, o senhor que deve saber' de maneira séria; que o declarante disse que tinha que confirmar para fazer a entrega; que o declarante reconheceu Collor; e o declarante tinha sido orientado a entregar o dinheiro pessoalmente para ele.

COLABORADOR - Sim.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Aí o senhor teria dito: 'Eu trouxe 60. O senhor sabe?'

COLABORADOR - Sim.

MINISTÉRIO PÚBLICO - E ele respondeu: 'Sei'.

COLABORADOR - Sim.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Ele disse isso?

COLABORADOR - Disse.

MINISTÉRIO PÚBLICO - E o senhor deixou, então, o dinheiro diretamente para o Collor?

COLABORADOR - Sim, ele pediu para colocar naquela mesinha. Ele não pois a mão, mas pediu para colocar naquela mesa." (fls. 4.515-4.518)

Em busca e apreensão autorizada pela 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba, época em que ainda não havia notícias de envolvimento de parlamentares nos fatos sob apuração, a autoridade policial logrou localizar no escritório de Alberto Youssef 8 (oito) comprovantes de depósitos realizados em favor de Fernando Affonso Collor de Mello e 1 (um) comprovante de depósito realizado em favor da Gazeta de Alagoas Ltda., sociedade de comunicação na qual o aludido acusado figura no quadro social, tratando-se de inequívocos elementos externos de corroboração que confirmam as declarações prestadas pelos colaboradores.

A apreensão foi materializada no respectivo auto acostado às fls. 12-16 dos autos do INQ 3.883, cujos itens 19 e 70 descrevem "*08 Comprovantes de depósito bancário em nome de FERNANDO AFFONSO COLLOR DE MELLO (02 Laudas)*" (fl. 13) e "*01 Comprovante de depósito bancário em nome de GAZETA DE ALAGOAS LTDA (01 Lauda)*" (fl. 16).

No ponto, a justificativa dada pelos acusados Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos e Fernando Affonso Collor de Mello para a Polícia Federal ter encontrado os aludidos comprovantes de depósito no escritório de Alberto Youssef se limita à afirmação de que o primeiro ali mantinha uma conta-corrente, tendo anuído a uma solicitação de empréstimo feita pelo segundo, no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), "*em momento de dificuldade financeira*" (fl. 7.369).

A tese defensiva, no entanto, sucumbe diante da contradição entre narrativas contidas nas próprias alegações finais do acusado Fernando Affonso Collor de Mello, quando procura se isentar da responsabilidade pelas imputações de lavagem de capitais mediante a aquisição de bens de

luxo, justificando a compatibilidade entre as suas rendas, também oriundas das empresas da Organização Arnon de Mello, e o altíssimo padrão de vida ostentado. Trago à colação os excertos que bem evidenciam a contradição constatada:

“Pois bem. O ora defendente tem PEDRO PAULO BERGAMASCHI DE LEONI RAMOS como seu amigo pessoal desde a juventude e, em momento de dificuldade financeira, recorreu a ele para pedir empréstimo no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Tendo em vista a amizade de décadas, não se fez necessário, por óbvio, instrumento contratual para sedimentar o empréstimo do referido valor. No entanto, essa transação encontra suporte na prova oral produzida judicialmente. (...)” (fl. 7.469)

“FERNANDO AFFONSO COLLOR DE MELLO é descendente de famílias tradicionais de Alagoas e do Rio Grande do Sul. Seu avô materno, Lindolfo Collor, foi Deputado Federal e Ministro do Trabalho do Governo Getúlio Vargas quando da criação da pasta. Seu pai, Arnon Affonso de Farias Mello, foi jornalista, escritor Deputado Federal, Governador do Estado de Alagoas e Senador da República por três mandatos consecutivos.

O defendente nasceu em 1949, na cidade do Rio de Janeiro, então capital da República. Viveu a infância a juventude entre o Rio de Janeiro, Maceió e Brasília, acompanhando a carreira política do pai. Membro de família abastada e conceituada, FERNANDO COLLOR frequentou a aristocracia dessas cidades, fazendo parte da elite local.

Herdeiro da Organização Arnon de Mello – um dos mais sólidos do País e o maior complexo de comunicações das Regiões Norte-Nordeste do Brasil -, o defendente teve vida privilegiada, sem preocupações de natureza econômica.

Tendo ingressado ainda muito novo na carreira política – foi prefeito de Maceió em 1979, com apenas 29 anos de idade –

o defendente teve ascensão meteórica, sendo eleito Deputado Federal em 1982, Governador de Alagoas em 1986 e Presidente da República em 1989, então com 40 anos de idade, o mais jovem da história do Brasil.

Sua dedicação à vida pública e a segurança propiciada pelo patrimônio familiar e pela solidez financeira das empresas da Organização Arnon de Mello fez com que o defendente confiasse a terceiros o acompanhamento de suas finanças pessoais.

Assim, o defendente não desenvolveu, por exemplo, o hábito de acompanhar sua movimentação financeira ou de examinar extratos bancários. Afinal, nunca lhe faltaram recursos, e, sempre que precisou, pode recorrer ao patrimônio familiar ou às receitas da Organização Arnon de Mello para suprir suas necessidades.

Constata-se, pois, que existia à época um grande fluxo de valores na conta pessoal e na conta das empresas do grupo familiar. Portanto, o padrão de vida do defendente – inclusive seu gosto pessoal por carros esportivos, que vem desde a juventude – sempre foi sustentado por recursos próprios, originados seja do patrimônio familiar acumulado, seja das receitas das empresas que compõem a Organização Arnon de Mello, das quais é acionista.” (fls. 7.461-7.462 – destaquei)

Nesse contexto, afigura-se flagrantemente inverossímil a versão declinada pela defesa para justificar a apreensão, no escritório de Alberto Youssef, de comprovantes de depósitos na conta-corrente de Fernando Affonso Collor de Mello, pois sequer detalha a época ou a necessidade do alegado empréstimo contraído junto a Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, mormente diante da afirmação de que o seu altíssimo padrão de vida *“sempre foi sustentado por recursos próprios, originados seja do patrimônio familiar acumulado, seja das receitas das empresas que compõem a Organização Arnon de Mello”*, as quais apresentaram um faturamento bruto de R\$ 265.000.000,00 (duzentos e sessenta e cinco milhões de reais) entre os anos de 2011 e 2014, conforme consignado nas próprias alegações finais (fl.

7.462).

Ou seja, o conjunto probatório produzido nos autos corrobora, sem qualquer dúvida, as versões declinadas em juízo pelos colaboradores Ricardo Ribeiro Pessoa, Alberto Youssef e Rafael Ângulo Lopez, tendo este último afirmado, ainda, ter se deslocado também para o Estado de Alagoas para entregar quantias em espécie ao codenunciado Luis Pereira Duarte de Amorim, no interesse do Senador da República Fernando Affonso Collor de Mello:

“(...)

MINISTÉRIO PÚBLICO - Certo. O senhor chegou a ir para Alagoas alguma vez?

COLABORADOR - Várias vezes.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Para quê? Para que foi?

COLABORADOR - Eu fui algumas vezes que o Senhor Alberto disse que era por causa da OAS, para levar dinheiro, e também fui levar dinheiro, que uma outra pessoa me aguardava no aeroporto, acho que duas ou três vezes.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Essa pessoa se chamava Luís?

COLABORADOR - Era Luís que me apanhava no aeroporto com uma caminhonete prata, acho que era cabine dupla, se não me falha a memória. Me apanhava no aeroporto, eu entregava para ele um determinado valor que eu levava. Cheguei a levar uma vez cem, cento e cinquenta ou duzentos, uma coisa assim. E depois eu ficava por ali, arrumava um hotel e, no dia seguinte, vinha embora. Mas eu fiz isso acho que umas duas ou três vezes com essa pessoa.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Foram-lhe mostradas fotos, Senhor Rafael, no momento em que o senhor prestou esse depoimento, que foi em 19 de março.

COLABORADOR - Eu sei que é esse Luís, porque, inclusive, ele foi várias vezes no escritório do Senhor Alberto.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Essa pessoa Luís, com que o senhor esteve várias vezes, o senhor reconheceu nas fotos como sendo Luís Pereira Duarte de Amorim?

COLABORADOR - Sim, me mostraram várias fotos, e

acabei reconhecendo ele por intermédio da foto.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Então, era ele que lhe buscava de caminhonete no aeroporto?

COLABORADOR - Sim.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Quantas vezes o senhor falou?

COLABORADOR - Fui várias vezes, mas, que ele tenha me apanhado assim no aeroporto, duas ou três vezes. Outras vezes, eu entreguei em hotel e tal.

MINISTÉRIO PÚBLICO - E o senhor entregou dinheiro para ele?

COLABORADOR - Sim.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Aqui consta que, por duas vezes, Luís Pereira lhe apanhou no aeroporto, e o senhor entregou a quantia de cem mil reais em cada uma delas

COLABORADOR - Isso.

MINISTÉRIO PÚBLICO - O senhor entregou dentro do próprio veículo dele?

COLABORADOR - Dentro do próprio veículo.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Que o valor foi colocado, pelo declarante, no porta-luvas do veículo de Luiz Pereira, a pedido deste.

COLABORADOR - Sim.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Que houve uma terceira vez em que Luís Pereira apanhou o declarante em Maceió, próximo à Avenida Beira-Mar, em frente a um determinado restaurante que o declarante deu como referência?

COLABORADOR - Sim, também isso.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Que também, nesta oportunidade, o valor entregue foi de cem mil reais.

COLABORADOR - Sim.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Questionado quanto tempo transcorreu entre as três entregas, o declarante respondeu que as três ocorreram em um lapso de aproximadamente um ano. Foi isso?

COLABORADOR - Acho que foi, em 2012, acredito, 2013, por aí. Não me lembro o ano, mas foi isso. Umas três vezes com

esse Luís em um, foi isso.

(...)

MINISTÉRIO PÚBLICO - O senhor chegou a ver o Senhor Luís Pereira, alguma vez, no escritório da GFD?

COLABORADOR - Várias vezes.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Esse escritório ficava na Rua Renato Paes de Barros?

COLABORADOR - Sim.

MINISTÉRIO PÚBLICO - E o senhor viu o Luís Pereira conversando com o Youssef?

COLABORADOR - Várias vezes. Ele chegava, eu estava numa sala antes, ele passava, cumprimentava e, depois, ele ia pra a sala do seu Alberto e eles ficavam conversando lá.” (fls. 4.518-4.521 – destaquei)

Conforme se infere da Informação Policial n. 52/2015-Grupo 03 (fls. 420-423 do INQ 3.883), o denunciado Luis Pereira Duarte de Amorim, Diretor da Gazeta de Alagoas Ltda e da TV Gazeta de Alagoas Ltda., sociedades empresárias que compõem a Organização Arnon de Mello, da qual Fernando Affonso Collor de Mello é sócio, frequentava o escritório de Alberto Youssef, afirmação atestada pelo registro de entradas na sede da GFD Investimentos, localizada na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 778, São Paulo/SP.

Ainda que tais registros tenham ocorrido no ano de 2013, tal circunstância não torna inviável a comprovação da tese acusatória, mormente diante da afirmação do acusado Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos sobre a utilização dos serviços de Alberto Youssef como se instituição financeira fosse, a viabilizar o depósito das vantagens indevidas ao longo do tempo e disponibilização oportuna.

Trata-se, portanto, de mais um elemento de prova das afirmações feitas em juízo pelos colaboradores, no sentido de que os réus Fernando Affonso Collor de Mello e Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos solicitaram vantagem indevida a Ricardo Ribeiro Pessoa, como contraprestação às vantagens proporcionadas à UTC Engenharia S/A para a celebração de contratos de construção de bases de combustíveis com a

BR Distribuidora S/A, cujo valor, estipulado em R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), foi efetivamente pago, conforme narrado na peça acusatória. No caso, nada obstante o delito de corrupção passiva seja classificado como próprio, a responsabilidade criminal do acusado Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos é caracterizada pela incidência da norma de extensão prevista no art. 29 do Código Penal, diante do efetivo auxílio material na solicitação e recebimento das vantagens indevidas negociadas no âmbito de contratos celebrados entre a UTC Engenharia S/A e a BR Distribuidora S/A.

Como visto, a comprovação da consumação do delito de corrupção passiva narrado na denúncia prescinde da análise da planilha apresentada pelo colaborador Ricardo Ribeiro Pessoa, sobre a qual a defesa técnica do acusado Fernando Affonso Collor de Mello pretendia a realização de exame pericial.

Demonstradas, assim, a adequação da materialidade e autoria delitivas narradas na denúncia ao conjunto probatório produzido no curso da instrução criminal, julga-se, no ponto, a denúncia procedente no que diz respeito aos acusados Fernando Affonso Collor de Mello e Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, a autorizar a incidência do preceito secundário da norma penal inculpada no art. 317, § 1º, do Código Penal.

No entanto, embora a imputação também seja feita em detrimento do acusado Luis Pereira Duarte de Amorim, o conjunto probatório produzido nos autos não permite atestar, com a certeza existente em relação aos demais corréus, a prática de ação volitiva voltada à afetação do bem jurídico tutelado pelo delito de corrupção passiva, circunstância que impõe a prolação de juízo absolutório no que lhe diz respeito, nos termos do art. 386, VII, do Código de Processo Penal.

**2.1.4. O contrato de gestão de pagamentos e programas de fidelidade com a FTC Cards Processamento e Serviços de Fidelização Ltda. e as tratativas em torno da construção e locação do armazém de produtos químicos da BR Distribuidora em Macaé/RJ.**

Conforme descrito pela Procuradoria-Geral da República na peça por meio da qual promoveu aditamento à denúncia (fls. 1.569-1.751), entre os anos de 2011 e 2012, o denunciado Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, na representação da ingerência exercida pelo Senador da República Fernando Affonso Collor de Mello sobre a Diretoria de Redes de Postos de Serviços da BR Distribuidora S/A, à época ocupada por Luiz Cláudio Caseira Sanches, solicitou a Fernando Antônio Falcão Soares, representante da FTC Cards Processamento e Serviços de Fidelização Ltda., vantagem indevida no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

A narrativa acusatória é baseada nas declarações proferidas pelo também colaborador da justiça Fernando Antônio Falcão Soares, o qual relata, em síntese, que (i) após o grupo empresarial por ele representado ter ganho a concorrência e celebrado contrato de aluguel de máquinas de cartão de crédito com a BR Distribuidora S/A, foi procurado por Paulo Eduardo Grasseschi Panico, empresário que à época cuidava dos interesses do grupo político liderado pelo acusado Fernando Affonso Collor de Mello, o qual solicitou ajuda financeira para o aludido grupo; (ii) como não havia acordo prévio de pagamento em razão do contrato em tela, o colaborador consultou seu sócio, Arie Halpern, o qual não concordou com a solicitação, já que a concorrência havia sido conquistada sem qualquer intermediação; (iii) após a negativa, a sociedade empresária representada pelo colaborador Fernando Antônio Falcão Soares passou a ter dificuldades na execução do aludido contrato no âmbito da BR Distribuidora S/A, especificamente na Diretoria de Redes de Serviço; (iv) diante de tal cenário, procurou Paulo Eduardo Grasseschi Panico, o qual lhe afirmou que era justamente esse tipo de problema que a ajuda financeira outrora solicitada evitaria; (v) após a sinalização positiva ao pagamento solicitado, o gestor dos interesses do mencionado grupo político foi substituído por Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, com quem o colaborador passou a negociar no ano de 2011, ciente do que já havia sido tratado com Paulo Panico; por fim, (vi) após forte pressão exercida por Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos e da

recusa de seu sócio Arie Halpern à solicitação, o colaborador realizou o pagamento de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) com recursos próprios, utilizando-se dos serviços de Alberto Youssef.

No entanto, conforme constatado pela defesa técnica do denunciado Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos por ocasião das alegações finais (fl. 7.264), o colaborador Fernando Antônio Falcão Soares não foi ouvido em juízo, não existindo sobre tal elemento de informação, portanto, o imprescindível contraditório.

A despeito dos demais elementos de prova indicados nas alegações finais acusatórias como aptos a corroborar a narrativa exposta no aditamento à denúncia – registros de acesso de Fernando Antônio Falcão Soares aos prédios da BR Distribuidora S/A; mensagens de telefone encontradas em aparelho de telefonia celular pertencente ao acusado Fernando Affonso Collor de Mello, as quais evidenciam o relacionamento deste com Paulo Eduardo Grasseschi Panico; e planilha apreendida na sede da Arbor Consultoria e Assessoria Contábil Ltda., a qual indicaria a entrega de valores a Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos –, a falta da oitiva do aludido colaborador em juízo se revela prejudicial ao exercício do direito de defesa constitucionalmente garantido aos acusados, mormente diante de parcial divergência acerca dos fatos verificada nas declarações de outro colaborador, Nestor Cuñat Cerveró:

“(…)

ADVOGADO - É, não é da sua alçada, certo.

E, em relação ao contrato com a empresa FTC Cards?

COLABORADOR - FTC Cards era um dos poucos ou quase... foram um dos poucos, ou quase, né... o único negócio desenvolvido pela área financeira.

ADVOGADO - Uhum.

COLABORADOR - FTC Cards foi... Nós tínhamos um cartão. O nosso cartão de crédito, né, a exemplo das demais distribuidoras, a BR também tinha um cartão corporativo, para ser entregue aos clientes dos postos, né? Só que, ao contrário ou diferentemente da Ipiranga - por exemplo, que o cartão era um

sucesso, sempre foi um sucesso -, o nosso cartão, ele engatinhava. Passava... quando eu cheguei, já estava em... continuou, e aí nós resolvemos... fui até procurado pelo Caffarelli, que era Diretor do Banco do Brasil na época e depois virou Presidente, pra que a gente fizesse uma renovação da política de cartões e tal, porque era uma forma de agredir mais o mercado, né?

ADVOGADO - Uhum.

COLABORADOR - Só que aí surgiu essa ideia da CTF, né, essa empresa que já existia na BR, já estava com a BR há mais de vinte anos. É uma empresa que atua no controle de transporte de frotas, essa CTF. Depois, ela foi vendida. O Presidente... o dono dessa empresa, o Arie Halpern, me procurou e falou: 'Ó, nós podemos fazer o nosso próprio cartão'.

ADVOGADO - Ele lhe procurou sozinho ou acompanhado de alguém? Alguém apresentou ele ao senhor?

COLABORADOR - Quem me apresentou foi o Fernando Soares.

ADVOGADO - O Fernando Baiano?

COLABORADOR - O Fernando Baiano. Ele já conhecia e me apresentou. O pessoal... Depois eu... (ininteligível) apresentou, ele já atuava na BR há muitos anos. Então, ele conhecia todo mundo da BR.

ADVOGADO - Certo.

COLABORADOR - Anterior... diretorias anteriores e tal.

ADVOGADO - Uhum.

COLABORADOR - Porque ele trabalhava numa atividade específica. A empresa dele trabalhava com esse contrato que é o CTF, né, o controle 'não sei o que' de frotas.

ADVOGADO - Uhum.

COLABORADOR - Que é o que faz o... é usado pelas transportadoras, pra controlar o combustível que é usado pelos caminhões. Então, cada caminhão tem um *chip* que recebe e faz o... pra evitar que o motorista desvie e tal.

ADVOGADO - Sim, sim, sim.

COLABORADOR - E aí ele teve essa... apoiado por gente

da área de cartões, nós começamos a desenvolver - tudo o pessoal, aí sim, da minha área, né - a questão de lançar não só o próprio... o cartão já existia, mas lançar... porque agora está... virou moda, mas na época era novidade, o mecanismo, a cobertura completa, que é aquela leitora de cartões. Ou seja, a BR passaria também a ser proprietária do sistema que gera as comissões, que gera venda de ponto e tudo isso. Então, nós ficamos dois, três anos desenvolvendo isso com o Banco do Brasil e com a Cielo, que é a maior proprietária dessas maquinetas que leem os cartões nos postos e tudo isso. E lançamos. Aí contratamos a FTC, depois de um ano de negociação, para fazer essa intermediação. Não sei se ainda permanece. Isso entrou em operação em 2012, 2013, e gerou, quer dizer, o negócio gerava e estava comprometido já um pagamento de vantagens, de propina, quando o...

ADVOGADO - Estava comprometido pagamento a quem? Quem foi que firmou esse compromisso? Foi com o senhor?

COLABORADOR - Era comigo, porque eu era da área financeira e da área postos de serviços.

ADVOGADO - Estava, então, compromissado o pagamento de propina nesse contrato. Com quem o senhor se compromissou a apagar?

COLABORADOR - Compromissei com o Arie Halpern. Só que não, quer dizer, quando o Pedro Paulo viu que o negócio... Porque o negócio permaneceu... Durante muito tempo, havia um ceticismo muito grande, dentro da BR e do mercado, que esse negócio fosse adiante. Então, enquanto estava na fase de negociação, não despertou maior interesse. No momento que ela entrou em operação e que se viu que era um negócio que tinha um rendimento muito grande, que poderia ter um rendimento..., porque a ideia não era ficar só na BR. A ideia era expandir para o mercado...

ADVOGADO - Isso acabou despertando cobiças.

COLABORADOR - A cobiça, e aí o Pedro Paulo me procurou para saber se nós já tínhamos fechado acordo com o Arie. E eu disse que já, mas que... 'Ah, porque nós temos que ter

a nossa participação.’

ADVOGADO - ‘Nós’, ele está sempre fazendo alusão a ele e ao Senador? Só para deixar isso claro.

COLABORADOR - É bem claro. O Pedro Paulo, na BR, ele representava os interesses do Senador. Isso desde o começo. Isso nunca foi segredo. Desde o primeiro momento que houve a indicação, já no mês seguinte - isso também consta no meu depoimento -, houve uma reunião aqui no Rio, coincidentemente no Copacabana Palace, isso em 2009, na qual Pedro Paulo junto com o Senador Renan Calheiros e com o Senador Delcídio convocaram a mim, ao Presidente Lima, porque eu já conhecia o Renan da Diretora Internacional, para definir de que forma se daria a articulação das negociações. O próprio Lima assumiu o compromisso de explicar, e explicou claramente ao Pedro Paulo, que estava representando o Senador Fernando Collor, ao Renan e ao Delcídio como é que funcionava a distribuição de benefícios na BR.” (fls. 7.117-7.119)

Conforme se depreende da síntese que retrata a narrativa acusatória, embora o colaborador Fernando Antônio Falcão Soares tenha afirmado que o contrato celebrado entre a BR Distribuidora S/A e a FTC Cards Processamento e Serviços de Fidelização Ltda. não foi precedido de negociações espúrias ou pagamento de vantagens indevidas, tal circunstância é expressamente afirmada por Nestor Cuñat Cerveró, o que, inclusive, teria despertado o interesse do acusado Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos.

Narra a peça acusatória, ainda, que Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, no ano de 2013, solicitou a Fernando Antônio Falcão Soares, então representante dos interesses das sociedades empresárias Ecmán Engenharia S/A. e Jaraguá Equipamentos Industriais Ltda., a quantia de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para viabilizar a contratação das aludidas empresas para a construção e locação de um armazém de produtos químicos na cidade de Macaé/RJ, em favor da BR Distribuidora S/A.

Como elemento de corroboração das afirmações feitas pelo aludido

colaborador, a Procuradoria-Geral da República aponta as declarações proferidas por Paulo Roberto Dalmazzo, Diretor da Jaraguá Equipamentos Industriais Ltda., ainda na fase inquisitorial, porém igualmente não reproduzidas sob o crivo do contraditório, o que impede a utilização desde elemento de informação para a finalidade almejada, diante da vedação contida da norma que se extrai do art. 155, *caput*, do Código de Processo Penal.

Os demais elementos de prova, consubstanciados no acesso aos prédios da BR Distribuidora S/A por Diretores da Ecman Engenharia S/A e Jaraguá Equipamentos Industriais Ltda.; nos documentos apreendidos na residência do acusado Fernando Affonso Collor de Mello, nos quais havia “anotações sobre obras da BR Distribuidora, ao lado de valores, seguramente propinas, havendo menção expressa a ‘Rondonópolis’ e ‘Macaé’” (fl. 6.964), e os 441 (quatrocentos e quarenta e um) contatos telefônicos entre Fernando Antônio Falcão Soares e Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, embora tragam verossimilhança à narrativa acusatória, não se revelam suficientes à fidedigna reprodução probatória dos fatos atribuídos aos acusados.

Assim, considerando que as hipóteses acusatórias têm por base as declarações do colaborador Fernando Antônio Falcão Soares, as quais não foram reproduzidas em juízo, constata-se a insuficiência do conjunto probatório para a prolação de édito condenatório, tornando imperiosa a absolvição dos acusados, nos termos do art. 386, VII, do Código de Processo Penal.

## 2.2. Lavagem de dinheiro.

Como relatei no início deste julgamento, a denúncia também atribui aos acusados a prática do crime de lavagem de dinheiro, previsto no art. 1º, *caput* e § 4º, da Lei 9.613/1998, que recebeu do legislador ordinário a seguinte redação:

“Art. 1º Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens,

direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal.

Pena: reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e multa.

(...)

§ 4º A pena será aumentada de um a dois terços, se os crimes definidos nesta Lei forem cometidos de forma reiterada ou por intermédio de organização criminosa”.

Em apertada síntese, de acordo com os fatos trazidos à baila pela Procuradoria-Geral da República, o acusado Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos teria formado o que se denominou de “caixa geral de propinas”, angariadas no âmbito da BR Distribuidora S/A nas contratações já analisadas, mantido e administrado por Alberto Youssef, a partir do qual foram realizadas uma série de movimentações no interesse do Senador da República Fernando Affonso Collor de Mello, auxiliado por Luis Pereira Duarte de Amorim, com a finalidade de atribuir ares de licitude aos recursos espúrios.

Sobre o tema, sabe-se que há sistemas jurídicos os quais expressamente excluem do âmbito de incidência das normas penais definidoras do crime de lavagem de bens, direitos ou valores os próprios autores do delito antecedente, deixando de punir o que a doutrina denomina *autolavagem*.

Não sendo esse o caso da legislação brasileira, parcela da doutrina pátria, mesmo assim, advoga a impossibilidade de apenar-se por lavagem o autor da infração penal antecedente, uma vez que a ocultação ou dissimulação dos valores percebidos estaria compreendida como desdobramento causal natural do crime anterior.

Tal compreensão doutrinária, todavia, já foi expressamente rechaçada por esta Suprema Corte, por mais de uma vez. Anoto, como exemplo, trecho da ementa da lavra do Ministro Ricardo Lewandowski, que resumiu a compreensão do Pleno por ocasião do julgamento do INQ 2.471:

“(…)

IV – Não sendo considerada a lavagem de capitais mero exaurimento do crime de corrupção passiva, é possível que dois dos acusados respondam por ambos os crimes, inclusive em ações penais diversas, servindo, no presente caso, os indícios da corrupção advindos da AP 477 como delito antecedente da lavagem” (g.n.) (Tribunal Pleno, j. 29.9.2011).

Não se desconhece, por outro lado, a deliberação que restou vencedora por ocasião dos Embargos Infringentes interpostos em face do julgamento da AP 470, quando se assentou que a percepção de valor indevido, por parte do próprio sujeito ativo do delito de corrupção passiva ou por interposta pessoa, pode não configurar, igualmente, o delito de lavagem de capitais na modalidade *ocultar*.

Naquela ocasião, concluiu-se que a possibilidade da incriminação da autolavagem “*pressupõe a prática de atos de ocultação autônomos do produto do crime antecedente (já consumado)*” (AP 470 EI-sextos, Rel. Min. Luiz Fux, Red. p/ Acórdão: Min. Roberto Barroso, Tribunal Pleno, DJe de 21.8.2014; AP 470 EI-décimos sextos, Rel. Min. Luiz Fux, Rel. p/ Acórdão: Min. Roberto Barroso, Tribunal Pleno, DJe de 21.8.2014).

Nesses julgados, o Ministro Luís Roberto Barroso, redator do acórdão, ressalta que “*o recebimento por modo clandestino e capaz de ocultar o destinatário da propina, além de esperado, integra a própria materialidade da corrupção passiva, não constituindo, portanto, ação distinta e autônoma da lavagem de dinheiro*”, cuja configuração demanda a identificação de “*atos posteriores, destinados a recolocar na economia formal a vantagem indevidamente recebida*”.

Tratou-se, naquele emblemático caso, de situação relativa a parlamentar federal, denunciado por corrupção passiva, cuja vantagem indevida foi recebida por intermédio de terceira pessoa. O Ministério Público Federal denunciou-o pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, em concurso material, afirmando que o envio de terceira pessoa à percepção da vantagem configurava expediente voltado à ocultação da origem criminosa dos proveitos auferidos com o crime antecedente. Tal imputação não prevaleceu, firmando-se o entendimento

de que o recebimento de vantagem por interposta pessoa faz parte integrante da descrição típica do art. 317 do Código Penal (corrupção passiva), mormente quando a obtenção de vantagem indevida, segundo redação típica, pode ser dar *direta ou indiretamente*, como se confere do tipo penal:

“Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou **indiretamente**, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa”.

Nessa linha, repiso, entendeu o Pleno do Supremo Tribunal Federal que o recebimento de vantagem oriunda de corrupção, via interposta pessoa, por fazer parte dos próprios elementos típicos do art. 317 do Código Penal, pode, a par da própria corrupção passiva, não configurar o delito de lavagem na modalidade *ocultar*. Asseverou-se, chamo a atenção, que a existência de atos autônomos do recebimento escamoteado da vantagem caracterizariam o crime de lavagem de capitais.

E assim se tem mantido a jurisprudência desta Suprema Corte, citando-se, de passagem, trecho de ementa da lavra da Ministra Rosa Weber, por ocasião do julgamento do mérito da AP 694:

“(…)

5. Lavagem de capitais e crimes contra a administração pública. Corrupção passiva e autolavagem: quando a ocultação configura etapa consumativa do delito antecedente - caso da corrupção passiva recebida por pessoa interposta - de autolavagem se cogita apenas se comprovados atos subsequentes, autônomos, tendentes a converter o produto do crime em ativos lícitos, e capazes de ligar o agente lavador à pretendida higienização do produto do crime antecedente. Sob uma linguagem de ação típica, as subsequentes e autônomas condutas devem possuir aptidão material para ‘Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição,

movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal' antecedente, ao feitiço do artigo 1º da Lei 9.613/98" (g.n.)  
(Primeira Turma, j. 2.5.2017).

Nesse norte, igualmente, os excertos doutrinários de Gustavo Henrique Badaró e Pierpaolo Cruz Bottini:

“(...)

Assim, se a ocultação ou dissimulação típica da lavagem de dinheiro se limitar ao recebimento 'indireto' dos valores, há contingência entre os tipos penais, aplicando-se o instituto da consunção. Isso não impede a verificação do concurso material entre lavagem de dinheiro e corrupção passiva se constatado no caso concreto outro ato de ocultação ou dissimulação para além do recebimento indireto, como, por exemplo, o envio de dinheiro para o exterior, para contas de terceiros, ou a simulação de negócios posteriores com a finalidade de conferir aparência lícita aos recursos recebidos. A menção ao recebimento indireto no tipo penal de corrupção passiva não implica salvo conduto para qualquer comportamento de ocultação posterior" (Lavagem de dinheiro. 3ª ed. São Paulo: RT, 2016, p. 128).

A partir dessa introdução conceitual sobre o crime de lavagem de capitais, de base doutrinária e jurisprudencial, afirmo que os fatos descritos na peça acusatória bem evidenciam a efetiva prática de atos posteriores e autônomos que caracterizam, de acordo com o conjunto probatório produzido nos autos, o delito de lavagem de capitais atribuído aos acusados, porque bem destacados no tempo e no modo de execução em relação ao delito anterior de corrupção passiva, nada obstante este tenha se consumado logo na solicitação da vantagem indevida, cujo efetivo recebimento, como é cediço, se constitui em mero exaurimento da conduta que malfez a moralidade administrativa.

Como visto, as vantagens indevidas negociadas no âmbito da BR

Distribuidora S/A, precisamente as recebidas como contraprestação aos privilégios concedidos à UTC Engenharia S/A na celebração de contratos de construção de bases de combustíveis, foram recolhidas pro Alberto Youssef e seus emissários e com este mantidas em depósito, o qual, por sua vez, disponibilizava os recursos a Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos à medida em que era demandado, mediante a existência de saldo na conta-corrente administrada pelo primeiro, como se instituição financeira fosse.

Nessa ambiência, os atos de mera retirada de recursos por Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos ou Luis Pereira Duarte de Amorim, seja nos escritórios de Alberto Youssef ou mediante entregas realizadas na sede da GPI Participações e Investimentos S/A, configuram o exaurimento do delito antecedente, sobre o que doutrina e jurisprudência não divergem.

No entanto, a partir do caixa gerenciado por Alberto Youssef, atos de ocultação e dissimulação da origem ilícita dos recursos foram praticados, conforme se passa a analisar de forma compartimentada.

### **2.2.1. Depósitos fracionados de dinheiro em contas-correntes.**

Conforme relatado pelo colaborador Alberto Youssef, por determinação de Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, uma série de depósitos dos aludidos recursos ilícitos foram realizados em contas-correntes titularizadas pelo denunciado Fernando Affonso Collor de Mello, em valores inferiores aos estabelecidos na Carta Circular n. 3.461/2009, a partir dos quais as instituições financeiras são obrigadas a informar ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) do Ministério da Economia, como instrumento destinado justamente à prevenção e combate à lavagem de dinheiro.

Nesse sentido, trago à colação trecho das declarações proferidas em juízo pelo referido colaborador:

“(…)

MINISTÉRIO PÚBLICO - Encontraram alguns

comprovantes de depósito na sua... na GPI Investimentos. O senhor se recorda disso? A GPI Investimentos...

COLABORADOR - Não, não. É GFD Investimentos.

MINISTÉRIO PÚBLICO - GFD, está certo. Que seria sua, né?

COLABORADOR - Sim.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Certo. Eu vou... GF?

COLABORADOR - GFD Investimentos.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Certo. O senhor confirma esses depósitos que teriam sido realizados para Fernando Collor?

COLABORADOR - Sim, confirmo.

(...)

MINISTÉRIO PÚBLICO - Aqui no seu depoimento de fevereiro de 2015, 11 de fevereiro de 2015, na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba, o senhor disse que fez vários depósitos ao Senador Fernando Collor, que não sabe precisar as datas. O senhor confirma?

COLABORADOR - Sim, confirmo.

(...)

MINISTÉRIO PÚBLICO - Então o senhor fez depósitos e entregou valores cujo destinatário final era o Parlamentar Fernando Collor?

COLABORADOR - Sim, senhora.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Sem lastro e nenhum contrato, nada que justificasse o recebimento daquele valor?

COLABORADOR - Nada.

MINISTÉRIO PÚBLICO - E o intermediário do Parlamentar Fernando Collor, que era seu contato, era Pedro Paulo. É isso?

COLABORADOR - Na verdade, eu nunca tive contato nenhum com o Fernando Collor.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Certo.

COLABORADOR - Eu sempre tive contato com o Pedro Paulo.

MINISTÉRIO PÚBLICO - O Pedro Paulo.

COLABORADOR - O meu cliente era o Pedro Paulo." (fls.

4.475-4.478 – destaquei).

A forma como eram realizados tais depósitos em favor de Fernando Affonso Collor de Mello é melhor detalhada por Rafael Ângulo Lopez, funcionário de Alberto Youssef a quem era incumbida tal tarefa, embora não de forma exclusiva:

“(…)

MINISTÉRIO PÚBLICO - Fora esse valor em dinheiro, o senhor fez algum depósito para as contas de Fernando Collor?

COLABORADOR - O senhor Alberto pediu para fazer um depósito de 20 mil reais e foi feito fracionado. Um era de 8 mil; o outro, se não me engano, era 9 mil; e um outro de 3 mil no caixa eletrônico.

MINISTÉRIO PÚBLICO - E o senhor fez esse depósito com valores em espécie ou foram transferências?

COLABORADOR - Em espécie. Sempre procurava não chegar, quando fazia algum depósito assim, não atingir os 10 mil reais para não precisar declarar.

MINISTÉRIO PÚBLICO - E nesses depósitos o senhor chegou a visualizar o comprovante? Via se aparecia o nome Fernando de Melo, alguma coisa assim?

COLABORADOR - Apareceu Fernando Collor de Mello.

MINISTÉRIO PÚBLICO - E o Youssef confirmou que se tratava de depósito para o ex-presidente?

COLABORADOR - Sim, porque antes ele tinha falado que era para depositar para o senhor Fernando. Não sabia quem era, depusitei no nome que eu perguntei para ele quem era a pessoa, e ele confirmou. E eu entreguei os depósitos ao seu Alberto.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Os comprovantes o senhor diz?

COLABORADOR - Os comprovantes.

MINISTÉRIO PÚBLICO - O senhor sabe se algum outro depósito foi feito para a pessoa de Fernando Collor de Mello?

COLABORADOR - Por mim, não. Eu não sei se ele enviou outra pessoa para fazer algum depósito ou algum outro tipo de

trabalho. Isso eu não sei dizer. Porque eu também viajava bastante, saía bastante; e outras pessoas ele mandava fazer, às vezes, na minha ausência.” (fls. 4.515-4.516 – destaquei).

De fato, dentre as mais variadas modalidades de ocultação da origem e da localização de vantagem pecuniária recebida pela prática de delito anterior, o depósito fracionado da quantia em conta-corrente, em valores que não atingem os limites estabelecidos pelas autoridades monetárias à comunicação compulsória dessas operações, é meio idôneo para a consumação do crime em análise.

Nesse sentido, mais uma vez colho os ensinamentos de Gustavo Henrique Badaró e Pierpaolo Cruz Bottini:

“(…)

São exemplos da ocultação, a fragmentação dos valores obtidos para movimentação de pequenas quantias incapazes de chamar a atenção das autoridades públicas, ou que não exigem a comunicação necessária de parte dos particulares colaboradores (smurfing), o depósito do capital em contas de terceiros, sua conversão em moeda estrangeiras, em outros ativos, e a compra de imóveis em nome de laranjas” (*Lavagem de dinheiro. Aspectos penais e processuais penais*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 66 – destaquei).

Ou seja, a conduta intencional de fracionar quantias para o depósito de recursos em instituições financeiras tem por objetivo burlar os mecanismos de fiscalização das autoridades financeiras, instituídos justamente para prevenir a utilização do Sistema Financeiro Nacional para a prática do crime de lavagem de capitais, conforme enuncia a Carta Circular n. 3.461 do Banco Central do Brasil:

“Art. 1º As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem implementar políticas e procedimentos internos de controle destinados a prevenir sua utilização na prática dos crimes de

que trata a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.”

Dentre os procedimentos previstos se encontra justamente a obrigação de comunicação, por parte das instituições financeiras, da realização de transações em valores superiores aos definidos no aludido ato normativo, o que revela a aptidão do fracionamento intencional de depósitos de burlar tal fiscalização.

Outra não foi a conclusão desta colenda Segunda Turma por ocasião do julgamento da AP 996, finalizado em 29.5.2018:

Ementa: AÇÃO PENAL. CORRUPÇÃO PASSIVA E LAVAGEM DE DINHEIRO. (...) 8. LAVAGEM DE CAPITAIS. (...) 8.2. VANTAGEM INDEVIDA DEPOSITADA DE FORMA PULVERIZADA EM CONTAS-CORRENTES. CONDUTA TÍPICA. (...) CONDENAÇÃO. (...) 8. Verificada a autonomia entre o ato de recebimento de vantagem indevida oriunda do delito de corrupção passiva e a posterior ação para ocultar ou dissimular a sua origem, possível é a configuração do crime de lavagem de capitais. (...) 8.2. O depósito fracionado de valores em conta-corrente, em quantias que não atingem os limites estabelecidos pelas autoridades monetárias à comunicação compulsória dessas operações, apresenta-se como meio idôneo para a consumação do crime de lavagem de capitais. No caso, tal prática foi cabalmente demonstrada pelo conjunto probatório amealhado aos autos. (...) (AP 996, de minha relatoria, Segunda Turma, julgado em 29.5.2018)

Na hipótese, as versões dos aludidos colaboradores são corroboradas pelos 8 (oito) comprovantes encontrados no escritório de Alberto Youssef, em busca e apreensão realizada em 10.5.2015, os quais atestam a realização de múltiplos depósitos em favor do Senador da República Fernando Affonso Collor de Mello em dias seguidos, mas em valores inferiores a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada, como forma de evitar a comunicação compulsória das operações às autoridades financeiras, típico procedimento de lavagem de capitais apto a ocultar o

produto do ilícito antecedente.

Com efeito, no dia 2.5.2013 foram realizados 2 (dois) depósitos no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) e mais 3 (três) depósitos no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), ao passo que no dia subsequente (3.5.2013) foram registrados 2 (dois) depósitos no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), e 1 (um) depósito de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). Ou seja, em apenas 2 (dois) dias, a estrutura financeira paralela de Alberto Youssef disponibilizou ao Senador da República Fernando Affonso Collor de Mello a soma de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), quantia que, se depositada de forma conjunta, estaria sujeita à informação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) por parte da instituição financeira, nos termos do art. 13, I, da Carta Circular n. 3.461/2009 do Banco Central, o que não ocorreu em razão do fracionamento dos depósitos em valores abaixo do estipulado no aludido ato normativo.

Diante da comprovação de que os acusados se utilizavam de estratégias para burlar a fiscalização sobre transações financeiras, por decisão proferida pelo saudoso Ministro Teori Zavascki nos autos da AC 3.870, em 13.5.2015, foi deferido o afastamento do sigilo bancário dos então investigados, cujas informações embasam o Relatório Tipo 4 do SIMBA que instrui a exordial acusatória (Doc. 2).

A compilação dos dados bancários do acusado Fernando Affonso Collor de Mello revela que tal prática era usual, ao menos desde o período em que foram iniciados os pagamentos relacionados aos contratos de construção de bases de combustíveis celebrados pela UTC Engenharia S/A com a BR Distribuidora S/A, no ano de 2011, estendendo-se até o período abrangido pela quebra do sigilo.

Nesse sentido, foram constatados:

- 25 (vinte e cinco) depósitos no dia 18.1.2011, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) cada, na conta 201, agência 4454, do Banco Itaú;

- 2 (dois) depósitos no dia 16.2.2011, nos valores de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) e R\$ 9.000,00 (nove mil reais), na conta 201, agência 4454, do Banco Itaú;

## AP 1025 / DF

- 11 (onze) depósitos no dia 25.2.2011, sendo 7 (sete) no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) e 4 (quatro) no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), na conta 116750, agência 4884, do Banco do Brasil;

- 13 (treze) depósitos no dia 15.4.2011, sendo 1 (um) no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), 1 (um) de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e 11 (onze) de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), na conta 201, agência 4454, do Banco Itaú;

- 2 (dois) depósitos no dia 4.5.2011, no valor de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais) cada, na conta 201, agência 4454, do Banco Itaú;

- 13 (treze) depósitos no dia 9.8.2011, sendo 12 (doze) no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e 1 (um) de R\$ 1.000,00 (mil reais), na conta 116750, agência 4884, do Banco do Brasil;

- 35 (trinta e cinco) depósitos no dia 16.8.2011, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) cada, na conta 201, agência 4454, do Banco Itaú;

- 45 (quarenta e cinco) depósitos no dia 17.8.2011, dos quais 25 (vinte e cinco), no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) cada, foram realizados na conta 201, agência 4454, do Banco Itaú, e 20 (vinte), no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) cada, na conta 7557906, agência 4883, do Banco do Brasil;

- 25 (vinte e cinco) depósitos no dia 18.8.2011, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) cada, na conta 201, agência 4454, do Banco Itaú;

- 10 (dez) depósitos no dia 19.8.2011, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) cada, na conta 201, agência 4454, do Banco Itaú;

- 23 (vinte e três) depósitos no dia 22.8.2011, sendo 22 (vinte e dois) no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e 1 (um) de R\$ 1.000,00 (mil reais), na conta 201, agência 4454, do Banco Itaú;

- 15 (quinze) depósitos no dia 23.8.2011, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) cada, na conta 201, agência 4454, do Banco Itaú;

- 4 (quatro) depósitos no dia 25.8.2011, sendo 3 (três) no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e 1 (um) de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), na conta 201, agência 4454, do Banco Itaú;

- 33 (trinta e três) depósitos no dia 27.9.2011, sendo 32 (trinta e dois) no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e 1 (um) de R\$ 1.000,00 (mil reais),

## AP 1025 / DF

na conta 201, agência 4454, do Banco Itaú;

- 72 (setenta e dois) depósitos no dia 28.9.2011, dos quais 33 (trinta e três) – 32 (trinta e dois) no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e 1 (um) no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) –, foram realizados na conta 201, agência 4454, do Banco Itaú; 20 (vinte), no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) cada, na conta 7557906, agência 4883, do Banco do Brasil; e 19 (dezenove) – 17 (dezesete) no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e 2 (dois) de R\$ 1.000,00 (mil reais) –, na conta 20001, agência 2842, do Banco Bradesco;

- 8 (oito) depósitos no dia 29.9.2011, sendo 7 (sete) no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e 1 (um) de R\$ 1.000,00 (mil reais), na conta 201, agência 4454, do Banco Itaú;

- 2 (dois) depósitos no dia 23.11.2011, nos valores de R\$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais) e R\$ 9.000,00 (nove mil reais), na conta 7557906, agência 4883, do Banco do Brasil;

- 22 (vinte e dois) depósitos no dia 13.12.2011, sendo 21 (vinte e um) no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e 1 (um) de R\$ 267,00 (duzentos e sessenta e sete reais), na conta 201, agência 4454, do Banco Itaú;

- 2 (dois) depósitos no dia 11.1.2012, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) cada, na conta 201, agência 4454, do Banco Itaú;

- 23 (vinte e três) depósitos no dia 12.1.2012, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) cada, na conta 201, agência 4454, do Banco Itaú;

- 53 (cinquenta e três) depósitos no dia 30.1.2012, dos quais 34 (trinta e quatro) – 33 (trinta e três) no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) e 1 (um) no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) –, foram realizados na conta 201, agência 4454, do Banco Itaú; e 19 (dezenove) – 12 (doze) no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), 7 (sete) de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos) reais e 1 (um) de R\$ 500,00 (quinhentos reais) –, na conta 7557906, agência 4883, do Banco do Brasil;

- 36 (trinta e seis) depósitos no dia 14.2.2012, dos quais 26 (vinte e seis), no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) cada, foram realizados na conta 201, agência 4454, do Banco Itaú, e 10 (dez) – 9 (nove) no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) e 1 (um) de R\$ 500,00 (quinhentos reais), na conta 116750, agência 5977, do Banco do Brasil;

## AP 1025 / DF

- 14 (catorze) depósitos no dia 14.3.2012, sendo 13 (treze) no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e 1 (um) de R\$ 8.350,00 (oito mil, trezentos e cinquenta reais), na conta 201, agência 4454, do Banco Itaú;

- 16 (dezesesseis) depósitos no dia 15.3.2012, sendo 15 (quinze) no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e 1 (um) de R\$ 1.000,00 (mil reais), na conta 201, agência 4454, do Banco Itaú;

- 20 (vinte) depósitos no dia 3.5.2012, no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) cada, na conta 10868811, agência 1, do Banco Santander;

- 4 (quatro) depósitos no dia 2.7.2012, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) cada, na conta 201, agência 4454, do Banco Itaú;

- 21 (vinte e um) depósitos no dia 3.7.2012, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) cada, na conta 201, agência 4454, do Banco Itaú;

- 15 (quinze) depósitos no dia 6.8.2012, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) cada, na conta 201, agência 4454, do Banco Itaú;

- 6 (seis) depósitos no dia 4.12.2012, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) cada, na conta 201, agência 4454, do Banco Itaú;

- 8 (oito) depósitos no dia 28.12.2012, sendo 4 (quatro) no valor de R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais), 2 (dois) de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), 1 (um) de R\$ 1.000,00 (mil reais) e 1 (um) de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), na conta 201, agência 4454, do Banco Itaú;

- 4 (quatro) depósitos no dia 27.2.2013, sendo 1 (um) no valor de R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais), 2 (dois) de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e 1 (um) de R\$ 1.000,00 (mil reais), na conta 201, agência 4454, do Banco Itaú;

- 14 (catorze) depósitos no dia 5.3.2013, sendo 10 (dez) de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), 1 (um) de R\$ 9.550,00 (nove mil, quinhentos e cinquenta reais), 1 (um) de R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais), 1 (um) de R\$ 8.950,00 (oito mil, novecentos e cinquenta reais) e 1 (um) de R\$ 1.700,00 (mil e setecentos reais), na conta 201, agência 4454, do Banco Itaú;

- 4 (quatro) depósitos entre 1.4.2013 e 3.4.2013, sendo 3 (três) de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) e 1 (um) de R\$ 3.000,00 (três mil reais), na conta 201, agência 4454, do Banco Itaú;

- 22 (vinte e dois) depósitos entre 30.4.2013 e 6.5.2013, sendo 4

## AP 1025 / DF

(quatro) de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), 3 (três) de R\$ 1.000,00 (mil reais), 5 (cinco) de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), 3 (três) de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), 3 (três) de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), 1 (um) de R\$ 1.300,00 (mil e trezentos reais), 1 (um) de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), 1 (um) de R\$ 9.550,00 (nove mil, quinhentos e cinquenta reais) e 1 (um) de R\$ 1.450,00 (mil quatrocentos e cinquenta reais), na conta 201, agência 4454, do Banco Itaú;

- 3 (três) depósitos no dia 22.5.2013, sendo 2 (dois) no valor de R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais) e 1 (um) de R\$ 200 (duzentos reais), na conta 201, agência 4454, do Banco Itaú;

- 15 (quinze) depósitos no dia 4.6.2013, sendo 1 (um) de R\$ 9.650,00 (nove mil, seiscentos e cinquenta reais), 2 (dois) de R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais), 1 (um) de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), 2 (dois) de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), 1 (um) de R\$ 9.850,00 (nove mil, oitocentos e cinquenta reais), 1 (um) de R\$ 9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais), 6 (seis) de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e 1 (um) de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), na conta 201, agência 4454, do Banco Itaú;

- 14 (catorze) depósitos no dia 5.8.2013, sendo 1 (um) de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), 1 (um) de R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), 10 (dez) de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e 2 (dois) de R\$ 1.900,00 (mil e novecentos reais), na conta 201, agência 4454, do Banco Itaú;

- 11 (onze) depósitos no dia 16.8.2013, sendo 10 (dez) de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e 1 (um) de R\$ 1.000,00 (mil reais), na conta 201, agência 4454, do Banco Itaú;

- 4 (quatro) depósitos no dia 25.10.2013, sendo 1 (um) de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), 1 (um) de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) e 2 (dois) de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), na conta 201, agência 4454, do Banco Itaú;

- 33 (trinta e três) depósitos no dia 28.11.2013, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) cada, na conta 201, agência 4454, do Banco Itaú;

- 7 (sete) depósitos no dia 28.2.2014, sendo 6 (seis) de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e 1 (um) de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), na conta 201,

## AP 1025 / DF

agência 4454, do Banco Itaú; e

- 4 (quatro) depósitos no dia 14.3.2014, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais cada, na conta 20001, agência 2842, do Banco Bradesco.

A análise desses dados revela a intensa movimentação atípica de recursos em contas-correntes titularizadas pelo Senador da República Fernando Affonso Collor de Mello, cabendo destacar, a título exemplificativo, que, apenas no mês de dezembro de 2012, a impressionante quantia de R\$ 357.000,00 (trezentos e cinquenta e sete mil reais) foi depositada em espécie nas contas do aludido parlamentar federal. Digno de nota, esse valor se aproxima da anualidade de subsídios atualmente percebidos pelo exercício do mandato no Senado Federal, conforme consulta ao Portal da Transparência daquela Casa Legislativa realizada em 3.8.2020.

É certo que no interregno acima detalhado também foram realizados depósitos em dinheiro em quantias superiores a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), de notificação compulsória ao COAF, portanto, como os dos dias 17.3.2011, 28.6.2011, 28.11.2011, 15.2.2012, 26.4.2012, 27.4.2012, 5.12.2012, 14.11.2013 e 31.1.2014.

Pelo reduzido número, em comparação aos depósitos fracionados, e o significativo espaçamento temporal em que realizados, trata-se de exceções ao *modus operandi* explicitado na denúncia e reproduzido pelo conjunto probatório, as quais até podem retratar as alegadas operações financeiras lícitas em razão das inúmeras fontes de captação de recursos apontadas nas razões defensivas – mútuos contraídos junto às empresas da Organização Arnon de Mello, recebimento de heranças e doações de familiares, alienação de bens móveis e imóveis de sua propriedade, bem como “*empréstimos de pessoas físicas para saldar compromissos*”, firmados “*com base na confiança recíproca, na base do antigamente chamado ‘fio do bigode’*” (fl. 7.477), mas não infirmam a tese acusatória.

Como visto, de forma contemporânea ao período em que foram realizados os pagamentos da vantagem indevida negociada com a UTC

Engenharia S/A, a maior parte dos depósitos realizados em espécie na conta do Senador da República Fernando Affonso Collor de Mello foram adrede fracionados, o que caracteriza o dolo de ocultar a natureza ilícita dos recursos e viabilizar, em momento subsequente, a utilização como se lícitos fossem.

Em sua defesa, Fernando Affonso Collor de Mello, além de afirmar a origem lícita dos valores, declara que não era afeito à administração de suas contas-correntes, cuja gestão era delegada a pessoas de confiança, e recorre às declarações prestadas em juízo pelo corréu Luis Pereira Duarte de Amorim por ocasião do seu interrogatório para justificar o fracionamento dos depósitos, no sentido de que *“esta era uma prática adotada pelos funcionários da empresa para realizarem o depósito de valores acima do limite permitido, por envelope, na boca do caixa”* (fl. 7.479), como forma de evitar *“uma fila gigante”*.

No entanto, desborda a razoabilidade imaginar que uma pessoa que se dirige ao banco para realizar o depósito de vultosa quantia, ao se deparar com fila nos caixas, decida fracionar as cédulas em 35 (trinta e cinco) envelopes, como realizado, por exemplo, no dia 16.8.2011 no Banco Itaú, para reduzir o seu tempo de espera. Tal operação demandaria o preenchimento dos 35 (trinta e cinco) envelopes com os dados do depositante, a separação e contagem das cédulas – no mínimo 700 (setecentas), caso utilizada a maior nota de Real em circulação à época dos fatos –, além da inserção dos envelopes nas máquinas de autoatendimento. Tudo isso fora do ambiente de maior vigilância de uma agência bancária, onde o manuseio de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) em espécie certamente chamaria a atenção dos demais usuários, incrementando o risco da ocorrência de incidentes.

Tal álibi, aliás, sequer se sustenta na própria narrativa do acusado Luis Pereira Duarte de Amorim, apontado por Fernando Affonso Collor de Mello como o administrador de suas contas pessoais, quando afirma, no mesmo interrogatório judicial, que as retiradas de recursos das empresas se davam predominantemente por meio de pagamentos de despesas mensais do Senador da República, e não por depósitos em

contas-correntes. Veja-se:

“(...)

ADVOGADO - Tá. O Senador Fernando Collor, quando esteve aqui depondo, ele disse que tinha rendimentos da ordem de 300 mil reais e que era originário também do grupo empresarial. Esses depósitos, esses valores eram depositados mensalmente na conta dele? Como era essa relação?

RÉU - Não, não. Isso, na verdade, era a monta que era destinada a pagar condomínios, pagar IPTU, IPVA de carro, pagar cartão de crédito. Depósito na conta era muito pouco, na verdade, era pra satisfazer essas necessidades, não tinha, efetivamente, um pagamento assim, depósito de tanto na conta dele.” (fl. 6.781 – destaquei).

Em contraposição aos frágeis argumentos defensivos, a tese acusatória é suportada por prova documental proveniente da quebra de sigilo bancário do Senador da República Fernando Affonso Collor de Mello, no sentido de que o depósito fracionado de valores era uma das formas de disponibilização dos recursos mantidos com Alberto Youssef, cuja origem ilícita já foi demonstrada neste voto. A versão defensiva, por sua vez, é desprovida de comprovação idônea, já que as declarações de corrêu, justamente porque interessadas, inverossímeis e até mesmo contraditórias, não lhe proporcionam o necessário suporte, a revelar falha no ônus probatório defensivo distribuído pelo art. 156 do Código de Processo Penal.

No tocante ao acusado Luis Pereira Duarte de Amorim, nada obstante tenha a defesa técnica enfatizado a alegada ausência de conhecimento sobre a ilicitude dos recursos originários de Alberto Youssef, o contexto probatório afirma amplitude cognitiva diversa e apta a caracterizar sua atuação dolosa nos fatos.

Com efeito, conforme declarado pelo réu Fernando Affonso Collor de Mello, Luis Pereira Duarte de Amorim, além do principal executivo da Organização Arnon de Mello, foi a pessoa a quem confiou a

administração também do seu patrimônio pessoal, em especial a retirada de valores em espécie no escritório de Alberto Youssef.

Nesse sentido, trago à colação as declarações prestadas em juízo pelo acusado Fernando Affonso Collor de Mello:

“(...)

JUIZ - E em relação ao Luiz Amorim, a sua... a sua ligação com ele, ele.... Qual que é exatamente a função dele em relação a suas empresas, as empresas das quais o senhor é acionista?

RÉU - Ele é o executivo das minhas empresas.

JUIZ - Ele é o principal executivo?

RÉU - É o principal executivo das minhas empresas, Luís Amorim. É uma pessoa também da minha inteira confiança e que está comigo já... desde 87/88.

(...)

JUIZ - Então, desde 2005, ele toca os...

RÉU - Os negócios da organização.

JUIZ - Das empresas de comunicação do senhor.

RÉU - Das empresas de comunicação em Alagoas.

JUIZ - Como é que é a prestação de contas que ele faz ao senhor a respeito disso? Ele faz diretamente ao senhor, faz a alguém, como é que é essa...?

RÉU - Essa é uma boa pergunta, Excelência, porque não há nenhuma prestação de contas formal. É sempre... A prestação de contas se dá quando da elaboração do imposto de renda.

JUIZ - Entendi.

RÉU - É aí que se dá a prestação de contas.

(...)

JUIZ - Tá bem. E aí, então, quer dizer que, voltando, o Luis Amorim presta contas ao senhor de que forma? O senhor disse que, assim, não tem ingerência no dia a dia dos negócios da empresa, das contas bancárias etc. Ah, e o senhor disse que ele também administra as suas contas pessoais? O Luis Amorim?

RÉU - Não, quer dizer, ele...

JUIZ - Porque, assim, alguém... A minha pergunta é a

seguinte, assim, o senhor falou que são os executivos, mas alguém tá no topo.

RÉU - Sim.

JUIZ - É o Luis Amorim?

RÉU - No topo é ele.

JUIZ - Tá.

RÉU - É ele, mas ele tem os diversos diretores, cada um na sua área, que naturalmente informam a ele, né.

JUIZ - Perfeito.

RÉU - 'Olha, tá precisando depositar tanto na conta'.

JUIZ - Tá, ele faz isso.

RÉU - Ele chega e faz isso.

JUIZ - Com o auxílio de outras pessoas.

RÉU - Isso.

JUIZ - Tá bem. E ele faz isso em relação à sua conta pessoal também?

RÉU - À minha conta pessoal também.

JUIZ - E à Água Branca também, então?

RÉU - À Água Branca também.

JUIZ - Tá.

RÉU - Também.

JUIZ - Muito bem, então, assim, eu indago ao senhor: Qual que é a periodicidade com que ele presta contas ao senhor? Qual que é o nível de acompanhamento que o senhor tem a respeito disso? O senhor já explicou que 90% desses bens dessas empresas são de sua propriedade.

RÉU - Hum, hum.

JUIZ - Não é? E, assim, de alguma forma, o senhor toma conta dos seus negócios, né?

RÉU - Hum, hum.

JUIZ - Então a minha pergunta é: Em que intensidade isso ocorre e em que períodos isso ocorre? De que forma isso ocorre?

RÉU - Não há, como eu disse a Vossa Excelência, não há uma periodicidade de prestação de contas, né, ela sempre é feita no momento da realização do imposto de renda, aí é que é

fechada as contas, saber do mútuo quanto foi abatido, quanto não foi; o que foi utilizado, o que não foi utilizado. É assim que se faz a prestação de contas, é quando da elaboração da declaração do imposto de renda, no final do ano.

JUIZ - Uma outra indagação que eu gostaria de fazer ao senhor é se ele tem liberdade pra movimentar dinheiro, digamos assim, entre, vamos dizer assim, dinheiro que pertence ao senhor, enquanto pessoa física, e dinheiro dessas empresas, né. Há, aqui, a alegação do Ministério Público - e me parece que o senhor não nega isso -, embora negue o caráter criminoso disso...

RÉU - Hum, hum.

JUIZ - ...de que havia e há uma série de contratos de mútuo, muitos deles até não registrados, entre pessoa física Fernando Collor de Mello e as empresas. A pergunta que eu faço é se o Luis Amorim tem liberdade de realizar essas, vamos dizer assim, transferências de valores de lá pra cá? Ele tem essa liberdade, ele tem esse poder dado pelo senhor?

RÉU - Sim, Excelência. Só o seguinte: que todos os contratos de mútuo estão rigorosamente registrados.

JUIZ - Ah, não, tudo bem.

RÉU - Todos, sem exceção.

JUIZ - Tá, em relação a esses contratos. Só o único contrato que o senhor fez que foi com o Pedro Paulo que não houve registro.

RÉU - É, porque não foi contrato, quer dizer, foi um acordo verbal, não é? Mas tudo aquilo que se refere à relação minha com as empresas é tudo devidamente registrado. E, sim, quem tem poder para fazer esses mútuos e essas transferências é, por minha determinação, o Luís Amorim." (fls. 6.805-6.809 – destaquei)

Os deslocamentos de Luis Pereira Duarte Amorim ao escritório de Alberto Youssef para a retirada de valores, a pedido de Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos e no interesse de Fernando Affonso Collor de Mello, são admitidos pelo próprio acusado Luis Pereira por ocasião do

seu interrogatório judicial:

“(…)

JUIZ - O senhor conhece Alberto Youssef?

RÉU - Conheci.

JUIZ - Quando que o senhor conheceu e em que circunstância o senhor conheceu ele?

RÉU - Eu o conheci em 2013, por aí, 12, 13, quando foi pedido pelo Doutor Pedro Paulo à época para que eu o procurasse para pegar uma quantia de dinheiro, que era um crédito que ele tinha junto ao Alberto Youssef.

JUIZ - Quanto era esse dinheiro?

RÉU - Olha, ele falou que era em torno de um milhão, e eu estive lá durante algumas vezes, fui lá duas, três, quatro vezes ou mais.

JUIZ - Aonde?

RÉU - Lá no Itaim, eu não sei o nome da rua, São Paulo, não lembro o nome da rua.

JUIZ - Isso foi em São Paulo?

RÉU - Foi. Eu estive lá à procura dele, fui a primeira vez, ele não estava, depois, eu fui de novo. Então, eu estive lá umas 5, 6, 8 vezes no máximo, eu estive lá. E, das vezes que estive lá, fui pegar o recurso que ele teria me dito pra eu apanhar e assim o fiz.

JUIZ - Como é que o senhor fez? O senhor esteve lá 8 vezes que o senhor falou, todas as vezes que o senhor foi lá, o senhor saiu com uma malinha de dinheiro? Como é que foi?

RÉU - Não, eu chegava lá, ora ele não estava, ora ele estava e falava ‘olha, estou sem recurso aqui, amanhã você vem ou mais tarde’, então, tinha muito isso.

JUIZ - Mas, em alguma vez, o senhor saiu de lá com mala de dinheiro?

RÉU - Saí.

JUIZ - Quantas vezes e qual foi a quantia, mais ou menos?

RÉU - No máximo, umas três vezes.

JUIZ - Três vezes?

RÉU - É.

JUIZ - E quanto o senhor levou em dinheiro vivo nesse período? Somando as três vezes?

RÉU - Olha, eu não sei precisar, que não lembro assim exatamente quanto foi, mas em torno de 150 a 200 mil reais.

JUIZ - Isso no valor total?

RÉU - Não, de cada vez.

JUIZ - Então, o senhor levou, em dinheiro vivo, de lá, mais ou menos 600 mil reais?

RÉU - Mais ou menos isso.

JUIZ - Daria, mais ou menos, aí, 60% do valor do crédito?

RÉU - Aproximadamente.

(...)

JUIZ - Por que o senhor foi fazer essa busca? Por que o senador pediu que o senhor fosse buscar esse dinheiro?

RÉU - Por ser, talvez, uma pessoa que inspirasse confiança, imagino, inspirasse confiança nele pra fazer esse tipo de coisa, pegar um volume de dinheiro...

JUIZ - O senhor não indagou por que que isso não poderia ser feito por transferência bancária ou de uma outra forma?

RÉU - Eu perguntei, na época, que era muito mais fácil. Disse 'olha, esse dinheiro que tenho com ele não é um dinheiro que posso estar na contabilidade, é um negócio meu pessoal com ele, então, isso aqui eu só posso fazer isso dessa forma'.

JUIZ - Isso o senador falou pro senhor?

RÉU - Não. Foi Pedro Paulo; Pedro Paulo, não, desculpa, Youssef. Youssef falou comigo: 'Eu tenho esse dinheiro com ele, com Pedro Paulo, e eu vou fazer essa transferência pra você e eu não posso fazer via transferência bancária'.

JUIZ - Tá, mas o senhor indagou ao senador, porque a sua relação principal era com o senador, o senhor indagou por que precisaria ser feito em dinheiro ou alguma coisa do gênero?

RÉU - Não, porque ele, aqui em Brasília, e eu lá, como ele dava uma orientação e eu pouco fico detalhando pra saber de que forma, tal, tal, eu apenas fui lá pra resolver.

JUIZ - Ordem dada, ordem cumprida, sem

questionamento?

RÉU - Mais ou menos isso aí.

JUIZ - Então, o senador ordenou - vou usar essa expressão - que o senhor fosse procurar então Pedro Paulo, e o Pedro Paulo lhe repassou a informação de que o senhor deveria buscar o Youssef?

RÉU - Isso." (fls. 6.759-6.761 – destaquei)

Na qualidade de Diretor Executivo da Organização Arnon de Mello, o que proporcionava a Luis Pereira Duarte Amorim o pleno conhecimento do faturamento das empresas e do montante utilizado para fins pessoais do acusado Fernando Affonso Collor de Mello, em nítida confusão patrimonial, afigura-se contraditória a tese defensiva sobre o desconhecimento da origem ilícita dos recursos retirados dos escritórios de Alberto Youssef, mormente porque teve ciência da impossibilidade do trânsito de tais valores por instituições financeiras oficiais, o que lhe demandou a retirada pessoalmente.

Com efeito, o alegado impedimento à realização de transações bancárias era limitado à esfera jurídica do acusado Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, não extensível ao corréu Fernando Affonso Collor de Mello, o qual não suportaria qualquer prejuízo no recebimento de transferências entre instituições financeiras, mesmo oriundas de Alberto Youssef, caso os recursos tivessem, de fato, origem lícita.

Aliás, a denúncia narra que, além dos depósitos fracionados realizados em conta-corrente de titularidade de Fernando Affonso Collor de Mello, Alberto Youssef também se utilizou de instituições financeiras para depositar recursos em favor da Gazeta de Alagoas Ltda., por indicação de Luis Pereira Duarte Amorim, o que demonstra que o óbice à utilização de meios oficiais para a transferências de recursos não foi exatamente imposto por Alberto Youssef.

A distinção do *modus operandi* empregado nos depósitos revela o propósito de ocultação dos valores por parte de Luis Pereira Duarte Amorim e Fernando Affonso Collor de Mello. Com efeito, embora este fosse, de fato, o único destinatário dos recursos, os ingressos em sua

conta-corrente foram realizados de forma camuflada, mediante o fracionamento dos valores, cuidado que não se teve em relação ao depósito em favor da pessoa jurídica, no valor de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais), em razão do distanciamento que o ente fictício, por si só, proporciona aos seus sócios da causa que justifica o ingresso de recursos, fato do qual se cuidará no tópico subsequente.

Desse modo, tem-se por devidamente comprovada a prática do delito de lavagem de capitais por parte de Fernando Affonso Collor de Mello, no que foi auxiliado por Luis Pereira Duarte de Amorim, mediante a realização de depósitos, em espécie, de valores fracionados em contas-correntes de titularidade do primeiro, em quarenta e duas oportunidades.

A denúncia imputa a Luis Pereira Duarte de Amorim, ainda, a prática do delito de lavagem de capitais em razão de depósitos fracionados realizados em contas-correntes de sua própria titularidade. Embora as circunstâncias indiquem a probabilidade do aludido acusado ter sido também beneficiado com o produto do delito anterior, mormente em razão da inequívoca ciência da sua origem ilícita, o conjunto probatório não permite tal afirmação com a mesma segurança proporcionada no que toca à sua atuação no interesse de Fernando Affonso Collor de Mello, o que impede a prolação de juízo condenatório nesse ponto.

#### **2.2.2. Lavagem de dinheiro mediante depósitos em contas-correntes titularizadas por sociedades empresárias vinculadas ao acusado Fernando Affonso Collor de Mello.**

A denúncia descreve, ainda, que as sociedades empresárias TV Gazeta Ltda. e Gazeta de Alagoas Ltda. também eram utilizadas para a ocultação das vantagens indevidas percebidas por Fernando Affonso Collor de Mello, em cujas contas-correntes eram depositados valores provenientes de Alberto Youssef para posterior utilização sob a roupagem de mútuos fictícios. Tal fato, aliás, é devidamente comprovado a partir da apreensão, no escritório de Alberto Youssef, do comprovante do depósito

em favor da Gazeta de Alagoas Ltda. já mencionado.

De acordo com a tese acusatória, o aludido acusado, além de promover pessoalmente depósitos em dinheiro em contas-correntes das referidas sociedades empresárias, se utilizava também de assessores para tal desiderato.

A relação de depósitos contida nas fls. 201-224 da denúncia, cujos valores alcançam a impressionante soma de R\$ 13.005.338,06 (treze milhões, cinco mil, trezentos e trinta e oito reais e seis centavos), retrata modalidade atípica de ingresso de recursos pelo exercício de atividade empresária, já que, de ordinário, não é prática usual o adimplemento em dinheiro, por parte dos respectivos tomadores, pelos serviços prestados por veículos de comunicação.

A facilidade e segurança proporcionadas pelas ferramentas de transações financeiras implementadas pelas instituições bancárias oficiais, como o depósito de cheques ou transferências entre contas-correntes, certamente são os meios adotados nas relações comerciais legítimas, firmadas em contrato e retratadas na respectiva nota fiscal, mormente quando envolvem quantias vultosas, como as representadas na relação em comento.

Nesse contexto, a denúncia relaciona uma série de depósitos realizados em favor da TV Gazeta de Alagoas Ltda. e da Gazeta de Alagoas Ltda. por pessoas ligadas ao acusado Fernando Affonso Collor de Mello, a saber, Cleverton Melo da Costa, Fernando Antônio da Silva Tiago, Eduardo Bezerra Frazão e William Dias Gomes. Estes, inclusive, foram denunciados pela Procuradoria-Geral da República como partícipes dos delitos de lavagem de dinheiro atribuídos ao Senador da República Fernando Affonso Collor de Mello. Diante da inexistência de elementos de informação aptos a atestar a aderência subjetiva de tais acusados aos intentos delituosos do aludido parlamentar federal, a denúncia, no ponto, foi rejeitada pela Segunda Turma, conforme se infere do seguinte excerto do voto condutor do julgamento:

“Portanto, inexistente suporte indiciário mínimo da adesão do acusado Fernando Antônio da Silva Tiago aos atos ilícitos de

lavagem de dinheiro imputados aos codenunciados, impondo-se, quanto ao ponto, a rejeição da denúncia.

Ainda no que tange aos depósitos efetuados, a denúncia estendeu a acusação, por concurso ao delito de lavagem de capitais, ao diretor do grupo empresarial do parlamentar, Eduardo Bezerra Frazão, em razão de ter efetuado, no período de 2010 a 2015, o depósito de R\$ 626.156,00 (seiscentos e vinte e seis mil, cento e cinquenta e seis reais), de forma fracionada, nas contas da empresa. Esses depósitos seriam realizados por ele próprio ou por funcionários da TV Gazeta Ltda. (INQ 3.883 e Caso Simba 1371, Relatório Tipo 4 - AC 3.870). As acusações repercutiram, da mesma forma, em relação ao acusado William Dias Gomes, assessor parlamentar do denunciado Fernando Affonso Collor de Mello, por haver efetuado 10 (dez) depósitos fracionados em contas de titularidade do senador da República e de Caroline Serejo Medeiros Collor de Mello, no período de 24.3.2010 a 17.12.2013 (Caso Simba 1371, Relatório Tipo 4 - AC 3.870).

A amplitude da narrativa ministerial, mediante o arrastamento dos agentes que, de qualquer forma, participaram dos atos de depósito, sem a demonstração de indícios outros a estabelecer suspeitas fundadas de que, em razão de tais atuações, teriam concorrido à prática do delito, é incoerente com o ônus da acusação de redigir a denúncia de forma a estabelecer o vínculo de todo e qualquer acusado com a empreitada criminosa, apresentando o suporte indiciário mínimo da autoria delitiva. Pensar-se de modo diverso seria convalidar a responsabilidade penal objetiva.

No caso do acusado William Dias Gomes, tem-se que, no ano de 2012, período no qual se aponta intensa movimentação das contas bancárias de responsabilidade do acusado Fernando Affonso Collor de Mello, o acusado procedeu a apenas um depósito de R\$ 19.906,30 (dezenove mil, novecentos e seis reais e trinta centavos), a denotar, como afirma a defesa, a diminuta relevância das funções por ele exercidas junto ao referido denunciado. Ilustrativos são os dados provenientes da quebra

de sigilo fiscal e bancário na AC 3.870, a partir dos quais, somente no ano de 2012, verificou-se aproximadamente 230 (duzentos e trinta) depósitos de quantias, em tese, ilícitas nas contas pertencentes ao senador da República (fls. 175-186).

À luz dessas considerações, também rejeito a peça acusatória quanto aos denunciados Fernando Antônio da Silva Tiago, William Dias Gomes e Eduardo Bezerra Frazão pelo crime de lavagem de dinheiro previsto no art. 1º, § 4º, da Lei 9.613/1998." (fl. 79-80 do acórdão de recebimento da denúncia no INQ 4.112 – procurar folha dos autos)

Em relação a Cleverton Melo da Costa, diante do seu falecimento antes do juízo de admissibilidade da exordial acusatória, a pretensão punitiva estatal foi declarada extinta, nos termos da decisão de fls. 2.265-2.269.

No entanto, a ausência de elementos informativos que atestem a adesão de tais pessoas aos desígnios delitivos dos fatos narrados na denúncia não impede a conclusão de que, ao executarem as ordens emanadas de seu empregador, em nítida relação de subordinação, se tornaram instrumentos para a execução do crime de lavagem de capitais, efetuando depósitos de vantagens indevidas em contas-correntes titularizadas por sociedades empresárias controladas pelo Senador da República Fernando Affonso Collor de Mello, conforme se passa a demonstrar.

Do extenso rol de depósitos em dinheiro realizados em favor das sociedades empresárias Gazeta de Alagoas Ltda. e TV Gazeta de Alagoas Ltda., o conjunto probatório permite associar boa parte ao próprio acusado Fernando Affonso Collor de Mello, pois realizados por Cleverton Melo da Costa, Fernando Antônio da Silva Tiago e Eduardo Bezerra Frazão, todos diretamente subordinados ao primeiro.

O Relatório de Inteligência Financeira n. 15.615 do COAF (fls. 920-970) elucida os depósitos em dinheiro realizados por Cleverton Melo da Costa, a seguir descritos na ordem de data, beneficiado, valor e conta:

## AP 1025 / DF

- 18.3.2011; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 100.000,00 (cem mil reais); conta 61000, agência 3678, Banco Bradesco;
- 18.3.2011; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 100.000,00 (cem mil reais); conta 61000, agência 3678, Banco Bradesco;
- 18.3.2011; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 100.000,00 (cem mil reais); conta 61000, agência 3678, Banco Bradesco;
- 9.5.2011; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 100.000,00 (cem mil reais); conta 61000, agência 3678, Banco Bradesco;
- 9.8.2011; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 210.400,00 (duzentos e dez mil e quatrocentos reais); conta 6100, agência 3678, Banco Bradesco;
- 10.2.2012; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 100.000,00 (cem mil reais); conta 61000, agência 3678, Banco Bradesco;
- 10.2.2012; Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais); conta 62596, agência 3678, Banco Bradesco;
- 10.2.2012; Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); conta 62596, agência 3678, Banco Bradesco;
- 26.7.2012; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais); conta 61000, agência 3678, Banco Bradesco;
- 26.7.2012; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais); conta 61000, agência 3678, Banco Bradesco;
- 24.8.2012; Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 10.000,00 (dez mil reais); conta 62596, agência 3678, Banco Bradesco;
- 24.8.2012; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 30.000,00 (trinta mil reais); conta 61000, agência 3678, Banco Bradesco;
- 14.1.2013; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais); conta 61000, agência 3678, Banco Bradesco;
- 7.3.2013; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 30.100,00 (trinta mil e cem reais); conta 61000, agência 3678, Banco Bradesco;
- 27.6.2013; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 30.000,00 (trinta mil reais); conta 61000, agência 3678, Banco Bradesco;
- 27.6.2013; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais); conta 61000, agência 3678, Banco Bradesco;
- 27.6.2013; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 50.000,00 (cinquenta mil

## AP 1025 / DF

reais); conta 61000, agência 3678, Banco Bradesco; e

- 8.8.2013; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 100.000,00 (cem mil reais);  
conta 61000, agência 3678, Banco Bradesco.

O mesmo relatório identifica os depósitos em dinheiro realizados por Fernando Antônio da Silva Tiago, a seguir descritos na mesma ordem (data, beneficiado, valor e conta):

- 5.5.2011; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais); conta 61000, agência 3678, Banco Bradesco;

- 10.5.2011; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 100.000,00 (cem mil reais); conta 61000, agência 3678, Banco Bradesco;

- 18.7.2011; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 182.000,00 (cento e oitenta e dois mil reais); conta 61000, agência 3678, Banco Bradesco; e

- 26.3.2014; Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 144.156,00 (cento e quarenta e quatro mil, cento e cinquenta e seis reais); conta 62596, agência 3678, Banco Bradesco.

A quebra do sigilo bancário dos investigados autorizada nos autos da AC 3.870 identificou, ainda, os depósitos realizados por Eduardo Bezerra Frazão, listados na mesma ordem de informações (data, beneficiado, valor e conta):

- 17.3.2011; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais); conta 61000, agência 3047, Banco Bradesco;

- 20.4.2011; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 100.000,00 (cem mil reais); conta 61000, agência 3047, Banco Bradesco;

- 18.8.2011; Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 110.558,10 (cento e dez mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e dez centavos); conta 62596, agência 3047, Banco Bradesco;

- 27.10.2011; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais); conta 61000, agência 3047, Banco Bradesco;

- 27.10.2011; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 50.000,00 (cinquenta mil

## AP 1025 / DF

reais); conta 61000, agência 3047, Banco Bradesco;

- 27.10.2011; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 30.000,00 (trinta mil reais); conta 61000, agência 3047, Banco Bradesco;

- 4.11.2011; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); conta 61000, agência 3047, Banco Bradesco;

- 4.11.2011; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 30.000,00 (trinta mil reais); conta 61000, agência 3047, Banco Bradesco;

- 4.11.2011; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 18.500,00 (dezoito mil e quinhentos reais); conta 61000, agência 3047, Banco Bradesco;

- 4.11.2011; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 30.000,00 (trinta mil reais); conta 61000, agência 3047, Banco Bradesco;

- 4.11.2011; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 30.000,00 (trinta mil reais); conta 61000, agência 3047, Banco Bradesco;

- 9.1.2012; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 10.543,00 (dez mil, quinhentos e quarenta e três reais); conta 61000, agência 3047, Banco Bradesco;

- 16.1.2012; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais); conta 61000, agência 3047, Banco Bradesco;

- 16.1.2012; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 15.000,00 (quinze mil reais); conta 61000, agência 3047, Banco Bradesco;

- 16.1.2012; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 30.000,00 (trinta mil reais); conta 61000, agência 3047, Banco Bradesco;

- 16.1.2012; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 15.000,00 (quinze mil reais); conta 61000, agência 3047, Banco Bradesco;

- 16.1.2012; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 27.056,50 (vinte e sete mil e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos); conta 61000, agência 3047, Banco Bradesco;

- 27.9.2012; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 30.000,00 (trinta mil reais); conta 61000, agência 3047, Banco Bradesco;

- 5.12.2012; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais); conta 61000, agência 3047, Banco Bradesco;

- 26.6.2013; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 70.000,00 (setenta mil reais); conta 61000, agência 3047, Banco Bradesco;

**AP 1025 / DF**

- 27.6.2013; Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais); conta 62596, agência 3047, Banco Bradesco;
- 27.6.2013; Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais); conta 62596, agência 3047, Banco Bradesco;
- 27.6.2013; Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 30.000,00 (trinta mil reais); conta 62596, agência 3047, Banco Bradesco;
- 28.6.2013; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 30.000,00 (trinta mil reais); conta 61000, agência 3047, Banco Bradesco;
- 28.6.2013; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais); conta 61000, agência 3047, Banco Bradesco;
- 28.6.2013; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 33.350,00 (trinta e três mil, trezentos e cinquenta reais); conta 61000, agência 3047, Banco Bradesco;
- 30.7.2013; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 30.000,00 (trinta mil reais); conta 61000, agência 3047, Banco Bradesco;
- 30.7.2013; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais); conta 61000, agência 3047, Banco Bradesco;
- 29.8.2013; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais); conta 61000, agência 3047, Banco Bradesco;
- 29.8.2013; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais); conta 61000, agência 3047, Banco Bradesco;
- 29.8.2013; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); conta 61000, agência 3047, Banco Bradesco;
- 30.8.2013; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 10.000,00 (dez mil reais); conta 61000, agência 3047, Banco Bradesco;
- 30.8.2013; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 30.000,00 (trinta mil reais); conta 61000, agência 3047, Banco Bradesco;
- 30.8.2013; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); conta 61000, agência 3047, Banco Bradesco;
- 18.12.2013; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 30.000,00 (trinta mil reais); conta 61000, agência 3047, Banco Bradesco;
- 18.12.2013; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); conta 61000, agência 3047, Banco Bradesco;

## AP 1025 / DF

- 18.12.2013; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais); conta 61000, agência 3047, Banco Bradesco;
- 20.12.2013; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); conta 61000, agência 3047, Banco Bradesco;
- 20.12.2013; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); conta 61000, agência 3047, Banco Bradesco;
- 23.1.2014; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); conta 61000, agência 3047, Banco Bradesco;
- 28.1.2014; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 30.000,00 (trinta mil reais); conta 61000, agência 3047, Banco Bradesco;
- 28.1.2014; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais); conta 61000, agência 3047, Banco Bradesco; e
- 28.1.2014; TV Gazeta de Alagoas Ltda.; R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais); conta 61000, agência 3047, Banco Bradesco.

Em minuciosa análise dos dados obtidos por intermédio da quebra do sigilo bancário dos acusados, os peritos da Polícia Federal lograram reproduzir o caminho perseguido pelos valores depositados em espécie em contas-correntes mantidas pela TV Gazeta de Alagoas Ltda. e Gazeta de Alagoas Ltda., demonstrando, nas hipóteses especificadas no Laudo n. 1547/2015-INC/DITEC/DPF, que o destinatário de tais recursos era o acusado Fernando Affonso Collor de Mello, tendo as aludidas pessoas jurídicas sido utilizadas justamente para dar aparência de licitude ao produto do delito anterior.

A título ilustrativo, faço integrar ao voto excerto das conclusões expostas pelos peritos federais criminais signatários do aludido laudo na primeira das operações retratadas, a qual envolveu depósito em espécie na conta de n. 61000, agência 3047, do Banco Bradesco; duas transferências para as contas de n. 122445, agência 0369, do Banco Itaú e de n. 45659, agência 4363, do Banco do Brasil, todas titularizadas pela TV Gazeta de Alagoas Ltda., seguidas de novas transferências para a conta n. 91176, agência 4454, do Banco Itaú, mantida por Caroline Serejo Collor de Mello, e as de n. 201, agência 4454, do Banco Itaú, n. 116750, agência 4884,

do Banco do Brasil e n. 7557906, agência 4883, do Banco do Brasil, estas de titularidade do acusado Fernando Affonso Collor de Mello. Confira-se:

“III.3.1. Eventos do dia 21/03/2011

31. No dia 21/03/2011, foram depositados R\$ 200.000,00 em espécie numa conta da TV Gazeta. No mesmo dia, esse valor transitou por outras duas contas da TV Gazeta, e 90% dele foi repassado para contas de Collor e sua esposa em quatro transferências que totalizaram R\$ 180.500,00.” (fl. 26, Apenso 43)

Em nota de rodapé, os peritos federais criminais tecem o seguinte esclarecimento:

“A conta 61000 fechou o dia 21/03/2011 com saldo negativo de R\$ 94.363,53. A conta 122445 fechou o dia com saldo positivo de R\$ 85,05. A conta 45659, por fim, fechou o dia com saldo positivo de R\$ 305,29. Os demais créditos recebidos pelas contas em 21/03/2011 tampouco foram em valor suficiente par cobrir as transferências.” (fl. 26, Apenso 43)

Ou seja, a prova técnica que compõe o acervo probatório revela, de forma cristalina, que no dia retratado o depósito em dinheiro realizado em conta-corrente mantida pela TV Gazeta Ltda. tinha como beneficiário o acusado Fernando Affonso Collor de Mello, em nítida operação destinada a ocultar o origem dos recursos depositados, utilizando-se, de forma abusiva, da personalidade jurídica de sociedade empresária sobre a qual exercia o controle.

A mesma prática foi constatada e reproduzida de forma detalhada no referido laudo pericial em relação a depósitos efetuados nos dias 4.5.2012, 21.6.2012, 5.12.2012, 26.6.2013, 27.6.2013, 30.7.2013, 18.12.2013, 23.1.2014 e 25.3.2014.

Dignas de nota, ainda, são as conclusões externadas no que concerne ao depósito realizado no dia 18.12.2013:

“39. É importante salientar que, conforme indicado na figura, na mesma data desses depósitos em espécie, 18/12/2013, Rafael Angulo Lopez e Adarico Negromonte Filho viajaram de São Paulo, aeroporto de Guarulhos, para Maceió, no voo 1842 da Gol. Os bilhetes de ambos foram comprados por Rafael Angulo, conforme registros da companhia. Essa viagem e os depósitos em espécie que acabaram transferidos para uma das contas de Collor são compatíveis com o que afirmou Rafael Angulo sobre as entregas de dinheiro que ele afirmou ter feito em benefício do senador:

‘Que questionado se ia para Alagoas fazer entrega de valores, o declarante diz que sim, para entregar valores em endereços indicados por YOUSSEF; Que questionado quantas vezes foi para Alagoas, disse que por quatro ou cinco vezes para este fim, entre 2012 ou 2013.’

[...]

‘Que solicitado ao declarante que especificasse tais entregas, afirma, conforme dito, que LUIS PEREIRA buscou duas vezes o declarante no aeroporto.’

[...]

‘Que entregou a quantia de R\$ 100.000,00 para tal pessoa no interior do veículo; Que mostrada duas fotos de LUIS PEREIRA DUARTE DE AMORIM, em anexo, o declarante o reconhece sem sombra de dúvidas como sendo a pessoa que o buscou no aeroporto.’

‘Que Maceió estava ligado a LUIZ PEREIRA e FERNANDO COLLOR.’

40. Luiz Pereira Duarte de Amorim é o nome do diretor da TV Gazeta cujo CPF é 332.104.974-00.

41. Os três depósitos em espécie para a Gazeta de Alagoas foram feitos por Cleverton Melo da Costa, que é funcionário comissionado do gabinete do senador Fernando Collor.

42. Observe-se que outros três depósitos em espécie

no valor total de R\$ 76.000,00 também foram feitos quase que no mesmo instante por Eduardo Bezerra Frazão para a conta 61000 da agência 3047 do Bradesco, de titularidade da TV Gazeta. Os três depósitos de Cleverton e os três depósitos de Eduardo foram todos feitos na agência 3047 do Bradesco, localizada na rua do Sol, em Maceió. O primeiro desses seis depósitos ocorreu às 13:58:24, e o último ocorreu às 14:02:09. Todos eles, portanto, ocorreram dentro de um intervalo de menos de quatro minutos.” (fls. 33-34, do Apenso 43)

As declarações do colaborador que embasaram as conclusões dos peritos, devidamente corroboradas pelas informações prestadas pela companhia aérea, foram confirmadas por ocasião da sua oitiva em juízo, como se infere da transcrição de fls. 4.509-4.534.

No ponto, a defesa técnica do acusado Fernando Affonso Collor de Mello, com respaldo em lição doutrinária, afirma a absoluta impossibilidade da configuração do crime de lavagem de capitais quando ocorre a mescla de valores de origem lícita e ilícita, diante da inviabilidade de se estabelecer o nexó de causalidade entre o resultado do crime antecedente e o objeto da lavagem de dinheiro.

Com o devido respeito, o minucioso trabalho desenvolvido pelos peritos federais criminais teve êxito em reproduzir o caminho perseguido pelos valores de origem ilícita depositados nas contas-correntes das sociedades empresárias controladas pelo referido acusado, demonstrando com exatidão o nexó de causalidade apto a configurar a responsabilidade criminal.

Ademais, afirmações peremptórias como tais fomentam condutas severamente repudiadas não só pelo ordenamento jurídico nacional, mas arduamente combatidas pelas nações signatárias das Convenções de Viena (1988), de Palermo (2000) e de Mérida (2003), visando a criação de um vácuo de responsabilização que não encontra fundamento de legitimidade no âmbito do Estado de Direito democrático, pautado pela construção de uma sociedade livre, justa e solidária (art. 3º, I, da CF/1988) e temente aos princípios da legalidade (art. 5º, XXXIX, da CF/1988) e do

devido processo legal (art. 5º, LIV, da CF/1988).

Diante dessa detalhada reprodução do *modus operandi* utilizado pelos acusados Fernando Affonso Collor de Mello e Luis Pereira Duarte de Amorim, cai em descrédito, ainda, a versão exposta pela defesa técnica dos acusados para justificar os depósitos realizados em favor das aludidas pessoas jurídicas.

Como já consignado nesse voto, a justificativa declinada para o elevado padrão de vida desfrutado pelo acusado Fernando Affonso Collor de Mello repousa no faturamento das sociedades empresárias que compõem a Organização Arnon de Mello, com destaque para as empresas de comunicação Gazeta de Alagoas Ltda. e TV Gazeta de Alagoas Ltda., com as quais, mesmo na qualidade de sócio, celebrava mútuos para justificar a retirada de recursos.

Reforça a defesa técnica que tais mútuos sempre foram declarados à Receita Federal, o que justificaria os *“depósitos feitos diretamente por empresas da Organização Arnon de Mello nas contas pessoais do defendente e de sua esposa, no pagamento de despesas de cartão de crédito, na aquisição de automóveis de luxo, e no aporte de recursos na Água Branca Participações S.A.”* (fls. 7.485-7.486). Afirmo, ainda, que os empréstimos são contabilizados nas sociedades empresárias como *“adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC)”* (fl. 7.470).

Na literatura contábil, o instituto denominado de *“adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)”* se constitui, como a nomenclatura indica, em transferência imediata de recursos dos sócios em favor a sociedade empresária para o aumento do capital social, cujas formalidades exigidas por lei sejam implementadas de forma diferida. Na data futura, caso não haja a respectiva averbação do contrato social com a alteração do capital aprovada pelos sócios nos moldes dos arts. 1.071, V; 1.076, I e 1.081, § 3º, todos do Código Civil, a operação pode ser caracterizada como mútuo, sujeito à incidência do Imposto sobre Operações Financeiras.

Confira-se, a propósito, a lição de Leonardo Freitas de Moraes e Castro e Thiago Jorge Kuhl, em artigo publicado na Revista Dialética de

Direito Tributário:

“Em linha gerais, o AFAC pode ser definido como uma transferência de valores por um investidor, com o intuito de aumento de capital *a posteriori* em sociedade investida, condicionado à deliberação formal por seus sócios em momento oportuno e futuro. Sob a ótica prática, a realização de um AFAC justifica-se por diversos motivos empresariais, que variam dependendo do dia a dia de cada sociedade de atividade. Dentre os mais comuns, podemos destacar os seguintes:

i) necessidade de aportar recursos de novo sócio sem que se altere a estrutura societária naquele momento específico, por exigir discussão sobre diluição e proporção da participação societária a ser conferida ao sócio ingressante;

ii) ausência ou impossibilidade de comparecimento de um ou mais sócios para a deliberação acerca da entrada de novo sócio ou aumento de capital de sócio existente na sociedade, por motivo de ausência do sócio e de procurador que o represente;

iii) impossibilidade de valoração do preço da ação no momento do ingresso de novo sócio na sociedade, em razão da necessidade e cálculo específico a ser realizado por especialistas financeiros; e

iv) necessidade imediata de aporte de recursos na sociedade para quitação de obrigação vencida ou vincenda por parte da sociedade, por falta momentânea de caixa, sem haver tempo hábil para deliberação dos sócios em AGE sobre a questão e proporção do capital social com base no referido aporte.” (*in* Importantes considerações sobre a não incidência do IOF sobre Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC). Revista Dialética de Direito Tributário, n. 240, p. 88, set. 2015)

Sobre a descaracterização do aludido instituto para o simples contrato de mútuo, caso não levadas a efeito as imprescindíveis alterações

no contrato social da sociedade empresária, confira-se acórdão proferido em data recente pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Economia:

“ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO E SEGUROS OU RELATIVAS A TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS (IOF) Ano-calendário: 2003, 2004, 2005 ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL - AFAC. DESCARACTERIZAÇÃO. OPERAÇÃO DE CRÉDITO CORRESPONDENTE A MÚTUO. INCIDÊNCIA. Descaracterizado o Adiantamento para Futuro Aumento Capital - AFAC, em razão da ausência de compromisso formal e da longa e injustificada demora (mais de cinco anos) para a capitalização, cabe a incidência do IOF sobre operações de crédito correspondentes a mútuo de recursos financeiros entre pessoas jurídicas prevista no art. 13 da Lei nº 9.779/99.” (CARF, Acórdão n. 9303-09.825 – CSRF/3ª Turma, publicado em 12.2.2020)

Portanto, pela dinâmica do instituto invocado pela defesa do acusado Fernando Affonso Collor de Mello, não é a sociedade a fornecedora de recursos aos sócios, como se distribuição de lucros fosse, mas os sócios que viabilizam recursos à sociedade para o incremento do seu capital social e, por conseguinte, da atividade empresarial desenvolvida.

Nada disso se observa nos fatos retratados pelo conjunto probatório produzido nos autos, o qual é coeso em atestar que os mútuos contraídos pelo acusado Fernando Affonso Collor de Mello tinham por finalidade atribuir ares de licitude aos recursos previamente depositados nas contas das sociedades empresárias TV Gazeta de Alagoas Ltda. e Gazeta de Alagoas Ltda.

Como justificativa para os depósitos, o acusado Luis Pereira Duarte de Amorim, de forma bastante evasiva, indica que tais recursos teriam origem na venda de joias e obras de arte da já falecida irmã de Fernando Affonso Collor de Mello, o que representaria a “amortização” dos mútuos

por ela igualmente contratados com as aludidas sociedades empresárias, das quais também era sócia.

Nesse sentido, confira-se excerto da transcrição do interrogatório judicial:

“(…)

JUIZ - O senhor que controlava esses depósitos que eram feitos do Senador?

RÉU - Não.

JUIZ - Em relação à conta do senador, os valores que entraram, o senhor não tem explicação pra dar?

RÉU - Não, não.

JUIZ - Só os da TV Gazeta?

RÉU - Sim.

JUIZ - E que título essas pessoas iam depositar esses valores na conta da TV Gazeta depositavam esses valores na conta da TV Gazeta?

RÉU - A título... Bom, fazer depósito e, aí, a parte...

JUIZ - Sim. Eu quero saber qual era o negócio jurídico que estava dando causa esse depósito? Ninguém deposita dinheiro na conta de ninguém gratuitamente, tem que ter uma causa. Qual que era a causa disso?

RÉU - Bom. A empresa é uma empresa familiar, empresa grande, tem recursos da família com... historicamente próspera, não tem muito o que se contestar. Isso é uma realidade. Então, a Doutora Ana, quando em vida, ela tinha muitos e muitas obras de arte. O apartamento dela era um museu doméstico. Era obras de arte no chão, pendurados na parede. Então, antes mesmo, um ano e meio ou dois anos antes dela falecer, não sei se em razão da própria saúde dela que tava um pouco debilitada, ela, na condição de gestora, sócia administradora da empresa, ela começou a se desfazer desses bens. Existia parece que um precedente em cima da família; era uma coisa muito litigiosa essa questão da própria... da sobra que haveria em torno... pelo falecimento dela. Ou seja, ao invés de compartilhar esses recursos ou mesmo a questão dos bens serem divididos

com os demais, ela, parece-me, queria fazer um gesto até de devolução por aquilo que ela obteve da mãe, que foi sozinha que ela herdou quadros, joias, que não eram poucas eram muitas, então ela ficou nessa obrigação - imagino - de devolver isso para empresa. Entendeu? Então foi feito com esse gesto.

JUIZ - Esses depósitos, que foram feitos de forma fracionada, eles decorrem da venda de obras de artes por parte da irmã do senador...?

RÉU - E joias também.

JUIZ - Certo. O senhor sabe quem foram as pessoas que compraram essas obras, quem foram essas pessoas...? Isso foi declarado à Receita?

RÉU - Não sei. Me desculpe. Embora a proximidade da empresa com a casa dela, era um negócio de 200 metros, mas eu nunca percebi, eu nunca tive contato direto com alguém.

JUIZ - Tá. E na contabilidade da empresa, esses valores entravam a que título?

RÉU - Olha, como entrava... Eu acho, acredito que era amortização de mútuo dela - eventualmente dela e dele...

JUIZ - Mas o senhor não é o...?

RÉU - Sou.

JUIZ - Vamos dizer assim, o principal executivo da empresa?

RÉU - Sim.

JUIZ - Isso não era reportado ao Senhor. Entra uma quantia, vamos dizer assim, considerável na conta da empresa, de uma forma, convenhamos, não muito corriqueira e usual, ou seja, mediante o fracionamento em inúmeros depósitos, em pequenas quantidades, feitos no mesmo dia, e isso não é reportado ao senhor? E, uma vez em que é reportado ao senhor, não surge a curiosidade de saber a que título esse dinheiro que tá entrando?

RÉU - Por ser a sócia-administradora da empresa, eu pouco intervia nessa questão, entendeu? O que ela pedia era os balancetes semanais, mensais que ela pedia. Eu tinha contato

com ela, mostrava fluxo, mostrava tudo organizado pra ela. Ela era muito exigente nessa questão. O que eu pegava praticamente pegava da contabilidade - eu não sabia a classificação que eles davam a essas montas, a esses valores - e entregava pra ela. Era feito dessa forma a rotina.

ADVOGADO - Excelência, se Vossa Excelência me permitir, nessa época, a administradora da empresa, a sócia-administradora era a própria Doutora Ana Luiza. Ela era a administradora da empresa.

JUIZ - Ela era a administradora da empresa?

RÉU - Isso mesmo. Isso.

JUIZ - Qual que era a sua atividade nessa época?

RÉU - Era diretor executivo.

JUIZ - Então o senhor não tinha maiores ingerências sobre a conta?

RÉU - Era mão de ferro." (fls. 6.768-6.770)

A tese defensiva, no entanto, não resiste à realidade fática reproduzida pelo conjunto probatório, seja pela quantidade e frequência de depósitos realizados em favor das aludidas sociedades empresárias, seja pela cabal demonstração dos vínculos ao seu verdadeiro destinatário.

Ademais, a quebra do sigilo fiscal do acusado Fernando Affonso Collor de Mello, autorizada pelo saudoso Ministro Teori Zavascki nos autos da AC 3.870, resultou na constatação de que no período de 2010 a 2014 o aludido acusado realizou movimentações financeiras incompatíveis com os rendimentos declarados, revelando-se oportuna a transcrição do seguinte excerto do relatório apresentado pela Receita Federal do Brasil:

“O contribuinte apresentou, em todo o período analisado, movimentação financeira incompatível com seus rendimentos declarados. Chama atenção essa relação no ano-calendário de 2010, onde apresentou movimentação financeira mais de 12 vezes superior aos seus rendimentos declarados.

No período analisado, não recebeu lucros e dividendos de

nenhuma das empresas nas quais possui participação societária.” (fls. 756-757, da AC 3.870)

Do que até aqui se apurou, o conjunto probatório é seguro em reproduzir, no ponto, a narrativa acusatória, no sentido de que recursos provenientes de vantagens indevidas também eram depositados em contas-correntes titularizadas por sociedades empresárias comandadas por Fernando Affonso Collor de Mello, proporcionando-lhe a disponibilização de tais valores como se lícitos fossem, pois ocultada a sua origem.

A utilização abusiva da personalidade jurídica de sociedades empresárias, vedada pelo ordenamento jurídico, nos termos do art. 50, § 1º, do Código Civil, já foi considerada por este colendo Órgão Colegiado como meio idôneo à prática do delito de lavagem de capitais:

Ementa: AÇÃO PENAL. LAVAGEM DE DINHEIRO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. (...) 7. LAVAGEM DE DINHEIRO. ACERTAMENTO JURISDICIONAL DOS CRIMES ANTECEDENTES. QUESTÃO PREJUDICIAL EXTERNA HETEROGÊNEA. NÃO CONFIGURAÇÃO. SUSPENSÃO DO PROCESSO. DESNECESSIDADE. ART. 2º, II, DA LEI 9.613/1998. 8. OCORRÊNCIA DOS CRIMES ANTECEDENTES SUPOSTADA PELO CONJUNTO PROBATÓRIO. CORRUPÇÃO PASSIVA E PECULATO. 9. AUTONOMIA DA OCULTAÇÃO DE EXPRESSIVA QUANTIA DE DINHEIRO EM ESPÉCIE PRODUTO DE CRIMES ANTERIORES. CONDUTA TÍPICA. 10. INVESTIMENTO DAS VANTAGENS OBTIDAS EM DELITOS ANTECEDENTES NO MERCADO IMOBILIÁRIO, MEDIANTE INTERPOSTA PESSOA JURÍDICA. DISSIMULAÇÃO CONFIGURADA. 11. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. CONFIGURADAS A ESTABILIDADE E PERMANÊNCIA NO PROPÓSITO DELITIVO COMUM DOS ASSOCIADOS. CONDENAÇÃO. 12. DENÚNCIA PROCEDENTE, EM PARTE. (...) 10. **A utilização abusiva da personalidade jurídica de sociedades empresárias,**

**constituídas de forma deliberada para a utilização do produto de ilícitos antecedentes e a sua posterior conversão em ativos lícitos, mediante investimentos no mercado imobiliário, é conduta apta a configurar o delito de lavagem de capitais. (...)**

12. Denúncia julgada procedente, em parte, para: (a) condenar o denunciado Geddel Quadros Vieira Lima como incurso nas sanções do art. 1º, caput, da Lei 9.613/1998, por 8 (oito) vezes, bem como nas sanções do art. 288, caput, do Código Penal; (b) condenar o acusado Lúcio Quadros Vieira Lima como incurso nas sanções do art. 1º, caput, da Lei 9.613/1998, por 2 (duas) vezes, bem como nas sanções do art. 288, caput, do Código Penal; (c) absolver os denunciados Job Ribeiro Brandão e Luiz Fernando Machado da Costa Filho das imputações lançadas na denúncia, com fundamento no art. 386, VII, do Código de Processo Penal. (AP 1030, de minha relatoria, Segunda Turma, julgado em 22.10.2019 – destaquei)

O conjunto probatório demonstra, com precisão, ainda, a aderência subjetiva de Luis Pereira Duarte Amorim aos propósitos de Fernando Affonso Collor de Mello, sendo prescindível à caracterização do dolo do delito de lavagem de capitais o exato conhecimento das circunstâncias nas quais foi obtida a vantagem indevida que é objeto da ocultação, sendo suficiente para tal desiderato a consciência da proveniência ilícita dos recursos, o que autoriza a imputação da responsabilidade penal por tais fatos, nos termos do art. 29 do Código Penal.

Colho, a propósito, os ensinamentos de Luiz Regis Prado, Professor titular da Universidade Estadual de Maringá:

“O tipo subjetivo é representado pelo dolo (direto ou eventual), ou seja, a consciência do agente de que o bem, direito ou valor são provenientes, direta ou indiretamente, de ilícito penal (procedência delitiva dos bens), e pela vontade de ocultar ou dissimular sua natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade. Não se admite a forma culposa.

Considera-se desnecessária a existência de um

conhecimento exato, preciso ou detalhado sobre a procedência criminosa dos bens, capitais ou valores, sendo que se conforma com um mero conhecimento superficial ou vago (conhecimento paralelo à esfera do profano), sobre a origem delitiva do bem.” (in *O novo tratamento penal da lavagem de dinheiro (Lei 12.683/2012)*). Revista dos Tribunais. Vol 926/2012, p. 401-436)

Promovendo o ingresso de recursos ilícitos nas contas-correntes de empresas por si controladas, por intermédio de pessoas que lhe eram subordinadas, o Senador da República Fernando Affonso Collor de Mello implementou prática típica e eficiente de lavagem de capitais, revelada justamente pelos fictícios empréstimos tomados junto às sociedades empresárias.

O delito de lavagem de capitais tem por objeto de criminalização as condutas voltadas à reintrodução na economia, com ares de licitude, do produto ou proveito de crime anterior, proporcionada pela ocultação e dissimulação da origem. A sua consumação, no entanto, não depende do esgotamento dos diferentes “ciclos de lavagem”, bastando para a legitimidade da incidência do preceito secundário da norma penal ao caso concreto a prática de quaisquer deles que, por si só, afete o bem jurídico tutelado.

Nesse sentido, trago excerto do voto proferido pelo eminente Ministro Celso de Mello por ocasião do julgamento da AP 996:

“(…)

É sempre importante assinalar, quanto a esse aspecto, o caráter autônomo das diversas fases que compõem o ciclo tradicional do processo de lavagem de valores ou capitais, ainda que possa haver, em alguns momentos ou em determinados contextos, um nexo de interdependência entre as diversas operações. Isso significa que o crime de lavagem pode consumir-se já em seu primeiro estágio, revelando-se ‘desnecessário atingir o auge da aparente licitude de bens ou valores (...)’ (MARCO ANTONIO DE BARROS, “Lavagem de Capitais e Obrigações Civis Correlatas”, p. 49, item n. 1.7.1, 2ª

ed., 2008, RT).

Esta Suprema Corte, por sua vez, já se pronunciou no sentido da superação do modelo trifásico (colocação + dissimulação /ocultação + integração), como resulta claro do julgamento proferido no RHC 80.816/SP, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE.”

Nesse contexto, é suficiente à adequação típica ao delito previsto no art. 1º, *caput*, da Lei n. 9.613/1998 os depósitos dos valores de origem ilícita em contas de titularidade de sociedades controladas pelo acusado Fernando Affonso Collor de Mello, situação jurídica que lhe proporcionou, além da ocultação da natureza dos recursos, em razão do distanciamento que decorre da utilização abusiva da personalidade jurídica, a plena disponibilidade das quantias depositadas, diante do poder exercido sobre as sociedades empresárias.

Mas o elemento subjetivo do tipo é indubitavelmente revelado pela posterior celebração de mútuos flagrantemente fictícios pelo aludido acusado junto às sociedades empresárias sob o seu controle, os quais representaram a etapa final do processo de lavagem de capitais, momento em que os recursos de origem ilícita foram disponibilizados ao autor do delito com a almejada aparência de licitude. No caso, a partir de tais empréstimos é que parcela das vantagens indevidas obtidas no âmbito da BR Distribuidora S/A eram livremente usufruídas, seja sustentando o elevado padrão de vida adotado pelo aludido acusado, seja viabilizando a aquisição de bens móveis e imóveis de luxo.

Como já afirmado, a consumação do delito sob análise prescinde da completude do ciclo proposto em sede doutrinária para a reintrodução do capital ilícito na economia com aparência de licitude. Todavia, a cabal demonstração do fechamento desse ciclo no caso em tela, representado pela disposição dos recursos ilícitos em poder de Alberto Youssef, a ocultação dos valores mediante depósitos em contas de terceiros sob o controle do sujeito ativo da lavagem, a celebração de mútuos fictícios aptos a emprestar aparência de licitude aos recursos e a posterior reintrodução do capital na economia, mediante a aquisição de bens e o

financiamento de elevado padrão de vida, comprova, sem espaço para dúvidas, a responsabilidade penal atribuída na denúncia a Fernando Affonso Collor de Mello, bem como o auxílio efetivamente prestado pelo denunciado Luis Pereira Duarte de Amorim, a justificar a incidência da norma de extensão prevista no art. 29 do Código Penal.

No tocante ao acusado Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, nada obstante as provas produzidas tenham bem demonstrado as suas funções de representante dos interesses de Fernando Affonso Collor de Mello no âmbito da BR Distribuidora S.A. e administrador das vantagens indevidas originadas das facilidades proporcionadas à UTC Engenharia S/A, das quais se beneficiava, não há nos autos elementos que evidenciem a aderência subjetiva aos atos posteriores de lavagem praticados por Luis Pereira Duarte Amorim e Fernando Affonso Collor de Mello, o que impõe, no ponto, a prolação de édito absolutório, nos termos do art. 386, VII, do Código de Processo Penal.

### **2.2.3. Lavagem de dinheiro por meio de aquisição de automóveis de luxo, imóveis, obras de arte, lancha e custeio de despesas pessoais.**

A denúncia atribui aos acusados Fernando Affonso Collor de Mello e Luis Pereira Duarte Amorim a prática de crimes de lavagem de capitais mediante a aquisição de veículos de luxo, imóveis, obras de arte, lancha e custeio de despesas pessoais, inclusive com viagens internacionais, em favor do primeiro, afirmando que parte substancial dos valores eram adimplidos pelas empresas que compõem a Organização Arnon de Mello, cujos cofres também eram abastecidos por recursos ilícitos.

Nessas condições teriam sido adquiridos um veículo da marca *Lamborghini*, modelo *Aventador Roadster*, ano 2013/2014, cor azul, placas FCL 0700; um veículo da marca *Bentley*, modelo *Continental Flying Spur*, ano 2012, cor cinza, placas GJC 0110; um veículo da marca *Land Rover*, modelo *Range Rover SDV8 Vogue*, ano 2013/2014, cor preta, placas FCO 1102; um veículo da marca *Ferrari*, modelo *458 Italia*, ano 2010/2011, cor vermelha, placas FFI 0110; e um veículo da marca *Porsche*, modelo

*Panamera S*, ano 2011/2012, cor preta, placas OHB 0758.

Em geral, o pagamento dos aludidos veículos foi realizado mediante a entrega de outro usado, além de recursos oriundos de financiamentos obtidos junto a instituições financeiras e, por fim, valores transferidos pela TV Gazeta Ltda. ou pela Gazeta de Alagoas Ltda. Todos os veículos, exceto o *Porsche* de placas OHB 0758, eram registrados em nome da sociedade empresária Água Branca Participações, destinada apenas à gestão patrimonial do acusado Fernando Affonso Collor de Mello.

Nada obstante as manobras financeiras operacionalizadas para a aquisição dos aludidos bens, o fato de parte dos pagamentos ter sido realizada com recursos de empresas que compõem a Organização Arnon de Mello, mesmo que nestas tenham sido injetados valores de origem ilícita, conforme explicitado no tópico anterior, embora evidenciem etapas subsequentes do procedimento de lavagem de capitais, iniciado com a sua ocultação já tratada no tópico anterior, não permite nova configuração do delito em tela, sob pena de se incorrer no vedado *bis in idem*.

Assim, com a ocultação do produto de ilícito anterior e consumado, portanto, o delito de lavagem de capitais, os atos posteriores voltados ao maior distanciamento dos recursos da sua origem espúria, nada obstante tornem a violar o bem jurídico tutelado pela norma penal, no caso em análise, incidem sobre o mesmo objeto material da lavagem originária, o que impede, por uma questão de política criminal, a nova incidência do preceito secundário sancionatório.

A despeito de tal conclusão, calha destacar alguns aspectos das transações envolvendo a aquisição de tais veículos pelo acusado Fernando Affonso Collor de Mello, os quais reforçam a tese acusatória da utilização de recursos de origem ilícita, ou que ao menos não lhe pertenciam, para tal finalidade.

De fato, conforme informações fornecidas pelo Banco Bradesco Financiamentos S/A, o pagamento das 13<sup>a</sup>, 14<sup>a</sup> e 15<sup>a</sup> parcelas do financiamento contraído para a aquisição do veículo *Lamborghini*, placas FCL0700, foi realizado em uma só operação financeira, no dia 11.5.2015,

pelo escritório de advocacia Spengler e Padilha Advogados Associados S/A, no valor de R\$ 127.935,35 (cento e vinte e sete mil, novecentos e trinta e cinco reais e trinta e cinco centavos). Já no dia 13.5.2015, o Relatório de Inteligência Financeira n. 18.320 descreve a realização de duas transferências bancárias do aludido escritório de advocacia em favor de Fernando Affonso Collor de Mello, no valor total de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Embora recorra à tese de que os recursos para a aquisição de tal veículo eram provenientes da atividade empresarial, a defesa técnica não esclarece a razão pela qual parcela significativa dos valores foi adimplida por terceiro (fls. 7.523-7.524).

Por ocasião da negociação do veículo *Bentley*, placas GJC0110, adquirido no ano de 2013 pelo valor de R\$ 975.000,00 (novecentos e setenta e cinco mil reais), R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais) foram transferidos pela sociedade empresária Phisical Comércio Importação e Exportação Ltda. como parte do pagamento. A aludida pessoa jurídica, no mesmo ano de 2013, recebeu de empresas vinculadas a Alberto Youssef (MO Consultoria Comercial e Laudos Estatísticos Ltda. e Piroquímica) o total de R\$ 930.051,00 (novecentos e trinta mil e cinquenta e um reais), tendo o referido colaborador confirmado que tal transferência de valores foi realizada a pedido de Luis Pereira Duarte de Amorim:

“(…)

MINISTÉRIO PÚBLICO - Consta aqui também que o senhor teria ordenado um pagamento duzentos e vinte e cinco mil reais de uma empresa chamada Phisical Comércio Importação e Exportação Ltda para uma loja British Cars do Brasil, o senhor confirma?

COLABORADOR - Pagamento de um carro. Confirmo; ou parte de um carro.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Quem que lhe pediu pra fazer esse pagamento?

COLABORADOR - Pedro Paulo.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Aqui, o senhor diz - deixa ver a data que o senhor falou isso - aqui, na data de 23 de julho de 2015, o senhor fala que: o declarante ordenou o pagamento

duzentos e vinte e cinco mil reais pela empresa Phisical, em 2013, para empresa British Cars do Brasil; o Pedro Paulo de Leoni Ramos pediu ao declarante que debitasse setecentos mil de sua conta denominada PP e disponibilizasse para Amorim, empregado da TV Gazeta; que Amorim foi então ao escritório do declarante na GFD; que Amorim orientou o declarante a transferir duzentos e vinte e cinco mil para British Cars do Brasil e levou o resto em espécie. É isso?

COLABORADOR - É isso mesmo.

MINISTÉRIO PÚBLICO - O senhor confirmar então?

COLABORADOR - Confirmo.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Esse pagamento para British Cars seria pra compra do carro, de algum carro?

COLABORADOR - Acredito que sim.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Aqui consta que seria um carro para o Parlamentar Fernando Collor. É isso? O senhor sabe? Um Bentley?

COLABORADOR - Sim, senhora.

MINISTÉRIO PÚBLICO - Confirma?

COLABORADOR - Confirmo." (fls. 4.475-4.476)

Tal pagamento é atribuído pela defesa técnica ao alegado empréstimo pessoal de cerca de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) tomado por Fernando Affonso Collor de Mello junto a Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, cuja veracidade já foi refutada neste voto.

Os demais fatos descritos na denúncia, quais sejam, a aquisição (i) do imóvel localizado em Campos do Jordão/SP; (ii) do terreno localizado em Barra de São Miguel/AL; (iii) das quatro salas comerciais localizadas no Edifício *The Square Park Office*, em Maceió/AL; (iv) das obras de arte; e (v) da lancha, bem como o custeio de despesas pessoais e de viagens internacionais, cujos valores foram adimplidos a partir das próprias contas do acusado Fernando Affonso Collor de Mello ou das sociedades empresárias por si controladas, no âmbito das quais já se havia por consumado o delito de lavagem de capitais, cuidam, igualmente, de atos posteriores de mera disponibilidade dos recursos.

Eventual relevância penal de tais fatos somente exsurgiria caso considerados atípicos os anteriores atos de fracionamento de depósitos em contas-correntes do aludido acusado, ou da utilização das sociedades empresárias para ocultar a origem ilícita dos recursos nelas depositados, o que não ocorre segundo a interpretação dada aos fatos neste voto.

Repiso, uma vez mais, que tais fatos, embora afetem o bem jurídico tutelado pelo art. 1º, *caput*, da Lei n. 9.613/1998 e reforcem a tese acusatória, não são passíveis de nova responsabilização criminal em razão do vedado *bis in idem*, pois os recursos empregados em tais operações são originários dos procedimentos de lavagem de capitais já analisados nos tópicos anteriores.

#### **2.2.4. Lavagem de dinheiro atribuída a Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos.**

A partir do recebimento de vantagens indevidas no âmbito da BR Distribuidora S/A, a Procuradoria-Geral da República atribui a Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, ainda, a prática de atos que caracterizariam o delito de lavagem de dinheiro, consubstanciados na realização de transferências de valores entre pessoas jurídicas a si vinculadas e outras ligadas a Alberto Youssef, cujas operações eram lastreadas em notas fiscais falsas; na retirada de valores em espécie; bem como na manutenção de um “banco informal” (fl. 133) junto a Alberto Youssef.

Dentre tais práticas descritas na incoativa, apenas as transações financeiras entre pessoas jurídicas, lastradas em notas fiscais ideologicamente falsas, têm aptidão de ofender o bem jurídico tutelado pela norma que se extrai do art. 1º, *caput*, da Lei n. 9.613/1998, já que a mera retirada de valores, ainda que por interposta pessoa, e a manutenção de uma conta-corrente informal não caracterizam o delito de lavagem de capitais, pois retratam a fase de exaurimento do delito de corrupção passiva antecedente.

Por esse motivo, neste tópico serão analisadas tão somente as

operações envolvendo as pessoas jurídicas ligadas a Alberto Youssef e Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, bem como eventual nexos de causalidade entre tais operações e as vantagens indevidas pagas no contexto dos contratos celebrados pela UTC Engenharia S/A com a BR Distribuidora S/A.

De acordo com o órgão acusatório, por parte de Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos teriam sido utilizadas as sociedades empresárias Investminas Participações S/A, Companhia Águas de Itapema, Conasa – Companhia Nacional de Saneamento, Sanesalto Saneamento S/A, Globalbank Assessoria Ltda. e Synthesis Empreendimentos Ltda; ao passo Alberto Youssef teria operacionalizado as transferências de valores a partir da “MO Consultoria Comercial e Laudos Estatísticos Ltda., constituída em nome de interpostas pessoas (‘laranjas’); e Arbor Consultoria e Assessoria Contábil Ltda., constituída em nome de Meire Bonfim da Silva Poza” (fls. 6.969-6.970).

Às fl. 6.970, a Procuradoria-Geral da República lista 11 (onze) negócios jurídicos firmados entre empresas ligadas a Alberto Youssef e Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, nos meses de setembro a dezembro do ano de 2012, os quais estariam lastreados em notas fiscais falsas, cujas cópias se encontram no documento 9 anexado à denúncia (fls. 782-792).

As aludidas notas fiscais retratam obrigação de pagamentos assumidos pelas sociedades empresárias ligadas a Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos em favor ou da Arbor Consultoria e Assessoria Contábil Ltda., ou da MO Consultoria Comercial e Laudos Estatísticos Ltda., controladas por Alberto Youssef, o que demonstra o possível abastecimento, por parte do primeiro, da conta-corrente informal mantida junto ao segundo, conforme já esclarecido no decorrer deste voto.

No entanto, o conjunto probatório não permite afirmar, com a certeza exigida para o embasamento de um juízo condenatório, que tais transferências de recursos tenham englobado quantias originárias das vantagens indevidas auferidas no âmbito da BR Distribuidora S/A, já que

não se tem notícia, por exemplo, de interlocução entre a UTC Engenharia S/A e as aludidas pessoas jurídicas ligadas a Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, ao menos no contexto das contratações narradas na incoativa.

No ponto, portanto, julga-se improcedente a denúncia, nos termos do art. 386, VII, do Código de Processo Penal.

### 2.3. Organização criminosa.

Na parte em que recebida, a denúncia também atribui a Fernando Affonso Collor de Mello, Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos e Luis Pereira Duarte de Amorim a prática do delito previsto no art. 2º, §§ 3º e 4º, inciso II, da Lei n. 12.850/2013, que preceitua:

“Art. 2º Promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa, sem prejuízo das penas correspondentes às demais infrações penais praticadas.

(...)

§ 3º A pena é agravada para quem exerce o comendo, individual ou coletivo, da organização criminosa, ainda que não pratique pessoalmente atos de execução.

§ 4º A pena é aumentada de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços):

(...)

II - se há concurso de funcionário público, valendo-se a organização criminosa dessa condição para a prática de infração penal;”

Ao ofertar as alegações finais nestes autos, a Procuradoria-Geral da República assim sintetizou a acusação:

“(…)

Entre 2010 e 2014, em Brasília/DF, Rio de Janeiro/RJ, São

Paulo/SP e Maceió/AL, FERNANDO COLLOR, PEDRO PAULO BERGAMASCHI e LUIS PEREIRA DUARTE DE AMORIM, de modo livre, consciente e voluntário, em unidade de desígnios com outros agentes, tais como Vander Loubet e Ademar Chagas da Cruz, réus na Ação Penal n. 1019 (*além de João Mauro Boschiero, ALBERTO YOUSSEF, Jayme Alves de Oliveira Filho, Adarico Negromonte Filho, Rafael Angulo Lopez, Carlos Alberto de Oliveira, Santiago, Ricardo Ribeiro Pessoa, João José Pereira de Lyra, Fernando Antonio Falcão, Soares, Luis Cláudio Caseira Sanches, José Zonis, Andurte de Barros Duarte Filho e Nestor Cerveró, que, por estes fatos, não foram denunciados perante o Supremo Tribunal Federal em razão da cisão processual*), constituíram e integraram pessoalmente organização criminosa formada por mais de quatro pessoas, estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, formada por um núcleo político, um núcleo financeiro, um núcleo econômico e um núcleo administrativo, preordenada a obter vantagens indevidas no âmbito da BR Distribuidora, por meio da prática de crimes de corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro, todos sancionados com penas máximas superiores a quatro anos de privação de liberdade.

Assim, FERNANDO COLLOR, PEDRO PAULO BERGAMASCHI e LUIS PEREIRA DUARTE DE AMORIM, agindo dolosamente, cometeram o crime de organização criminosa qualificado, previsto no art. 2º, § 3º e § 4º, inciso li, da Lei n. 12.850/2013." (fls. 7.010-7.011)

Diversamente do que se constatou ao final da instrução criminal levada a efeito na AP 1.019, o conjunto probatório produzido nestes autos e já exaustivamente analisado no decorrer deste voto é apto a dar suporte à narrativa acusatória exposta na denúncia, no sentido de que os acusados, de fato, integravam grupo organizado destinado à prática de crimes no âmbito da BR Distribuidora S/A, por meio dos quais auferiram vantagem indevida de natureza pecuniária.

Conforme já demonstrado nos tópicos antecedentes, no ápice da estrutura organizada se encontra o acusado Fernando Affonso Collor de Mello, que se utilizou da influência político-partidária para promover

indicações à diretorias da BR Distribuidora S/A e, com a adesão dos respectivos diretores indicados, criar facilidades para a celebração de contratos pela aludida sociedade de economia mista com empresários que anuíram ao propósito delituoso do grupo.

Para garantir o distanciamento dos atos materiais que culminaram na obtenção de vantagens indevidas, o aludido parlamentar federal contou com a participação do acusado Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, o qual era responsável por aproximar diretores da BR Distribuidora S/A e representantes das sociedades empresárias dispostas ao pagamento de propina, bem como arrecadar os recursos devidos em favor do grupo.

Nessa tarefa, e no exclusivo interesse do Senador da República Fernando Affonso Collor de Mello, atuou também o acusado Luis Pereira Duarte de Amorim, a quem cabia o efetivo recebimento das parcelas de vantagens indevidas destinadas ao primeiro, executando, ainda, os atos materiais voltados à ocultação da origem dos recursos e disponibilização para posterior utilização como se lícitos fossem.

A estrutura organizacional do grupo criminoso contou, ainda, com a expertise e os serviços financeiros paralelos prestados por Alberto Youssef, que viabilizou a distribuição das vantagens indevidas entre os seus integrantes.

O conjunto probatório evidenciou, ainda, a adesão de Ricardo Ribeiro Pessoa aos propósitos espúrios do grupo, anuindo ao pagamento de vantagens indevidas para obter facilidades na celebração de contratos, na qualidade de representante da UTC Engenharia S/A, com a BR Distribuidora S/A.

No braço administrativo da organização criminosa, merece destaque a atuação de Luiz Cláudio Caseira Saches e José Zonis, ambos indicados às diretorias de Rede de Postos de Serviço e de Operações e Logística, respectivamente, pelo Senador da República Fernando Affonso Collor de Mello, cujas responsabilidades deverão ser objeto de apuração pela autoridade judiciária competente, no bojo da ação penal deflagrada como decorrência da cisão promovida nestes autos.

Frise-se, por oportuno, que a falta de pedido expresso de condenação por parte da Procuradoria-Geral da República no tópico correspondente das alegações finais ofertadas às fls. 6.959-7.032, no que diz respeito ao delito em tela, não impede a prolação de édito condenatório, conforme norma autorizativa que se extrai do art. 385 do Código de Processo Penal.

Bem definida a estrutura organizacional do grupo e demonstrado pelo conjunto probatório o dolo, por parte de seus integrantes, de sua utilização para a prática de infrações penais, se faz imperiosa a prolação do édito condenatório.

### **3. Síntese da condenação.**

Conforme consignado nos respectivos tópicos, o conjunto probatório produzido nos autos é sólido e confirma que:

(i) como corolário do controle exercido sobre a Presidência e as Diretorias de Operações e Logística e de Postos e Serviços da BR Distribuidora S/A, na qualidade de Senador da República e do protagonismo exercido na condução do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o acusado Fernando Affonso Collor de Mello recebeu, com o auxílio de Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, vantagem indevida no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), como contraprestação à facilitação da contratação da UTC Engenharia S/A pela BR Distribuidora S/A, para a construção (a) de dois tanques de óleo diesel e implantação de descarga centralizada para caminhão tanque no Terminal de Distribuição de Combustíveis de Duque de Caxias – TEDUC, do Estado do Rio de Janeiro; (b) de cais flutuantes no Terminal de distribuição de Combustíveis de Manaus – TEMAN, no Estado do Amazonas; na Base de Distribuição de Combustíveis de Caracaraí – BARAC, no Estado de Roraima; e na Base de distribuição de Combustíveis de Oriximiná – BARIX, no Estado do Pará; (c) da nova Base de Distribuição de Combustíveis de Cruzeiro do Sul – BASUL II, no Estado do Acre; e (d) da Base de Distribuição de Combustíveis de Porto

Nacional – BAPON, no Estado do Tocantins.

(ii) Tais recursos foram submetidos a procedimentos de ocultação da origem para posterior reintrodução na economia com aparência de licitude, mediante a realização de depósitos em espécie, em contas-correntes de titularidade de Fernando Affonso Collor de Mello, com o auxílio de Luis Pereira Duarte de Amorim, fracionados em valores inferiores aos previstos na Carta Circular n. 3.461/2009 do Banco Central para a comunicação compulsória por parte das instituições financeiras ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) como instrumento de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, em 42 (quarenta e duas) oportunidades entre os anos de 2011 e 2014.

(iii) os mesmos recursos também foram submetidos a procedimentos de ocultação da origem para posterior reintrodução na economia com aparência de licitude, mediante a realização de 65 (sessenta e cinco) depósitos em espécie em contas-correntes titularizadas por sociedades empresárias controladas por Fernando Affonso Collor de Mello, com o auxílio de Luis Pereira Duarte de Amorim, para posterior utilização do primeiro mediante a celebração de mútuos fictícios.

(iv) os réus Fernando Affonso Collor de Mello, Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos e Luis Pereira Duarte de Amorim, desde 2010 até 2014, integraram grupo organizado destinado à prática de crimes no âmbito da BR Distribuidora S/A, por meio dos quais auferiram vantagem indevida de natureza pecuniária.

#### 4. Dispositivo.

Ante o exposto, **julgo procedente, em parte**, a denúncia de fls. 10-276, aditada pela peça de fls. 1.569-1.751, para: (a) **condenar** o denunciado Fernando Affonso Collor de Mello como incurso nas sanções do art. 317, § 1º, do Código Penal; nas sanções do art. 1º, *caput*, da Lei n. 9.613/1998, por 42 (quarenta e duas) vezes; nas sanções do art. 1º, *caput*, da Lei n. 9.613/1998, por 65 (sessenta e cinco) vezes; bem como nas sanções do art. 2º, §§ 3º e 4º, II, da Lei n. 12.850/2013; (b) **condenar** o denunciado Pedro

Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos como incurso nas sanções do art. 317, § 1º, do Código Penal, na forma do art. 29 do Código Penal; e (c) **condenar** o denunciado Luis Pereira Duarte de Amorim como incurso nas sanções do art. 1º, *caput*, da Lei n. 9.613/1998, por 42 (quarenta e duas) vezes; e nas sanções do art. 1º, *caput*, da Lei n. 9.613/1998, por 65 (sessenta e cinco) vezes, na forma do art. 29 do Código Penal.

De outra parte, (a) conforme fundamentação desenvolvida no item 2.1.2, **absolvo** os denunciados Fernando Affonso Collor de Mello, Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos e Luis Pereira Duarte de Amorim pelo delito de corrupção passiva relacionado ao contrato de troca de bandeira de postos de combustível celebrado entre a DVBR – Derivados do Brasil S/A e a BR Distribuidora S/A, com fundamento no art. 386, VII, do Código de Processo Penal; (b) nos termos da fundamentação exposta no item 2.1.3, **absolvo** o denunciado Luis Pereira Duarte de Amorim pelo delito de corrupção passiva relacionado aos contratos de construção de bases de combustíveis entre a BR Distribuidora S/A e a UTC Engenharia S/A, com base no art. 386, VII, do Código de Processo Penal; (c) em conformidade com o que declinado no item 2.1.4, **absolvo** os denunciados Fernando Affonso Collor de Mello, Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos e Luis Pereira Duarte de Amorim pelo delito de corrupção passiva relacionado ao contrato de gestão de pagamentos e programas de fidelidade com a FTC Cards Processamento e Serviços de Fidelização Ltda. e as tratativas em torno da construção e locação do armazém de produtos químicos da BR Distribuidora S/A em Macaé/RJ, nos termos do art. 386, VII, do Código de Processo Penal; (d) de acordo com a fundamentação exarada nos itens 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.4, **absolvo** o acusado Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos pela acusação da prática da lavagem de capitais mediante a realização de depósitos de valores em contas-correntes e utilização notas fiscais ideologicamente falsas emitidas por sociedades empresárias ligadas a Alberto Youssef, nos termos do art. 386, VII, do Código de Processo Penal; e (e) em conformidade com o que externado no item 2.2.3, **absolvo** os denunciados Fernando Affonso Collor de Mello, Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos e Luis Pereira

Duarte de Amorim pelas acusações de lavagem de dinheiro relacionadas à aquisição de automóveis de luxo, imóveis, obras de arte, lancha e custeio de despesas pessoais, na forma do art. 386, III, do Código de Processo Penal, sem prejuízo das considerações acerca da tipicidade dos fatos declinadas no aludido item.

É o voto quanto à condenação.

### 5. Dosimetria das penas.

Na etapa de individualização das reprimendas como corolário do juízo condenatório, rememoro que o Ministério Público Federal, por ocasião das alegações finais, teceu ponderações acerca da dosimetria da pena a ser fixada em caso de procedência dos pedidos formulados na denúncia (fls. 7.023-7.031).

No tocante ao delito de corrupção passiva, por exemplo, para o réu Fernando Affonso Collor de Mello sugeriu *“uma pena de 12 (doze) anos e 5 (cinco) meses e 10 (dez) dias de reclusão e 280 (duzentos e oitenta) dias-multa, no valor unitário de 5 (cinco) salários mínimos vigentes à época dos fatos, para cada um dos 30 crimes de corrupção passiva provados na presente Ação Penal, em concurso material de crimes”* (fl. 7.026). Caso adotado, o pedido ministerial imporia ao réu pena privativa de liberdade **superior a 360 (trezentos e sessenta) anos**, pois, de acordo com o art. 69 do Código Penal, que disciplina o concurso material de crimes, prevê a aplicação cumulativa das penas fixadas para cada um deles.

Para o mesmo réu, sugeriu ainda penas de *“10 (dez) anos, 3 (três) meses e 10 (dez) dias de reclusão, para cada um dos 369 crimes de lavagem de dinheiro provados na presente Ação Penal, em concurso material de crimes”* (fls. 7.026-7.027), o que resultaria em pena privativa de liberdade **superior a 3.690 (três mil, seiscentos e noventa) anos**.

De modo semelhante, para o réu Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos foi sugerida a reprimenda de 8 (oito) anos de reclusão para cada um dos 30 (trinta) crimes de corrupção passiva, em concurso material; e 6 (seis) anos e 4 (quatro) meses para cada um dos 347 (trezentos e quarenta

e sete) crimes de lavagem de dinheiro, em concurso material.

Por fim, para o réu Luis Pereira Duarte de Amorim foi sugerida a reprimenda de 8 (oito) anos de reclusão para cada um dos 25 (vinte e cinco) crimes de corrupção passiva, em concurso material; além de 6 (seis) anos e 4 (quatro) meses para cada um dos 268 (duzentos e sessenta e oito) crimes de lavagem de dinheiro, também em concurso material.

Nada obstante as ponderações e sugestões ministeriais, a plena eficácia do princípio da individualização da pena, previsto no art. 5º, XLVI, da Constituição da República, exige fundamentação idônea à luz das circunstâncias fáticas comprovadas em cada caso, o que se passa a fazer de modo compartimentado por réu.

### **5.1. Fernando Affonso Collor de Mello.**

#### **5.1.1. Corrupção passiva.**

No juízo de individualização da pena à luz do caso concreto, anoto que a sanção cominada de forma abstrata ao crime de corrupção passiva é de 2 (dois) a 12 (doze) anos de reclusão e multa, nos termos do art. 317, *caput*, do Código Penal.

Preambularmente, lembro que a jurisprudência desta Suprema Corte não agasalha posicionamentos voltados a identificar relação matemática entre o número de vetoriais negativas do art. 59 do Código Penal e um percentual de aumento a ser aplicado sobre o mínimo da pena para cada uma delas, quando da fixação da pena base.

Seguindo, então, o roteiro legal previsto no art. 68 da Lei Penal, na primeira fase do cálculo da pena, considero a presença de circunstâncias judiciais estabelecidas no art. 59 do mesmo livro, quais sejam, a culpabilidade, antecedentes, conduta social, personalidade do agente, motivos, circunstâncias, consequências, bem como o comportamento da vítima.

A valoração desses vetores deve ser feita sobre a realidade verificada à época dos fatos e reproduzida no decorrer da instrução criminal, em

conformidade com o Direito Penal do fato que vige no Estado de Direito democrático, o que implica na afirmação de que eventuais circunstâncias supervenientes não devem ser consideradas na operação dosimétrica.

Partindo de tal premissa, tenho como acentuada a culpabilidade do acusado. O juízo de reprovação que recai sobre sua conduta é particularmente intenso, na medida em que se trata de quem exerceu por muito tempo representação popular (Prefeito de Maceió/AL, Governador do Estado de Alagoas, Presidente da República, Deputado Federal e, atualmente, Senador da República pelo Estado de Alagoas), obtida por meio da confiança depositada pelos eleitores em sua atuação. A transgressão da lei, por parte de quem usualmente é depositário da confiança popular para o exercício do poder, enseja juízo de reprovação muito mais intenso do que seria cabível em se tratando de um cidadão comum. Do ponto de vista da reprovabilidade, igualmente merece destaque negativo, no que diz respeito à capacidade de compreensão da ilicitude do fato, a circunstância de ser o acusado homem de longa vida pública, acostumado com as regras jurídicas, às quais, com vantagem em relação aos demais cidadãos, tem a capacidade acentuada de conhecer e compreender a necessidade de observá-las.

As circunstâncias do crime também se mostram negativas, tendo em vista a vultosa quantia de vantagens indevidas auferidas no exercício do mandato parlamentar, que somam R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), o que revela gravíssima violação ao bem jurídico tutelado pela norma penal em análise, a qual transborda o âmbito de proteção previsto de forma abstrata pelo legislador ordinário e, por tal razão, autoriza a exasperação da pena-base.

Não identificando, nos fatos sob julgamento, qualquer outra circunstância judicial que desborde da valoração abstrata já inserida no preceito secundário do tipo penal em que incurso Fernando Affonso Collor de Mello, fixo-lhe a pena-base, para o delito de corrupção passiva, em 4 (quatro) anos de reclusão e pagamento de 40 (quarenta) dias-multa.

Na segunda fase do procedimento de individualização da pena, tem-se que o acusado, nascido em 12.8.1949, conta atualmente com 73 (setenta

e três) anos de idade, a atrair a incidência da circunstância atenuante prevista no art. 61, I, do Código Penal.

Nada obstante, tem incidência, também, a circunstância agravante prevista no art. 62, I, do Código Penal, tendo em vista o protagonismo exercido pelo acusado na organização e direção da atividade dos demais envolvidos nas práticas delitivas, conforme demonstrado pelo conjunto probatório.

Não havendo preponderância entre as circunstâncias atenuante e agravante incidentes na hipótese (art. 67 do Código Penal), é legítima a compensação entre o decréscimo e o acréscimo de pena impostos pelas normas já analisadas, razão pela qual, nesta fase, a reprimenda é provisoriamente mantida no mesmo patamar de 4 (quatro) anos de reclusão e pagamento de 40 (quarenta) dias-multa.

Na derradeira etapa, constato a incidência da causa especial de aumento de pena prevista no § 1º do art. 317 do Código Penal, diante da comprovada viabilização, no exercício da função de Senador da República, da atuação espúria de sociedades empresárias nos contratos celebrados no âmbito da BR Distribuidora S/A, a partir da influência exercida sobre diretores da aludida sociedade de economia mista.

Por tal razão, à pena provisória deve ser acrescida a fração de 1/3 (um terço), resultando na reprimenda de 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e pagamento de 53 (cinquenta e três) dias-multa.

### **5.1.2. Lavagem de dinheiro.**

O preceito secundário da norma prevista no art 1º, *caput*, da Lei n. 9.613/1998 estabelece o intervalo de 3 (três) a 10 (dez) anos de reclusão e multa como sanções abstratas para o delito de lavagem de capitais.

Atento às peculiaridades do caso concreto, bem como às diretrizes elencadas no art. 59 do Código Penal, entendo, na esteira do que já declinado em relação ao delito de corrupção passiva, que a culpabilidade do acusado Fernando Affonso Collor de Mello é particularmente exacerbada, pois a transgressão da lei por parte de quem usualmente é

depositário da confiança popular para o exercício do poder enseja juízo de reprovação muito mais intenso do que seria cabível em se tratando de um cidadão comum.

As circunstâncias dos crimes de lavagem de dinheiro também demandam maior reprovação, tendo em vista a utilização de variados artifícios para a lavagem dos recursos obtidos a partir dos delitos de corrupção passiva, consistentes em depósitos fracionados de valores em contas-correntes e utilização de pessoas jurídicas para a ocultação da origem ilícita dos valores.

Não se pode olvidar, ainda, das consequências concretas originárias das diversas práticas de lavagem de dinheiro pelo acusado Fernando Affonso Collor de Mello, porque se revelaram aptas a viabilizar a ocultação e dissimulação da origem ilícita de considerável quantia auferida da corrupção praticada no âmbito da BR Distribuidora S/A.

Tendo em vista a valoração negativa desses vetores, fixo a pena-base em 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses de reclusão e pagamento de 45 (quarenta e cinco) dias-multa.

Na segunda fase do procedimento de individualização da pena, tem-se que o acusado, nascido em 12.8.1949, conta atualmente com 73 (setenta e três) anos de idade, a atrair a incidência da circunstância atenuante prevista no art. 61, I, do Código Penal.

Nada obstante, tem incidência, também, a circunstância agravante prevista no art. 62, I, do Código Penal, tendo em vista o protagonismo exercido pelo acusado na organização e direção da atividade dos demais envolvidos nas práticas delitivas, conforme demonstrado pelo conjunto probatório.

Não havendo preponderância entre as circunstâncias atenuante e agravante incidentes na hipótese (art. 67 do Código Penal), é legítima a compensação entre o decréscimo e o acréscimo de pena impostos pelas normas já analisadas, razão pela qual, nesta fase, a reprimenda é provisoriamente mantida no mesmo patamar de 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses de reclusão e pagamento de 45 (quarenta e cinco) dias-multa.

Na terceira etapa, havendo comprovação nos autos de que os atos de

lavagem de capitais foram praticados por intermédio de organização criminosa, tem incidência a causa especial de aumento de pena prevista no art. 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998, razão pela qual promovo o acréscimo da fração de 1/3 (um terço) sobre a pena provisoriamente fixada, tornando-a definitiva em 7 (sete) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, e pagamento de 60 (sessenta) dias-multa.

Reconhecidos neste voto condenatório dois modos distintos de lavagem de capitais (depósitos fracionados em contas-correntes mantidas pelo próprio Fernando Affonso Collor de Mello e depósitos em contas-correntes titularizadas por sociedades empresárias por ele controladas, com posterior celebração de mútuos fictícios), os atos verificados em cada um dos blocos devem ser considerados praticados na forma do art. 71, *caput*, do Código Penal, já que os atos subsequentes de cada modalidade de lavagem, pelas circunstâncias fáticas, devem ser havidos como continuação do primeiro. Ao final, a pena correspondente a cada um dos blocos de lavagem, diante da autonomia das condutas e dos desígnios, devem ser somadas, nos termos do art. 69 do Código Penal.

Assim, considerados o número de atos que tipificam o delito de lavagem de capitais em cada um dos blocos – 42 (quarenta e dois) depósitos fracionados em contas-correntes próprias e 65 (sessenta e cinco) depósitos em contas-correntes titularizadas por sociedades empresárias sobre as quais detinha controle – acresço às reprimendas a fração de 2/3 (dois terços), fixando para cada grupo de delitos de lavagem de capitais a pena de 12 (doze) anos, 2 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, e pagamento de 100 (cem) dias-multa.

Em razão do concurso material verificado entre os distintos grupos de atos de lavagem de capitais, torno a reprimenda definitiva em 24 (vinte e quatro) anos, 5 (cinco) meses e 10 (dez) dias de reclusão, e pagamento de 200 (duzentos) dias-multa.

### **5.1.3. Organização criminosa.**

O preceito secundário da norma prevista no art. 2º, *caput*, da Lei n.

12.850/2013 estabelece o intervalo de 3 (três) a 8 (dez) anos de reclusão e multa como sanções abstratas para o delito de organização criminosa.

De acordo com os fatos comprovados nos autos, em atenção às diretrizes elencadas no art. 59 do Código Penal, entendo, na esteira do que já declinado em relação aos delitos de corrupção passiva e lavagem de capitais, que a culpabilidade do acusado Fernando Affonso Collor de Mello é exacerbada, pois a filiação a grupo criminoso organizado por parte de quem usualmente é depositário da confiança popular para o exercício do poder enseja juízo de reprovação muito mais intenso do que seria cabível em se tratando de um cidadão comum.

Tendo em vista a valoração negativa de tal vetor, fixo a pena-base em 3 (três) anos e 6 (seis) meses de reclusão e pagamento de 15 (quinze) dias-multa.

Na segunda fase do procedimento de individualização da pena, tem-se que o acusado, nascido em 12.8.1949, conta atualmente com 73 (setenta e três) anos de idade, a atrair a incidência da circunstância atenuante prevista no art. 61, I, do Código Penal.

Nada obstante, tem incidência, também, a circunstância agravante prevista no art. 2º, § 3º, da Lei n. 12.850/2013, tendo em vista o comando exercido sobre a organização criminosa, conforme demonstrado pelo conjunto probatório.

Não havendo preponderância entre as circunstâncias atenuante e agravante incidentes na hipótese (art. 67 do Código Penal), é legítima a compensação entre o decréscimo e o acréscimo de pena impostos pelas normas já analisadas, razão pela qual, nesta fase, a reprimenda é provisoriamente mantida no mesmo patamar de 3 (três) anos e 6 (seis) meses de reclusão e pagamento de 15 (quinze) dias-multa.

Na terceira etapa, havendo comprovação nos autos da utilização da sua condição de funcionário público para a prática de infrações penais no âmbito do grupo criminoso organizado, tem incidência a causa especial de aumento de pena prevista no art. 2º, § 4º, II, da Lei n. 12.850/2013, razão pela qual promovo o acréscimo da fração de 1/6 (um sexto) sobre a pena provisoriamente fixada, tornando-a definitiva em 4 (quatro) anos e 1

(um) mês de reclusão, e pagamento de 17 (dezesete) dias-multa.

#### 5.1.4. Total da reprimenda.

Em razão do concurso material no tocante aos delitos de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e organização criminosa, o total da reprimenda imposta a Fernando Affonso Collor de Mello é definitivamente fixado em **33 (trinta e três) anos, 10 (dez) meses e 10 (dez) dias de reclusão, e pagamento de 270 (duzentos e setenta) dias-multa.**

Nos termos do art. 49, § 1º, do Código Penal, considerando a condição pessoal e econômica do réu Fernando Affonso Collor de Mello, ex-Senador da República e beneficiário de rendimentos distribuídos pelas empresas que compõem a Organização Arnon de Mello, das quais em interrogatório afirmou auferir R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) por mês (fl. 6.696), fixo o valor do dia-multa em 5 (cinco) salários mínimos vigentes à época do último fato (14.3.2014), corrigidos monetariamente por ocasião da execução desta decisão.

Considerando o *quantum* de reprimenda imposta e tendo em vista o que preceitua o art. 33, § 2º, “c”, do Código Penal, fixo o regime fechado para o início do cumprimento da pena privativa de liberdade.

Não preenchidos sequer os requisitos objetivos previstos nos arts. 44 e 77, ambos do Código Penal, o denunciado Fernando Affonso Collor de Mello não tem direito à substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, tampouco à suspensão condicional da pena.

Tendo em vista a reprimenda total fixada e a data dos fatos sob julgamento, não tem incidência no caso o acréscimo implementado pela Lei n. 13.964/2019 no art. 75 do Código Penal, pois cuida-se de lei penal mais gravosa, em observância à vedação prevista no art. 5º, XL, da Constituição Federal.

Portanto, na execução da pena privativa de liberdade deve ser observado o prazo máximo de cumprimento de 30 (trinta) anos, previsto na redação dada ao art. 75 do Código Penal pela Lei n. 7.209/84, vigente à

época dos fatos.

## **5.2. Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos.**

### **5.2.1. Corrupção passiva**

Na avaliação dos vetores previstos no art. 59 do Código Penal, tenho como exacerbada a sua culpabilidade, mormente no que diz respeito à capacidade de compreensão da ilicitude dos fatos, dado seu currículo, no qual ostenta não só a passagem pelo cargo de Ministro de Estado há época em que o corréu Fernando Affonso Collor de Mello exerceu a Presidência da República, mas um histórico de empreendedorismo que lhe permite assimilar regras jurídicas com vantagem em relação aos demais cidadãos, bem como a necessidade de observá-las.

As consequências do delito também revelam gravidade que desborda o juízo de reprovabilidade abstrato feito pelo legislador ordinário ao estabelecer os patamares de sanção no preceito secundário do tipo, já que a sua conduta foi apta a viabilizar a obtenção, em favor de Fernando Affonso Collor de Mello, de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), quantia que, pela sua expressividade, autoriza a exasperação da reprimenda básica.

Considerando a valoração negativa dessas 2 (duas) circunstâncias judiciais, fixo a pena-base em 3 (três) anos de reclusão e pagamento de 20 (vinte) dias-multa para o delito de corrupção passiva.

Na segunda fase do procedimento de individualização da pena, não se verifica a ocorrência de quaisquer circunstâncias atenuantes ou agravantes previstas na parte geral do Código Penal.

Na derradeira etapa, constato a incidência da causa especial de aumento de pena prevista no § 1º do art. 317 do Código Penal, diante da comprovada viabilização da atuação espúria de sociedades empresárias nos contratos celebrados no âmbito da BR Distribuidora S/A, a partir da influência exercida pelo corréu Fernando Affonso Collor de Mello, no exercício da função de Senador da República, sobre diretores da aludida

sociedade de economia mista.

Por tal razão, à pena provisória deve ser acrescida a fração de 1/3 (um terço), resultando na reprimenda de 4 (quatro) anos de reclusão e pagamento de 26 (vinte e seis) dias-multa.

### **5.2.2. Organização criminosa.**

O preceito secundário da norma prevista no art 2º, *caput*, da Lei n. 12.850/2013 estabelece o intervalo de 3 (três) a 8 (dez) anos de reclusão e multa como sanções abstratas para o delito de organização criminosa.

De acordo com os fatos comprovados nos autos, em atenção às diretrizes elencadas no art. 59 do Código Penal, entendo, na esteira do que já declinado em relação ao delito de corrupção passiva, que a culpabilidade do acusado Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos é exacerbada, pois a filiação a grupo criminoso organizado por parte de quem já integrou a estrutura administrativa no primeiro escalão do Poder Executivo enseja juízo de reprovação muito mais intenso do que seria cabível em se tratando de um cidadão comum.

Tendo em vista a valoração negativa de tal vetor, fixo a pena-base em 3 (três) anos e 6 (seis) meses de reclusão e pagamento de 15 (quinze) dias-multa.

Na segunda fase do procedimento de individualização da pena, não se constata a ocorrência de quaisquer circunstâncias atenuantes ou agravantes.

Na terceira etapa, havendo comprovação nos autos da utilização da condição de funcionário público de outro integrante para a prática de infrações penais no âmbito do grupo criminoso organizado, tem incidência a causa especial de aumento de pena prevista no art. 2º, § 4º, II, da Lei n. 12.850/2013, razão pela qual promovo o acréscimo da fração de 1/6 (um sexto) sobre a pena provisoriamente fixada, tornando-a definitiva em 4 (quatro) anos e 1 (um) mês de reclusão, e pagamento de 17 (dezessete) dias-multa.

### 5.2.3. Total da reprimenda.

Em razão do concurso material no tocante aos delitos de corrupção passiva e organização criminosa, o total da reprimenda imposta a Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos é estabelecido em **8 (oito) anos e 1 (um) mês de reclusão, e pagamento de 43 (quarenta e três) dias-multa.**

Nos termos do art. 49, § 1º, do Código Penal, considerando a condição pessoal e econômica do réu Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos, que afirmou em interrogatório auferir uma renda mensal de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), fixo o valor do dia-multa em 5 (cinco) salários mínimos vigentes à época do último fato (14.3.2014), corrigidos monetariamente por ocasião da execução desta decisão.

Considerando o *quantum* de reprimenda imposta e tendo em vista o que preceitua o art. 33, § 2º, “c”, do Código Penal, fixo o regime fechado para o início do cumprimento da pena privativa de liberdade.

Não preenchidos sequer os requisitos objetivos previstos nos arts. 44 e 77, ambos do Código Penal, o denunciado Pedro Paulo Bergamaschi de Leoni Ramos não tem direito à substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, tampouco à suspensão condicional da pena.

### 5.3. Luis Pereira Duarte de Amorim.

#### 5.3.1. Lavagem de Dinheiro.

O preceito secundário da norma prevista no art 1º, *caput*, da Lei n. 9.613/1998 estabelece o intervalo de 3 (três) a 10 (dez) anos de reclusão e multa como sanções abstratas para o delito de lavagem de capitais.

Atento às peculiaridades do caso concreto, bem como às diretrizes elencadas no art. 59 do Código Penal, entendo que o comportamento de Luis Pereira Duarte de Amorim nos fatos narrados na denúncia, nada obstante tipifiquem o delito de lavagem de capitais, tendo executado materialmente as condutas e prestado efetivo auxílio para a consecução

do projeto espúrio do grupo organizado, não desbordam do juízo de reprovação já realizado pelo legislador ao estabelecer o patamar abstrato de pena para o delito, razão pela qual fixo a pena-base em 3 (três) anos de reclusão e pagamento de 10 (dez) dias-multa.

Na segunda fase do procedimento de individualização da pena, teria incidência a atenuante prevista no art. 65, III, "c", do Código Penal, já que o conjunto probatório demonstra que suas atitudes se deram em cumprimento de ordem do seu superior hierárquico, o corréu Fernando Affonso Collor de Mello, cuja possibilidade de resistência, no entanto, caracteriza a culpabilidade que autoriza a responsabilização criminal. Porém, fixada a pena-base no mínimo legal, não há espaço para o decréscimo decorrente de tal circunstância atenuante, nos termos de entendimento firmado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal no julgamento da repercussão geral reconhecida no RE 597.270-QO.

Na terceira etapa, havendo comprovação nos autos de que os atos de lavagem de capitais foram praticados por intermédio de organização criminosa, tem incidência a causa especial de aumento de pena prevista no art. 1º, § 4º, da Lei n. 9.613/1998, razão pela qual promovo o acréscimo da fração de 1/3 (um terço) sobre a pena provisoriamente fixada, tornando-a definitiva em 4 (quatro) anos de reclusão, e pagamento de 13 (treze) dias-multa.

Reconhecidos neste voto condenatório dois modos distintos de lavagem de capitais (depósitos fracionados em contas-correntes mantidas pelo corréu Fernando Affonso Collor de Mello e depósitos em contas-correntes titularizadas por sociedades empresárias por ele controladas, com posterior celebração de mútuos fictícios), os atos verificados em cada um dos blocos devem ser considerados praticados na forma do art. 71, *caput*, do Código Penal, já que os subsequentes de cada modalidade de lavagem, pelas circunstâncias fáticas, devem ser havidos como continuação do primeiro. Ao final, a pena correspondente a cada um dos blocos de lavagem, diante da autonomia das condutas e dos desígnios, devem ser somadas, nos termos do art. 69 do Código Penal.

Assim, considerados o número de atos que tipificam o delito de

lavagem de capitais em cada um dos blocos – 42 (quarenta e dois) depósitos fracionados em contas-correntes titularizadas por Fernando Affonso Collor de Mello e 65 (sessenta e cinco) depósitos em contas-correntes titularizadas por sociedades empresárias sobre as quais este detinha controle – acresço às reprimendas a fração de 2/3 (dois terços), fixando para cada grupo de delitos de lavagem de capitais a pena de 6 (seis) anos e 8 (oito) meses de reclusão, e pagamento de 21 (vinte e um) dias-multa.

Em razão do concurso material verificado entre os distintos grupos de atos de lavagem de capitais, torno a reprimenda definitiva em 13 (treze) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, e pagamento de 42 (quarenta e dois) dias-multa.

### **5.1.3. Organização criminosa.**

O preceito secundário da norma prevista no art. 2º, *caput*, da Lei n. 12.850/2013 estabelece o intervalo de 3 (três) a 8 (dez) anos de reclusão e multa como sanções abstratas para o delito de organização criminosa.

De acordo com os fatos comprovados nos autos, em atenção às diretrizes elencadas no art. 59 do Código Penal, entendo, na esteira do que já declinado em relação aos delitos de lavagem de capitais, que as condutas do réu Luis Pereira Duarte de Amorim não desbordam do juízo de reprovação já realizado pelo legislador ao estabelecer o patamar abstrato de pena para o delito, razão pela qual fixo a pena-base em 3 (três) anos de reclusão e pagamento de 10 (dez) dias-multa.

Na segunda fase do procedimento de individualização da pena, teria incidência a atenuante prevista no art. 65, III, "c", do Código Penal, já que o conjunto probatório demonstra que suas atitudes se deram em cumprimento de ordem do seu superior hierárquico, o corréu Fernando Affonso Collor de Mello, cuja possibilidade de resistência, no entanto, caracteriza a culpabilidade que autoriza a responsabilização criminal. Porém, fixada a pena-base no mínimo legal, não há espaço para o decréscimo decorrente de tal circunstância atenuante, nos termos de

entendimento firmado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal no julgamento da repercussão geral reconhecida no RE 597.270-QO.

Na terceira etapa, havendo comprovação nos autos da utilização da condição de funcionário público de outro integrante para a prática de infrações penais no âmbito do grupo criminoso organizado, tem incidência a causa especial de aumento de pena prevista no art. 2º, § 4º, II, da Lei n. 12.850/2013, razão pela qual promovo o acréscimo da fração de 1/6 (um sexto) sobre a pena provisoriamente fixada, tornando-a definitiva em 3 (três) anos e 6 (seis) meses de reclusão, e pagamento de 11 (onze) dias-multa.

#### **5.1.4. Total da reprimenda.**

Em razão do concurso material no tocante aos delitos de lavagem de dinheiro e organização criminosa, o total da reprimenda imposta a Luis Pereira Duarte de Amorim é estabelecido em **16 (dezesesseis) anos e 10 (dez) meses de reclusão, e pagamento de 53 (cinquenta e três) dias-multa.**

Nos termos do art. 49, § 1º, do Código Penal, considerando a condição pessoal e econômica do réu Luis Pereira Duarte de Amorim, que declarou por ocasião do interrogatório judicial auferir renda mensal de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) (fl. 6.749), fixo o valor do dia-multa em 5 (cinco) salários mínimos vigentes à época do último fato (14.3.2014), corrigidos monetariamente por ocasião da execução desta decisão.

Considerando o *quantum* de reprimenda imposta e tendo em vista o que preceitua o art. 33, § 2º, "c", do Código Penal, fixo o regime fechado para o início do cumprimento da pena privativa de liberdade.

Não preenchidos sequer os requisitos objetivos previstos nos arts. 44 e 77, ambos do Código Penal, o denunciado Luis Pereira Duarte de Amorim não tem direito à substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, tampouco à suspensão condicional da pena.

#### **6. Disposições finais.**

### **6.1. Danos materiais.**

Em relação ao pedido de fixação de valor mínimo à reparação dos danos causados pela infração (fl. 7.032), nada obstante a previsão legal que estabelece como consectário da condenação penal a obrigação de reparação do dano causado à vítima em razão da conduta delituosa, nos termos do art. 91, I, do Código Penal, é certo que o contexto fático no âmbito dos quais se deram os delitos narrados na denúncia evidencia que, ao fim e ao cabo, os serviços contratados pela BR Distribuidora S/A junto à UTC Engenharia S/A foram efetivamente prestados, embora tenha o Grupo de Trabalho de Apuração da aludida sociedade de economia mista indicado a possível ocorrência de sobrepreço na aludida contratação.

Nesse cenário, eventual pretensão de ressarcimento por parte da BR Distribuidora S/A no contexto delitivo narrado na denúncia deve ser direcionada ao juízo cível competente, diante da ausência de elementos de prova aptos a atestar o alegado prejuízo, circunstância que, como visto, não se revelou impeditiva à caracterização do delito de corrupção passiva.

### **6.2. Danos morais coletivos.**

As condutas praticadas pelos acusados foram direcionadas ao malferimento de patrimônio público, mediante exercício espúrio e desviado das funções parlamentares e partidárias do Senador da República Fernando Affonso Collor de Mello.

No âmbito da responsabilidade civil, além do dano material, consubstanciado na diminuição do patrimônio da vítima verificado com a ocorrência do ato ilícito, o ordenamento jurídico tutela igualmente o dano moral, seja na esfera individual, seja de forma coletiva, conforme preceituam, exemplificativamente, o art. 5º, X, da Constituição Federal; o art. 186 do Código Civil; o art. 6º, VI e VII, do Código de Defesa do

## AP 1025 / DF

Consumidor; e, de forma destacada, o art. 1º, VIII, da Lei n. 7.347/1985, que preceitua:

“Art. 1º Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados:

(...)

VIII – ao patrimônio público e social” (g.n).

Na tutela dos direitos coletivos *lato sensu*, a configuração da responsabilidade civil pela ocorrência de dano moral coletivo a partir da prática de ato ilícito é, de longa data, admitida pela doutrina, conforme se infere das lições de Carlos Alberto Bittar Filho:

“Quando se fala em dano moral coletivo, está-se fazendo menção ao fato de que o patrimônio valorativo de uma certa comunidade (maior ou menor), idealmente considerado, foi agredido de maneira absolutamente injustificável do ponto de vista jurídico: quer isso dizer, em última instância, que se feriu a própria cultura, em seu aspecto imaterial. Tal como se dá na seara de dano moral individual, aqui também não há que se cogitar de prova da culpa, devendo-se responsabilizar o agente pelo simples fato da violação (*damnum in re ipsa*)” (Dano moral coletivo no atual contexto brasileiro. *Revista de Direito do Consumidor* n. 12. São Paulo : Revista dos Tribunais, out-dez, 1994, p. 55).

Nessa toada, calha destacar que o Poder Constituinte Originário estabeleceu diretrizes aos integrantes da República Federativa do Brasil para o alcance dos objetivos fundamentais elencados no art. 3º da Constituição Federal, promulgada com a finalidade de “*instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na*

*ordem interna e internacional, com a solução pacífica da controvérsias”,* conforme preceitua o seu preâmbulo.

Entre as diretrizes constitucionais mencionadas, destaco os princípios que regem a administração pública, elencados no art. 37 da Constituição Federal, cuja observância é garantia do alcance da finalidade dos atos do Poder Público, que não é outra senão o atendimento ao interesse público na sua execução.

O que se extrai do caso em análise é o absoluto desrespeito aos princípios de observância obrigatória pelos exercentes de função pública, sobre os quais não lhes foi outorgado qualquer limite transacional. A situação se agrava quando o distanciamento do interesse público é verificado na conduta e estimulado por um legítimo representante do povo, em favor do qual os eleitores, no exercício da soberania popular, depositaram suas confianças para representá-los nos trabalhos voltados ao alcance dos objetivos da República.

É inegável que a atuação sorrateira de um parlamentar federal, com o auxílio de comparsas, que desvia suas atividades para a articulação de negociações espúrias voltadas para a manutenção de um instrumento apto a lhe garantir, de forma indevida, recursos pertencentes à sociedade brasileira, atinge diretamente os valores previstos constitucionalmente como essenciais para a construção de uma “*sociedade livre, justa e solidária*” (art. 3º, I, da Constituição Federal), bem como a legítima expectativa de seus representados de que o mandato que lhe foi outorgado fosse exercido em conformidade com os princípios constitucionais que regem a administração pública.

Tais circunstâncias são aptas a demonstrar o necessário nexo causal entre a conduta praticada pelos acusados e o dano moral coletivo ocasionado à sociedade brasileira, razão pela qual reputo configurados os pressupostos da responsabilidade civil que lhes obriga ao dever de indenizar, nos termos do art. 927 do Código Civil.

Diante da ofensa a direitos difusos, ou seja, pertencentes a titulares indeterminados, os danos morais coletivos, no caso em análise, têm função eminentemente punitiva, razão pela qual a sua quantificação deve

ser guiada primordialmente pelo seu caráter pedagógico, que acolhe tanto a prevenção individual como a geral.

Por tal razão, fixo como valor mínimo indenizatório a título de danos morais coletivos a quantia de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), a ser adimplido de forma solidária pelos condenados em favor do fundo a que alude o art. 13 da Lei n. 7.357/1985. A referida soma deverá ser corrigida monetariamente a contar do dia da proclamação do resultado do julgamento colegiado, incidindo juros de mora legais a partir do trânsito em julgado deste acórdão.

### **6.3. Perda de bens.**

Com base no art. 7º, I, da Lei 9.613/1998, decreto a perda, em favor da União, dos bens, direitos e valores objeto das lavagens em relação às quais foram os réus foram condenados, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa fé.

### **6.4. Interdição para exercício de cargo ou função pública.**

Ainda, com fundamento no art. 7º, II, da Lei 9.613/1998, decreto a **interdição dos acusados Fernando Affonso Collor de Mello e Luis Pereira Duarte de Amorim** para o exercício de cargo ou função pública de qualquer natureza e de diretor, de membro de conselho de administração ou de gerência das pessoas jurídicas referidas no art. 9º da mesma Lei, pelo **dobro** do tempo da pena privativa de liberdade aplicada.

### **6.5. Perda do mandato parlamentar.**

Tendo em vista que Fernando Affonso Collor de Mello não mais ocupa o cargo de Senador da República, julgo prejudicada a pretensão de decretação da perda do mandato parlamentar.

**6.6. Outras disposições.**

Nos termos do art. 804 do Código de Processo Penal, condeno os réus ao pagamento das custas processuais.

Tão logo esgotada a análise das insurgências cognoscíveis interpostas contra esta decisão colegiada, expeça-se a guia de execução das reprimendas impostas.

Após o trânsito em julgado da decisão colegiada, oficie-se ao Tribunal Superior Eleitoral, para fins do art. 15, III, da Constituição Federal.

É como voto.

Em elaboração